

MATO GROSSO DO SUL: ESTUDOS SOBRE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL



**Gilberto Luiz Alves
Sandino Hoff
(Organizadores)**

Gilberto Luiz Alves
Sandino Hoff
(Organizadores)

Mato Grosso do Sul: Estudos Sobre Ocupação do Espaço Regional

Londrina
UNOPAR Editora
2018

Entidade Publicadora

UNOPAR

Diretoria de Pós-Graduação Stricto Sensu e Pesquisa da Kroton

Hélio Hiroshi Suguimoto

Reitoria da Universidade Anhanguera – Uniderp

Taner Douglas Alves Bitencourt

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu – Uniderp

Denise Renata Pedrinho

**Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional -
Uniderp**

Rosemary Matias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Selma Alice Ferreira Ellwein – CRB 9/1558

M375 Mato Grosso do Sul: estudos sobre ocupação do espaço regional / Gilberto Luiz Alves, Sandino Hoff (organizadores). – Londrina: UNOPAR Editora, 2018

ISBN 978-85-7184-003-4

1. Mato Grosso do Sul – Estado. 2. Mato Grosso do Sul – Municípios. 3. Ocupação do Espaço Regional. 4. Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. I. Alves, Gilberto Luiz. II. Hoff, Sandino. III. Título.

CDU 981

SUMÁRIO

Apresentação	04
Gilberto Luiz Alves	
Sandino Hoff	
História e Ocupação de Nova Alvorada do Sul, Mato Grosso do Sul	06
Carolina Ferreira Pauliquevis	
Nayara Zielasko Tronbini Garcia	
Gilberto Luiz Alves	
História e Ocupação dos Municípios de Aquidauana e Anastácio, Mato Grosso do Sul	15
Leandro de Jesus	
Victor Augusto Merli Oliveira Lima	
Sandino Hoff	
História e Ocupação do Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul	22
José Carlos Pina	
Valdir Antonio Balbino	
Sandino Hoff	
Comunidade Rural Quilombola Furnas dos Baianos, Mato Grosso do Sul	38
Elvia Silva Rizzi	
Kelly Lacerda Pereira	
Larissa Tinoco Barbosa	
Gilberto Luiz Alves	
Árabes e Turcos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul	48
Renata Machado Garcia Dalpiaz	
Helenrose A. da S. Pedroso Coelho	
Gilberto Luiz Alves	
O Cooperativismo no Município de Maracaju, Mato Grosso do Sul	61
Lilian dos Santos Paiva	
Marco Aurélio Perroni Pires	
Sandino Hoff	
Festa do Divino Espírito Santo: de Pontinho do Cocho a Santa Tereza, Mato Grosso do Sul	71
Camila Amaro de Souza	
Heidine Jussaine Simões Malaquias	
Gilberto Luiz Alves	
Pioneirismo dos Bahá'ís Persas em Mato Grosso do Sul	87
Jiyan Yari	
Sandino Hoff	

Apresentação

Dentro da disciplina História e Ocupação do Espaço Regional, integrante da estrutura curricular do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, oferecido pela Universidade Anhanguera-Uniderp, vem sendo estimulada a elaboração de trabalhos relacionados à ocupação do território sul-mato-grossense. Esta coletânea reúne alguns dos resultados obtidos.

Pela limitação do tempo, nem sempre foi possível explorar em profundidade fontes primárias. Contudo, esses estudos têm utilizado exaustivamente fontes secundárias referentes aos objetos abordados.

A preocupação com a crítica incisiva e rigorosa dessas fontes, em especial as de caráter memorialístico, tem balizado as análises. Afinal, as informações por elas veiculadas precisam ser escoimadas do conteúdo apologético. Via-de-regra centradas na faina das famílias pioneiras que encetaram a ocupação do território, as memórias, muitas vezes, têm travestido de heróis os personagens tratados e demonizado aqueles que resistiram às suas empreitadas. Também têm ignorado, muitas vezes, outros atores históricos como índios, negros, mestiços e trabalhadores. Personagens que tiveram grande importância na ocupação do território são invisíveis nessas fontes, portanto.

Outra virtude desses trabalhos incide sobre a tentativa de assegurar visão sintética aos processos analisados. Os estudos não se esgotaram nos limites internos das temáticas tratadas. Elas foram associadas, sistematicamente, à singularidade sul-mato-grossense como um todo. Como essa tendência não tem sido comum nos trabalhos especializados, os resultados acabaram incorporando uma qualidade didática que favorecerá a leitura de quantos os buscarem, tanto estudiosos acadêmicos quanto leigos ávidos por informações sobre a região.

Para antecipar as temáticas tratadas, seguem-se breves comentários sobre os conteúdos dos capítulos integrantes desta coletânea.

História e ocupação de Nova Alvorada do Sul, Mato Grosso do Sul focou a região outrora conhecida como "Entroncamento", pois ponto de encontro dos caminhos que alimentavam as rotas da BR 267 e BR 163. Sua expansão fez com que se desmembrasse de Rio Brilhante tornando-se município autônomo com a denominação de Nova Alvorada do Sul. Sua história e ocupação, associadas à pecuária, à erva-mate, à agricultura e à indústria sucroenergética foram reconstituídas a partir de fontes secundárias: artigos, livros, capítulos de livros, dissertações e sites pertinentes.

História e ocupação dos municípios de Aquidauana e Anastácio, Mato Grosso do Sul tratou historicamente os dois municípios referidos. As duas cidades, separadas pelo Rio Aquidauana, desenvolveram-se, inicialmente, por força da navegação fluvial. Em seguida, sua expansão esteve associada à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A decadência da ferrovia tornou a pecuária atividade econômica predominante atualmente. A base empírica foi buscada, basicamente, em fontes secundárias.

História e ocupação do município de Caarapó, Mato Grosso do Sul discutiu o povoamento da região tendo como referências as características de seus surtos econômicos. A extração de erva-mate esteve na sua origem. A cidade foi, também, ponto de pernoite de tropeiros. A sua economia sustentou-se por muito tempo na pecuária e, com a chegada de gaúchos, assistiu à expansão da agricultura. Atualmente, o cultivo da cana-de-açúcar assegura matéria-prima para a indústria sucroenergética.

Comunidade Rural Quilombola Furnas dos Baianos, Mato Grosso do Sul teve como objeto a referida povoação. Localizada em Piraputanga, distrito de Aquidauana, foi formada por famílias negras oriundas da Bahia, que aí se instalaram no início da década de 1950. A ausência de fontes escritas fez com que as informações fossem buscadas nos depoimentos de Serafim, um dos pioneiros da comunidade, de seus filhos, Carlito e Juliete Correa dos Santos, e de sua sobrinha, Nair Tertuliano de Aquino.

Árabes e turcos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul analisou a inserção desses imigrantes na vida da cidade, entre os anos de 1900 e 1950, e como contribuíram para a sua expansão. A coleta de dados empíricos foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com imigrantes ainda vivos e seus descendentes. A trajetória desses imigrantes foi abordada desde a fundação inicial de seus pequenos estabelecimentos comerciais que atendiam moradores da cidade e seus arredores.

O Cooperativismo no município de Maracaju, Mato Grosso do Sul, mesmo em face de seu objeto, retrocedeu à época da ocupação do município, quando se estabeleceu o domínio da pecuária. A ênfase foi dada ao período iniciado em 1969, quando se instauraram a agricultura animada por migrantes do sul do Brasil, e, por decorrência, as cooperativas que promoveram elevado padrão de produtividade agrícola. Foram consultados documentos e registros disponíveis nos arquivos de cooperativas e fontes secundárias sobre a matéria.

Festa do Divino Espírito Santo: de Pontinha do Cocho a Santa Tereza, Mato Grosso do Sul teve como objetivo geral apreender o alcance cultural da referida prática social. Foram abordadas sua origem e a tradição que a cerca. O levantamento de fontes secundárias focou livros e periódicos regionais. Fontes primárias foram constituídas por entrevistas semiestruturadas com festeiros e imagens fotográficas.

Pioneirismo dos Bahá'ís persas em Mato Grosso do Sul analisou a trajetória dos fiéis dessa fé no Estado. Religião nascida no Irã, em 1844, seus primeiros pioneiros chegaram à região em 1979. Foram descritos o contexto histórico que motivou a migração desses pioneiros, sua chegada e as atividades que passaram a desenvolver em Mato Grosso do Sul. As fontes primárias exploradas cingiram-se aos relatos dos pioneiros e de seus descendentes.

Campo Grande, Outubro de 2018.

Gilberto Luiz Alves
Sandino Hoff
(Organizadores)

História e Ocupação de Nova Alvorada do Sul, Mato Grosso do Sul

Carolina Ferreira Pauliquevis
Nayara ZielaskoTronbini Garcia
Gilberto Luiz Alves

1 Introdução

Nova Alvorada do Sul, criada em 1991, foi conhecida por muito tempo como o "Entroncamento", por ser ponto de encontro da BR 267 e BR 163 (IBGE, 2014), que ligam a região a Campo Grande, Grande Dourados, Países do Mercosul, Região do Pantanal e estados que fazem fronteira com Mato Grosso do Sul (IBGE, 2014).

O município pertence ao polo econômico da Grande Dourados, composto com 13 municípios: Dourados, Caarapó, Juti, Itaporã, Maracajú, Douradina, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis (IBGE, 2014).

Este estudo tem por objeto as relações da sociedade capitalista que desenvolveram o município e os processos de formação histórica, desde as primeiras fazendas localizadas nos Campos de Vacaria na inicial ocupação do solo, até a produção do século XXI, sob a hegemonia de grupos sucroenergéticos do século XXI. Dessa forma, o artigo divide-se em história da ocupação e a modernização da produção atual.

A pesquisa teve como lócus o município de Nova Alvorada do Sul e utilizou os livros e artigos que versam sobre a região, os dados obtidos no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Prefeitura Municipal de Rio Brillhante e em Nova Alvorada do Sul, além de livros de memórias e de sítios em *online*.

2 Processos Históricos da Ocupação da Região de Nova Alvorada do Sul

O primeiro homem não nativo a percorrer os campos de Erê (hoje Campos de Vacaria) foi o desbravador Aleixo Garcia (1524-1525). Depois dele vários paulistas adentraram ao interior do inexplorado Mato Grosso. Também os jesuítas espanhóis estiveram presentes com construção de reduções no sul de Mato Grosso.

Antônio Raposo Tavares, em 1618, arrasou os aldeamentos e levou os indígenas para o trabalho escravo na Província de São Paulo. Destruiu a cidade espanhola de Santiago de Xerez localizada à margem do rio Aquidauana. Foi um explorador de toda a região dos Campos de

Vacaria, incluindo sua parte do planalto, onde atualmente é serra de Maracaju. Nesta região ocorreu seu primeiro contato com os índios guaicuru criadores de gado equino, vacum e porcino, abandonados, ou, perdidos em batalhas por seus precursores bandeirantes e pelas destruições dos povoados jesuítas (BARBOSA, 2011b).

Os bandeirantes Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil exploraram mais o norte desta região, encontrando ouro no rio Coxipó, próximo a atual Cuiabá (1718). Deste fato em diante foram diversas bandeiras adentrando esta região a procura de ouro e pedras preciosas (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002).

É preciso lembrar que os bandeirantes, por via fluvial, exploraram o território mato-grossense que, oficialmente, pertencia à Espanha por conta do Tratado das Tordesilhas (1498) que não era mais respeitado, posto que em vigor. O Tratado de Madri (1750) fez um novo traçado.

Diferentes rotas fluviais foram utilizadas para a exploração destas terras. A rota do Vacaria consistiu: saída pelo rio Tietê (antigo Anhembi) até o rio Paraná (antigo rio Grande), posteriormente a navegação pelo rio Pardo até seu afluente, o rio Anhanduí, e até a serra de Maracaju. Os exploradores transpunham a serra por trilhas “a pé” até chegar ao rio Aquidauana que os levavam ao rio Miranda e este ao rio Paraguai, rumo a Cuiabá (CORRÊA, 2012).

Em 1748, o território foi elevado à capitania devido a sua importância proveniente da descoberta do ouro e devido à instituição de quadros fiscais na região. Dois anos após foi promulgado o Tratado de Madri (1750) e o território correspondente ao Mato Grosso passa a ser oficialmente português (MACHADO, 2002).

A Coroa portuguesa tratou logo de proteger as fronteiras. Em 1775, construiu o forte militar Presídio de Nova Coimbra, com intuito de proteger a entrada de espanhóis pelo rio Paraguai. Com a necessidade de atender as demandas para a manutenção do presídio, em 1778 fundou-se o pequeno povoado de Albuquerque, atual Corumbá, o primeiro “município” do futuro Mato Grosso do Sul (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002). Dessa forma, edificações militares e povoados foram fundados, como Miranda, Nioaque, Coxim e Sant’ Anna do Paranahyba (GUIMARÃES, 2001).

Durante os anos de 1739 a 1755, a população de Sant’Anna do Paranahyba, sob a liderança de Antônio Pires de Campos dedicou-se à pecuária. Ali, também passava a rota das bandeiras e monções que encontravam nesta localidade um local de abastecimento. Mas, somente a partir de 1830, após a Independência do Brasil (1822), com a vinda de várias famílias

de Minas Gerais, lideradas por José Garcia Leal, que se intensificou a ocupação da cidade de Paranaíba (OLIVEIRA, 2013).

Ouvia-se na região dos Sertões dos Garcia, histórias de bandeirantes e monçoeiros, que falava sobre os Campos de Vacaria, onde o gado se criava sozinho. Diante deste cenário encorajador por um capital “sem dono”, Gabriel Francisco Lopes e seu sogro, Antônio Gonçalves Barbosa, partiram em missão de exploração na região do Vacaria (BARBOSA, 2011b). Antônio Gonçalves Barbosa fundou a fazenda Boa Vista em 1937 e Inácio Gonçalves Barbosa fundou a fazenda Passatempo em 1942 localizadas entre o rio Brilhante e rio Vacaria.

Em 1864 inicia-se a Guerra do Paraguai. Com os avanços das tropas paraguaias pela região, os fazendeiros do Vacaria sentiram-se ameaçados e receberam ordens para evacuar a área. Com suas carretas abastecidas com o que tinha à mão partiram alguns rumo ao estado de São Paulo e outros regressaram aos Sertões dos Garcias (GUIMARÃES, 2001).

Ao retornar, em 1872, os Barbosa encontraram suas fazendas devastadas. Tiveram que unir forças com os Sousa, Coelho, Azambuja Pereira, Morais, Pinheiro e outros, para novamente se estabelecerem na região (BARBOSA, 2011b). O desenvolvimento dos Campos de Vacaria em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte deu-se por intervenção dos fazendeiros, à base do coronelismo. O grupo formado por fazendeiros de grandes propriedades e por comerciantes importantes “ditavam” a política do Estado conforme seus interesses (CORRÊA; CORRÊA, 1985).

Com a instalação do monopólio da Companhia Matte Larangeira, em fins do século XIX, explorando os ervais por concessão imperial, gaúchos, fugidos da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, em 1893, instalaram-se nas terras da concessão, produzindo alimentos e entregando a erva coletada à Companhia Matte Larangeira. Passada uma década, eles reivindicaram a posse da terra, opondo-se a eles o monopólio da concessão. Os comerciantes, que dominavam a economia do Estado, aos poucos foram perdendo a hegemonia para a Companhia monopolista do mate. Aliaram-se à luta dos gaúchos pelo fim do monopólio.

O desenvolvimento econômico dos Campos de Vacaria deu-se graças à coleta de erva-mate e à pecuária (couro e charque), este exportado para São Paulo e aquela adquirida pela Companhia que a exportava manufaturada. A erva-mate foi comercializada e transportada por meio dos rios Brilhante e Ivinhema, sendo utilizado transporte fluvial para as remessas do produto aos núcleos consumidores (PREFEITURA Municipal de Rio Brilhante. 2014).

A pecuária e a agricultura, praticada na região dos rios Vacaria e Brilhante, determinaram a devastação ambiental, denunciada pelo desmatamento e conseqüente redução dos corpos

hídricos, principalmente devido aos rearranjos fundiários desta região em estudo. A criação de gado, a exploração de erva-mate nativa, o perfil econômico regional a partir do modelo de produção extensiva e o inconsequente uso do solo, foram decorrentes da exploração latifundiária (CORRÊA, 2012).

Com o aumento do número de pecuaristas um povoado começou a formar-se, mas, somente em 1900, o paulista, Francisco Cardoso Júnior iniciou a urbanização do povoado denominado Entre Rios, devido a sua localização entre os rios Brilhante e Vacaria (GUIMARÃES, 1992). Em 26 de setembro de 1929, foi criado o município de Entre Rios, nome mudado para Caiuás em 1943; em 1948 recebeu o nome oficial de Rio Brilhante (GUIMARÃES, 1992).

O rio Brilhante nasce ao norte, corre no sentido oeste e se une aos Rios Vacaria e Dourados ao leste, formando o Rio Ivinhema. Suas águas definiram as divisas dos municípios de Maracaju, Douradina, Itaporã, Dourados e Angélica. Atualmente, fazendas de uso rural e lugares de recreio ocupam suas margens, proporcionando uma expressiva atividade agropecuária (PREFEITURA Municipal de Rio Brilhante. 2014). O rio Vacaria nasce ao norte do município na cidade de Sidrolândia, corre no sentido leste e deságua no rio Ivinhema, definindo a divisa com o município de Nova Alvorada do Sul.

O distrito de Prudêncio Thomaz e o entroncamento de Nova Alvorada do Sul, pertencentes ao município de Rio Brilhante, ocupavam-se com expressiva atividade agropecuária; a partir de 1940, a produção madeireira foi introduzida; e, em 1960, a agricultura foi implantada, permanecendo, porém, a pecuária (PREFEITURA Municipal de Rio Brilhante. 2011).

A partir de 1970, houve a introdução da agricultura moderna, com culturas de soja e milho, efetivadas pelos migrantes paulistas, mineiros, paranaenses e gaúchos (SANTANA JUNIOR, 2009; DUARTE, 2011). Nessa mesma década houve aumento no preço do petróleo que instigou o interesse em produzir combustível renovável. As usinas instalavam-se em todo o país (PEREIRA, 2007). Em 1977, pela lei complementar n. 31, ocorreu a divisão de Mato Grosso, instituindo-se o estado de Mato Grosso do Sul. Neste mesmo ano, surgiu o distrito de Nova Alvorada, criado com esta denominação, pela Lei Estadual nº 3.876, vinculado ao município de Rio Brilhante (IBGE, 2014).

Na década de 1980, criou-se a primeira usina de álcool. Em 1982 a usina Passa Tempo foi instalada pelo grupo Tavares e Melo, comprada em 2007 pela empresa LDC Bionergia, do

grupo Louis Dreyfus Commodities, e passou a produzir açúcar e álcool (CORRÊA e CORRÊA, 1985; DUARTE, 2011).

No ano de 1982, a usina sucroalcooleira NOVAGRO Nova Alvorada Agroindustrial S/A instalou-se no distrito de Nova Alvorada, porém, faliu em 1995. O grupo italiano SAFI comprou a massa falida da usina em 1996, reativando-a. Funcionou durante seis anos e novamente decretou falência (CAMPÊLO, 2008).

Como incentivo para implantação de usinas, houve a isenção de incentivos fiscais de Mato Grosso do Sul, o que tornou o estado atrativo para a nova produção (PEREIRA, 2007). Os fatores de aspecto ambiental, como, solo, clima e disponibilidade de água foram determinantes para que usinas obtivessem permissão de funcionar (FRATA; FARIA, 2010).

Em 1983, o Grupo Dallas, empresa do ramo de alimentos, instalou-se no distrito de Nova Alvorada. Atualmente, seu parque industrial é composto por dezessete silos metálicos e dois armazéns graneleiros com capacidade de estoque de até 103.000 toneladas/ano de grãos (GRUPO DALLAS, 2015).

Nova Alvorada foi elevada à categoria a município com a denominação de Nova Alvorada do Sul, pela Lei Estadual nº 1233, em 18 de dezembro de 1991, desmembrado do município de Rio Brillhante (IBGE, 2014). A divisão territorial do novo município foi feita de acordo com a divisão anterior do distrito (IBGE, 2014).

O número de habitantes do município vem crescendo, desde sua emancipação. O Quadro 1 apresenta os dados do município, do Estado e do país.

Quadro 1 – Crescimento populacional do município de Nova Alvorada do Sul, MS, 2010.

Ano	Nova Alvorada do Sul	Mato Grosso do Sul	Brasil
1991	-	1.780.373	146.825.475
1996	6.724	1.907.853	156.032.944
2000	9.956	2.078.001	169.799.170
2007	12.026	2.265.274	183.987.291
2010	16.432	2.449.024	190.755.799

Fonte: IBGE, 2010

A instalação de usinas e da Dallas (1980, 1982, 1983) causou econômica suficiente para a criação do município (1993). O número de pessoas cresceu de 6.724, em 2006, para 12.026 indivíduos em 1927 e para 16.432 habitantes contabilizados pelo último censo populacional de 2010.

No ano de 2006, foi instalada a Usina Eldorado, na divisa de Rio Brillhante e de Alvorada do Sul, vendida em 2008 para ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht. Apesar de sua localização em Rio Brillhante a usina de Eldorado emprega muitos residentes de Nova Alvorada do Sul (DUARTE, 2011). A Odebrecht Agroindustrial mantém em operação, a Unidade Santa Luzia, localizada em Nova Alvorada do Sul, inaugurada em 2009 (ODEBRECHT, 2015). O investimento foi de 660 milhões de reais. A usina possui capacidade de moar 6 milhões de cana, de produzir 540 milhões de litros de etanol, de gerar 624 mil MWh de energia e emprega mais de 2.700 pessoas do município (ODEBRECHT, 2015).

Segundo o IBGE (2014) o setor que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) de Nova Alvorada do Sul é o setor agropecuário, seguido pelos serviços e pela indústria (Quadro 2).

Quadro 2 – Distribuição do PIB do município de Nova Alvorada do Sul, do Estado e do País, 2014.

Produto Interno Bruto (Valor Adicionado - R\$)			
Variável	Nova Alvorada do Sul	Mato Grosso do Sul	Brasil
Agropecuária	194.244	2.846.972	105.163.000
Indústria	105.545	3.178.558	539.315.998
Serviços	173.504	12.396.930	1.197.774.001

Fonte: IBGE, 2014.

O Quadro 2 mostra o PIB ligado diretamente ao setor agropecuário, resultando na variável principal que determina os salários da população urbana e a renda da terra dos proprietários rurais. O setor agropecuário soma três produtos.

Para a produção de cana são utilizadas terras próprias da empresa; terras arrendadas pelos proprietários à usina; e áreas de produtores que fornecem a cana à empresa. A pecuária e o cultivo de soja e milho participam em proporção menor no desenvolvimento do município.

O gráfico da Figura 1 mostra a distribuição das áreas ocupadas entre os setores de produção.

Figura 1 – Distribuição territorial de áreas ocupadas pelo setor agropecuário do município de Nova Alvorada do Sul, MS, 2006



Fonte: IGBE, 2006

Segundo dados obtidos pela Relação Anual de Informações (RAIS), a distribuição de emprego nos diferentes setores em Nova Alvorada do Sul dá-se da seguinte maneira:

Quadro 3 – Número de empregos ativos em 31/12 por setor – 2013 - 2014

Nova Alvorada do Sul, MS				
Setores IBGE Setor	Ano			
	2014	2013	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
1 - Extrativa mineral	2	1	1	100
2 - Indústria de transformação	3.101	3.173	-72	-2,27
3 - Serviços industriais de utilidade pública	4	4	0	0
4 - Construção Civil	35	58	-23	-39,66
5 - Comércio	695	618	77	12,46
6 - Serviços	949	721	228	31,62
7 - Administração Pública	947	850	97	11,41
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	606	548	58	10,58
Total	6.339	5.973	366	6,13

Fonte: RAIS/TEM

O setor que mais emprega é da Indústria de Transformação, o setor de usinas e do ramo de alimentos (Usina Eldorado, Unidade Santa Luzia e Dallas), havendo pequeno decréscimo no setor da industrialização e da construção civil no período avaliado. Há um leve crescimento entre 2013 e 2014 nos setores de comércio, serviços, administração pública e agropecuária.

Diante dos dados obtidos, é possível compreender que o processo histórico de ocupação de Nova Alvorada do Sul, deveu-se aos processos de expansão da produção agrícola e da industrialização dos produtos do campo.

3 Conclusão

Evidencia-se que o processo de ocupação de Nova Alvorada do Sul foi feito por desbravadores que buscavam se estabelecer nos Campos de Vacaria, primeiramente pela pecuária, em seguida, pela coleta de erva-mate, seguida das monoculturas de soja, milho e principalmente pela produção da cana-de-açúcar, determinada pelas instalações de usinas de açúcar e álcool e da indústria alimentícia, as quais movimentam a economia local e empregam boa parte dos cidadãos da região.

Através dos dados obtidos, fica evidente que Nova Alvorada do Sul continua em processo de expansão, referente ao processo inicial de ocupação e que a criação do município se deu graças à produção moderna de cana, soja e milho. O desenvolvimento econômico fica em evidência; o desenvolvimento social deve ser mensurado pela produção da força de trabalho assalariada.

Referências

- BARBOSA, E.G. Reminiscência, despedida, felicidade... amor.... Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011a.
- BARBOSA, E. G. Os Barbosas em Mato Grosso. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011b.
- CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.
- CORRÊA, V.B.; CORRÊA, L.S. História e historiografia de uma região. Corumbá, MS: Edição dos Autores, 1985.
- CORRÊA, L. S. História e fronteira: o sul de Mato Grosso: 1870-1920. Campo Grande, MS: UFMS, 2012.
- CRUZ, S. M. Datas e fatos históricos do sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: Pantaneira, 2004.
- DUARTE, F. G. A expansão da produção canavieira e as transformações ocioeconômicas e ambientais em Rio Brilhante-MS. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2011.

FRATA, A. M.; FARIA, A.B. A expansão da cana-de-açúcar e o recorte em bacias hidrográficas: o etanol na sub-bacia do rio Ivinhema. In: 48º Congresso SOBER, Campo Grande-MS, 2010.

GUIMARÃES, A. V. Mato Grosso do Sul: história dos municípios (Rio Brilhante, Maracaju, Ponta Porã, Antonio João, Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna e Nioaque). Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, v.1, 1992.

GUIMARÃES, A. V. Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica. Campo Grande: UCDB, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas – DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, 2014.

MACHADO, L. O. Sistemas, fronteiras e territórios. Rio de Janeiro, RJ: Departamento de Geografia/UFRJ, 2002.

OLIVEIRA. B. C. Histórias que (re)contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: UFGD, 2013.

PEREIRA, M. C. A expansão da cadeia sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul: dinâmica e determinantes. Dissertação. Campo Grande, MS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007. (Dissertação de mestrado)

RIO BRILHANTE: Prefeitura Municipal. 2014.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, 2009.

História e Ocupação dos Municípios de Aquidauana e Anastácio, Mato Grosso do Sul

Leandro de Jesus

Victor Augusto Merli Oliveira Lima

Sandino Hoff

1 Introdução

Mato Grosso foi habitada por homens brancos na primeira metade do século XVIII. O arraial, denominado Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, surgiu com a descoberta do ouro nas lavras do Coxipó Mirim, em 1719, por bandeirantes paulistas e reinóis. No ano de 1727, foi elevado à condição de vila, sob jurisdição da capitania de São Paulo (JESUS, 2012).

Conforme Jesus (2012), em 1748, a circunscrição paulista ficou reduzida em função das fundações das capitanias de Mato Grosso e de Goiás. Embora tivesse uma vasta extensão territorial que totalizava 48 mil léguas, a capitania de Mato Grosso era constituída por apenas dois distritos, Cuiabá e Mato Grosso, cada qual com suas respectivas vilas: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), esta última fundada para ser sede de governo. Além delas, arraiais, povoados e edificações militares foram criados ao longo da linha de fronteira e, somente em 1820, surgiu a Vila de Diamantino.

Na região pantaneira do sul do Estado, o território do município de Aquidauana e a região do rio Paraguai começaram a ser visitados primeiramente pelos espanhóis no século XVI, destacando-se, em 1537, Juan Ayala; Alvarez Cabeza de Vaca (1553); Martinez Irala e Nuflo Chaves, em 1547. Em 1580, Ruy Dias Melgarejo fundou o povoado de Santiago de Xarez às margens esquerda do rio Mboteteú (rio Aquidauana), a cerca de cento e oitenta quilômetros da confluência deste rio com o rio Miranda, possivelmente a duas léguas abaixo da atual sede do município (ROBBA, 1992).

A atual cidade de Anastácio era um bairro do município de Aquidauana, situada à margem esquerda do rio. Foi ali que nasceram as primeiras casas comerciais. Mas, com a conclusão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, o centro passou a ser a margem direita, pois a estação do trem, tanto para carga como para passageiros, situava-se em Aquidauana, onde também desembarcavam os migrantes que vinham para a região e dali se espalhavam.

O objetivo deste trabalho foi caracterizar a história e ocupação do espaço regional das cidades de Aquidauana e Anastácio com uma metodologia descritiva baseada em referências bibliográficas, citações diretas e indiretas.

2 História e Criação do Município de Aquidauana

O município de Aquidauana é um dos maiores do estado de Mato Grosso do Sul, com uma área de 16.700 Km² e ocupa um lugar, na região Centro Oeste, localizado exatamente entre os paralelos 18°48'15" e 20°28'57" de latitude sul e os meridianos de 54°55'45" e de 56°59'15" de longitude oeste (ROBBA, 1992).

Seu território estende-se de norte a sul desde o morrinho do Pimentel, na divisa com os municípios de Corumbá e Rio Verde, até o rio Aquidauana, divisa com o município de Anastácio ao sul, numa distância de perto de duzentos quilômetros de leste a oeste desde a serra de Maracaju, divisa com os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Terenos, Corguinho, Rio Verde e Rio Negro até a divisa com os municípios de Miranda e Corumbá, nunca distância de cerca de 190 quilômetros (ROBBA, 1992).

Aquidauana é uma das mais prósperas cidades do sul de Mato Grosso do Sul. Com cerca de 45.000 habitantes e uma história relativamente recente, apresenta características peculiares que a tornam um interessante campo para a pesquisa histórica. A cidade é, juntamente com Miranda e Corumbá, um dos elementos importantes da urbanização do Pantanal Mato-Grossense e um dos grandes responsáveis pela ocupação humana e desenvolvimento de toda a região (NEVES, 1974).

Os primeiros colonizadores teriam sido os espanhóis, por volta do século XVI. Mas, a colonização ocorreu com a comitiva comandada pelo major Teodoro Paes da Silva Rondon, composta por fazendeiros e pessoas vindas da Vila de Miranda e da região, com o objetivo de fundar um povoado à margem esquerda do rio Aquidauana.

Foi em torno da pecuária que a região, mais tarde, começou a ser, gradativamente, povoada. No final do século XIX os fazendeiros da região de Miranda resolveram fundar um novo povoado junto ao rio Aquidauana. Esse povoado devia situar-se num ponto equidistante da cidade de Miranda e do, então, povoado de Campo Grande, de modo que os moradores da região pudessem comunicar-se com Miranda pelo rio e com Campo Grande por terra e não ficassem isolados quando as chuvas impedissem a ida das carretas para Miranda. No lugar chamado São João da Boa Vista, que atendia a essas exigências, surgiu Aquidauana (PAULA, 1974). Assim, a sua origem liga-se à geografia do Pantanal. Para resolver o problema de isolamento e dificuldades de transações comerciais, que as sucessivas enchentes do Pantanal provocavam.

A opção pelo nome "Aquidauana" revela a influência da cultura indígena em várias regiões de Mato Grosso do Sul, com nomes de etnias indígenas. Segundo a toponímia Guaicuru

o termo denomina rio estreito, fino.

É do “Álbum de Matto-Grosso”, editado em Hamburgo em janeiro de 1914, a seguinte citação:

À 15 de agosto de 1892, à convite do prestimoso cidadão Major Theodoro Paes da Silva Rondon, dirigiram-se para a margem do rio Aquidauana, ao ponto em que hoje se acha a vila, e ali fizeram a primeira reunião dos subscriptores para a compra do terreno destinado ao patrimônio da projetada povoação, diversos fazendeiros e pessoas residentes na villa de Miranda. Essa reunião tinha por fim a escolha do local e do nome da nova povoação, e a constituição de uma comissão que proveria à todas necessidades reclamadas pelo alevantado objetivo que tinha em vista.

Sob copado arvoredado, à margem direita do rio, no ponto em que está hoje situada a Igreja da padroeira local, reuniram-se cerca de 40 cidadãos, sendo escolhidos para a comissão diretora os Senhores Major Theodoro Rondon, Coroneis João D’Almeida Castro, Augusto Mascarenhas, Estevão Alves Corrêa e Manoel Antônio de Barros. Nessa reunião foi adotado o nome de Aquidauana para o novo centro de população, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

A ata foi lavrada sobre uma manta de couro, no chão, pois ali só havia solidão e exuberante vegetação. A comissão elegeu Presidente e Tesoureiro, acumulando as funções de fiscal, aos dois primeiros dos seus membros citados, e organizou seus estatutos. Retiraram-se então todos, voltando ao ano seguinte os dois primeiros fundadores. Em seu regresso ali estabeleceram os primórdios da povoação os sertanistas Major Theodoro da Silva Rondon e coronel João d’Almeida Castro que, com outros, construíram os primeiros ranchos de palha na mata frondosa.

Aquidauana foi elevada a município, pertencente a comarca de Miranda, em 20 de fevereiro de 1906. O primeiro decreto municipal, de 7 de maio de 1907, regularizou a vida da vila em diferentes aspectos, desde a legalização da posse dos terrenos até os cuidados que os moradores eram obrigados a tomar para o bom andamento geral da cidade, mesmo no que diz respeito à vida social (ROBBA, 1992).

3 História e Criação do Município de Anastácio

O município está localizado entre os paralelos 20° e 21° e sua sede na latitude 20°29’01” e de 55°48’25” de longitude com altitude de 160 metros do nível do mar. Está situada na região Centro Oeste com uma superfície de 2.957,5 km² e uma população aproximada de 25.000 habitantes, limita-se ao norte com o município de Aquidauana, e ao sul com os municípios de Maracaju e Nioaque, ao leste com o município de Dois Irmãos do Buriti e ao oeste com os municípios de Bonito e Miranda (ROBBA, 1992)

A história da cidade de Anastácio está intimamente ligada à de Aquidauana, datando sua origem de 15 de agosto de 1892, quando oficialmente se fundou a cidade, sob a coordenação dos principais fundadores – Theodoro Rondon, João de Almeida Castro, Augusto Mascarenhas, Manoel Antônio Paes de Barros e Estevão Alves Correa. O primeiro núcleo de desenvolvimento

da atual cidade de Aquidauana se fez à margem esquerda do rio do mesmo nome, em terras da Fazenda Santa Maria.

Vicente Anastácio nasceu no dia 04 de abril de 1846, em Aieta, na Calábria, Itália. Vicente Anastácio chegou ao estado, via fluvial, de canhoneira. Marujo italiano, aportou em Corumbá, logo que acabou a Guerra do Paraguai. Em 1872, um italiano, Vicente Anastácio estabeleceu-se na região ao comprar uma Fazenda denominada Santa Maria, na margem esquerda do rio de mesmo nome próxima de onde futuramente se localizaria a cidade de Anastácio. Em 15 de agosto de 1892 o povoado denominado Aquidauana foi fundado. Foi ali onde nasceram os primeiros estabelecimentos comerciais, entre os quais a Casa Cândia. (VALÉRIO, 2002).

O senhor Vicente Anastácio é um dos pioneiros na ocupação desse espaço, que, mais tarde, transformado em município, levaria o seu nome, pela sugestão do senhor Hugo Corrêa, então deputado estadual de Mato Grosso unificado, representante da região de Aquidauana, quando da criação do distrito. Anastácio, o italiano Vicente Anastácio faleceu em Aquidauana no dia 03 de outubro de 1929 (VALÉRIO, 2002).

Considerando que na margem esquerda do rio iniciou-se a atividade comercial, a margem esquerda do rio Aquidauana fora onde se iniciou a atividade comercial de Aquidauana, o porto de Anastácio proporcionou também o primeiro núcleo de desenvolvimento aquidauanense. O novo povoado se fez primeiro na margem esquerda, em terras da Fazenda Santa Maria, adquiridas pelos seus fundadores da cidade de Anastácio.

O povoamento da cidade de Anastácio foi provocado pela necessidade de se encontrar um local adequado para carga e descarga de mercadorias que provinham da cidade de Miranda por navegação fluvial, a época pertencente a Francisco Rodrigues do Padro, pelo único meio de transporte então existentes: a navegação fluvial, sendo que as barrancas do rio, em sua margem direita, não eram propícias para a atração de lanchas. Em consequência, ao longo da rua Porto Geral, na margem esquerda, surgiram as primeiras casas comerciais e a primeira escola que recebeu o nome do Coronel Theodoro Rondon.

Com o decorrer do tempo, Aquidauana, na margem direita, tornou-se importante centro de abastecimento da região sul do Estado. O desenvolvimento da margem esquerda, somente conheceu declínio quando, em 1911, os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil cortaram o município em sua margem direita e a estação ferroviária passou a concentrar às suas voltas um aglomerado urbano que cresceu e se desenvolveu rapidamente.

A ferrovia aos poucos foi desbancando a navegação fluvial que era o fator do crescimento

da margem esquerda. Mais tarde, porém, surgiu séria rivalidade entre Aquidauana e Anastácio (bairro da Sede e denominado ainda margem esquerda), julgando-se os moradores deste, prejudicados pela administração municipal, instalado na margem direita (ANASTACIO, 2015).

Durante as décadas de 50 e 60, os trabalhadores oriundos de Pernambuco chegaram em massa à procura de novas e promissoras terras. A Colônia do Pulador foi constituída em sua grande maioria por estes emigrantes. A divulgação das terras mato-grossenses cresceu por meio da ação dos “divulgadores de terras” que tinham como missão encomendada por alguns fazendeiros de viajar e divulgar a região. Mas estes não foram os mecanismos de maior divulgação das terras do Pulador; o deslocamento para Anastácio teve seus maiores pontos de divulgação nas décadas de 30 à 60 e isto devido ao trabalho dos próprios emigrantes que aqui chegavam e através de cartas e visitas. Nas correspondências, por exemplo, narravam-se aos parentes e amigos do Nordeste a fertilidade e a prosperidade da região mato-grossense.

Observa-se que o comércio funcionava, em sua maioria, à base de troca de produtos, ou seja, os moradores da Colônia se alimentavam, vestiam-se, sobreviviam durante o ano todo com produtos de casas comerciais da cidade; e, conforme depoimentos, estes estabelecimentos aguardavam o pagamento dos migrantes na ocasião do término da colheita, para então receberem / trocarem a dívida com os produtos da plantação. Além do sistema de troca, havia, também, o comércio com a moeda. Em alguns pontos comerciais se mantinha a relação de compra e venda, e, na maioria desses casos, o dinheiro era acumulado pelos emigrantes para aquisição da posse de terras (DOMINGUES, 2015).

Com o passar do tempo, os homens e mulheres residentes na Colônia do Pulador partiam para a cidade e tornavam-se moradores, comerciantes, trabalhando em estabelecimentos, como botequins e bares, que vendiam produtos de origem da cultura da região do Nordeste: farinha, jabá, bebidas. Estes locais davam origem ao que chamamos de “casas do Norte”, normalmente frequentadas, em sua maioria, por conterrâneos que já habitavam a cidade (DOMINGUES, 2015).

4 Emancipação de Anastácio

O município de Anastácio foi emancipado pela lei estadual número 2143 de 18 de março de 1964. Esta ocorreu após a organização da população, resultando no desmembramento do chamado bairro da margem esquerda da cidade de Aquidauana surgindo assim à cidade de Anastácio.

Existem diferentes versões para que houvesse este desmembramento. Alarico David

Medeiros Sobrinho, sul-mato-grossense da cidade de Nioaque, ex-prefeito da cidade de Anastácio, explica esta emancipação:

A Margem Esquerda, hoje Anastácio, era um bairro de Aquidauana, reduto total do Partido Social Democrata, pois mesmo quando a União Democrática ganhava as eleições, na Margem Esquerda estes sempre perdiam, nunca eram beneficiados, fato este que transformou a Margem em uma pulga na camisola da UDN. Diante dessa situação resolveram ver - se livres deste reduto. Usando do Deputado Hugo Corrêa, ex - exato de Aquidauana, apresentou-se o projeto de criação do Distrito de Anastácio, para depois emancipá-lo como município.

O senhor Alcebíades Alves de Albres, que nasceu na cidade de Anastácio, no ano de 1931, já foi prefeito, vice-prefeito e vereador, relata que:

O motivo da emancipação da Margem Esquerda ocorreu em função das benfeitorias do bairro atenderem somente à Margem Direita (Aquidauana), ou seja, arrecadava-se dinheiro dos moradores e beneficiava-se apenas uma margem, fazendo com que a luta pela emancipação da Margem Esquerda surgisse em virtude do prejuízo que a população estava tendo pela maneira com que os administradores vinham direcionando os recursos para a margem direita do rio Aquidauana.

Estas diferentes versões referentes à emancipação do município de Anastácio, que perpassam pelas diferenças políticas e partidárias, assim como o desempenho da população e a arrecadação de impostos, têm sua importância, e, unificadas, explicam os motivos do desmembramento do município.

5 Conclusão

Evidencia-se a importância das cidades de Anastácio e Aquidauana para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. A utilização do rio Aquidauana até a cidade de Miranda muito utilizado a época como única forma de levar mercadorias para cidade supracitada. Com a chegada da ferrovia Noroeste do Brasil a navegação através do rio Aquidauana foi perdendo forças, hoje a navegação por esse rio é praticamente inexistente.

Referências

ANASTÁCIO, Nossa História, Prefeitura Municipal de Anastácio - MS, Anastácio, 27 jul. 2015. Disponível em <<http://www.anastacio.ms.gov.br/prefeitura/3/nossa-historia>>. Acesso em 27 jul. 2018.

DOMINGUES, A.S. Memórias vividas, insurgidas e reinventadas: a Colônia do Pulador em Anastácio-MS. Anais do XI Encontro Nacional de História Oral, Belo Horizonte, 2012.

GAUTO, G. Aquidauana, 113 anos de Fundação – Algumas Reflexões, Aquidauana – MS, 2005.

JESUS, N, M. A Capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. Rev Territórios & Fronteiras, v.5, n.2, 2012.

NEVES, J. Fontes primárias para história de aquidauana: a ata de fundação e o primeiro Decreto Municipal, Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH, Volume III, Belo Horizonte, 1973.

PAULA, E.S. A cidade e a História, Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH, Belo Horizonte, 1973.

ROBBA, C. Anastácio: ontem e hoje. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1992.

ROBBA, C. Aquidauana: ontem e hoje, Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1992.

VALÉRIO, C. Breve história de Anastácio: a margem esquerda, Anastácio - MS, 2002.

História e Ocupação do Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul

José Carlos Pina

Valdir Antonio Balbino

Sandino Hoff

1 Introdução

O povoamento da região de que faz parte o atual município de Caarapó ocorreu com os indígenas da etnia Guarani/Kaiowá que ali habitavam antes mesmo do descobrimento do Brasil. No período de 1915 e 1928 houve a demarcação das reservas indígenas oficializando o processo de confinamento compulsório. A razão do aldeamento foi liberar as áreas para a colonização, criando espaços para as empresas privadas de colonização. Do território original de aproximadamente 20 mil km², restaram legalmente aos Guarani/Kaiowá apenas 18.124 hectares (COSTA *et al.*, 2005), divididos em 8 aldeias.

O povoamento não indígena da região que, atualmente, constitui o Município de Caarapó, foi iniciado pelos “mineiros”, como eram chamadas as pessoas que se dedicavam à extração da erva-mate nativa, abundante naquelas paisagens e, posteriormente, por gaúchos que chegaram, a partir de 1893, em busca de novas terras, localizando-se na concessão da Companhia Matte Laranjeira para produzir alimentos para os trabalhadores da empresa. Alguns anos após, exigiram a posse das terras, causando divergências com Thomaz Laranjeira (CENTENO, 2008).

A situação econômica do município foi descontínua, no entanto, alguns autores identificaram continuidades, uma permanência das marcas deixadas do início da colonização no sul de Mato Grosso, ressaltando as diferenças entre as colônias de povoamento (BARBOSA, 1961; PÈBAYLE; KOECHLIN, 1981) e as colônias de exploração (CENTENO, 2008).

A extração de erva-mate com finalidade comercial no Sul do Estado de Mato Grosso começou alguns anos após a fixação dos limites fronteiriços entre Brasil e Paraguai, em que grande parte dos ervais situados em território neutro juntou-se ao patrimônio nacional, constituindo vasta riqueza pública e movimentando a economia (GOMES, 1986).

A pecuária no sul de Mato Grosso, até então, estava vinculada à economia de subsistência. Devido às grandes distâncias, a única saída era a troca de gado *vacum* por sal, pela proximidade com o Paraguai, pois, não havia comprador para o rebanho (BARBOSA, 1961).

Thomaz Laranjeira, a partir de 1878, iniciou o processo de extração da erva-mate, mas somente em 1882, obteve permissão imperial para tocar oficialmente a atividade. Em 1891,

juntamente com outras pessoas criou a Companhia Matte Larangeira (BRASIL, 1891; OLIVEIRA, 1988).

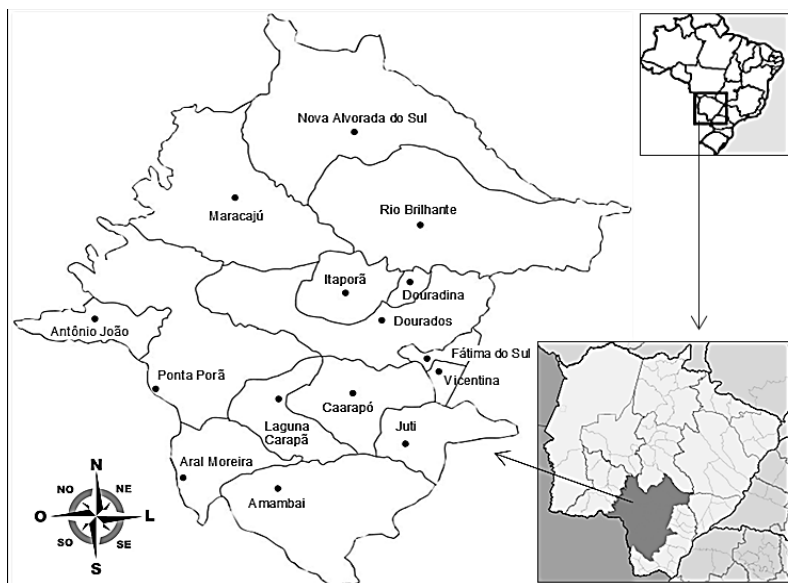
O declínio da atividade ervateira foi fortemente marcado pelas intenções de povoamento a partir do governo Vargas (1930) concluindo por volta de 1943 com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (BRASIL, 1943). O efeito dessa ação governamental efetivou-se realmente na década de 1950. A partir deste ano, a colonização do Município de Caarapó intensificou-se devido à implantação da cafeicultura e ao avanço agrícola (FERREIRA, 1958). Após 1960 e até 1980, predominavam três economias principais: pecuária, extração de madeira e agricultura. Atualmente, instalou-se em Caarapó a indústria ligada à produção de álcool e açúcar, o que acarretou reestruturação produtiva no campo com o cultivo de cana-de-açúcar e um impulso ao oferecimento de empregos no município.

Este estudo tem por objetivo descrever a história da economia e do povoamento do município de Caarapó.

2 Material e Métodos

O presente trabalho foi desenvolvido no Município de Caarapó, situado no Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. Buscou verificar a história do povoamento e das fases econômicas do Município de Caarapó. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016a) o município faz parte da mesorregião Sudoeste e da microrregião de Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1), com altitude média de 471 m e 2.089,6 km².

Figura 1 Microrregião de Dourados.



Fonte: Adaptado de Pires, Caldas e Recena (2005).

O clima característico do município é úmido a subúmido, com precipitação entre 1500 a 1750 mm por ano. A vegetação encontrada é a pastagem plantada na maior parte do território, sendo também expressiva a área de lavoura. A vegetação natural apresenta-se com espécies do Cerrado e Floresta Estacional (Mata Atlântica), hoje, quase extinta (SEMAC, 2011). Está sobre a influência hidrográfica da Bacia do Rio da Prata. Caarapó tem limites com os municípios de Juti, Dourados, Fátima do Sul, Laguna Carapã, Amambai e Vicentina (IBGE, 2016a).

Os dados foram obtidos por meio de documentos e jornais disponibilizados pelo Museu de Caarapó, bem como, por informações do IBGE e por memórias e artigos científicos. Para a elaboração desse trabalho, tem-se como suporte bibliográfico básico o livro de Ramão Vargas de Oliveira intitulado “Conhecendo Caarapó: geo-história do município”, em que, o autor investiga e aponta o desenrolar da história econômica e social do município ao longo de várias décadas passando por alguns dos ciclos econômicos, objetos de análise deste trabalho. Foram, também, observadas informações contidas nos decretos imperiais.

3 Resultados e Discussão

Na sequência serão apresentadas informações sobre o Município de Caarapó, constando os primeiros habitantes e a ocupação da terra por pessoas não indígenas.

3.1 Município de Caarapó

A história do Município de Caarapó relaciona-se com a história da Argentina, Paraguai e

Brasil, uma vez que, envolve as tentativas de colonização do Mato Grosso pelos jesuítas espanhóis do vice-reinado do Prata e do Paraguai, a partir de 1500. A região de Juti (*Nhuti*) foi habitada pelos indígenas, primeiros habitantes de parte da América do Sul, provavelmente, a partir de 2590 a. C. quando entraram no sul de Mato Grosso vindos da planície platina, sendo, os primeiros a chegar, os Guarani/Kaiowá e Kadiwéu (OLIVEIRA, 1988).

A partir de 1580 a região sul de Mato Grosso foi explorada pelos espanhóis e portugueses (jesuítas) que fundaram algumas vilas. Mais tarde, essas povoações foram destruídas pelas bandeiras de Nicolau Barreto, 1602; Pedro Vaz de Barros, 1611; e Antônio Raposo Tavares depois de 1644, entre outros (OLIVEIRA, 1988).

Quando da Guerra da Tríplice Aliança entre 1864 e 1870, a parte sul do Mato Grosso ficou bastante conhecida. Com o Tratado da Paz em 1872, criou-se uma comissão para demarcar a área e fixar fronteiras entre o Brasil, Paraguai e demais países. Essa comissão foi chefiada pelo Coronel Rufino Enéas Galvão (Visconde de Maracaju), que tinha como condutor de víveres Hernesto de Paiva e Thomaz Larangeira (OLIVEIRA, 1988). Sobre o assunto descrevem Brand *et al.* (2005) que ao final da guerra é realizada a demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai numa região ocupada pelos índios Guarani/Kaiowá, do rio Apa no Estado do Mato Grosso até Sete Quedas no Estado do Paraná. Thomaz Larangeira percebeu que havia grande quantidade de ervais nativos, além de força de trabalho disponível no pós-guerra.

Demarcadas as áreas em 1874, Thomaz Larangeira fixou-se no sul de Mato Grosso para exploração dos ervais nativos trazendo do Rio Grande do Sul, João Lima para gerenciar os trabalhos, Antônio Inácio de Trindade e Francisco Xavier Pedroso para comprar e cuidar de gado que alimentou a força de trabalho, enquanto seguia até a capital do império para assinar contrato de arrendamento (OLIVEIRA, 1988). Assim, por meio de vários Decretos Imperiais, desde 1882, Thomaz Larangeira recebeu as terras para extração da erva-mate e, em 1891, conseguiu permissão para criar uma sociedade por ações (BRASIL, 1891).

Nas áreas concedidas a Matte Larangeira encontrava-se o território do atual Município de Caarapó. Os primeiros habitantes brancos a chegar a Juti foram João Dias e Eva Dias em 1883 e a família Fernandes a partir de 1900, provenientes do Rio Grande do Sul, em área do futuro distrito de Caarapó (OLIVEIRA, 1988). No entanto, foi Dom Nazário de Leon (paraguaio) e família, vindos de Ponta Porã, que construíram o primeiro rancho de capim em 1900 e fizeram requerimento da terra onde, hoje, se acha a cidade de Caarapó. Todavia, as terras de Nazário de Leon ficaram em demanda por 26 anos, até a Companhia Matte Larangeira ganhar a posse em

decorrência de desistência por parte de Dom Nazário de Leon. Ou seja, em 1926 ele foi chamado na sede da empresa em Campanário e, como não sabia ler, foi enganado e assinou documento desistindo das terras (OLIVEIRA, 1988).

A povoação começou pela presença dos “mineiros”, como eram chamadas as pessoas que extraíam a erva-mate, abundante naquelas paisagens. Primeiramente, surgiu Santa Luzia, atualmente Juti, construída pela Cia. Matte Larangeira por necessidade em estabelecer um ponto de pouso para os tropeiros que demandavam do norte do Estado ou ervateiros que vinham do Paraguai. O nome de origem tupi-guarani, veio em razão da quantidade de erva-mate existente: CAÁ, erva-mate e RAPÓ raiz de árvore, em síntese, raiz da erva-mate (OLIVEIRA, 1988; IBGE, 2016).

O lento progresso ocorreu com base na extração da erva-mate, por meio da entrega a terceiros, pela Matte, para a exploração de áreas onde deveriam construir uma “Rancheda” ou casa sede, além de trilha na floresta, para permitir o escoamento da produção de erva-mate. Essas trilhas iam até às margens do Rio Amambaí, no Porto Felicidade, em carretas puxadas por bois. Acondicionados nas barcas, o transporte da erva-mate seguia até os centros distribuidores (IBGE, 2016a).

Em 1920, Caarapó constava como distrito de Ponta Porã (IBGE, 2016a). Em 1929, perante lei estadual, foi criado o distrito de Juti, com sede na Vila de Caarapó, nas antigas terras de Nazário de Leon (OLIVEIRA, 1988). Em razão da divisão de 1936, passou a ser distrito de Dourados, juntamente com Juti. Em 1943, Juti passa a ser chamada de Santa Luzia e, emancipada, absorveu o distrito de Caarapó. Em 1946 Santa Luzia voltou a se chamar Juti. Em 1948 é criado o distrito de Caarapó com terras desmembradas de Juti (IBGE, 2016b).

Em 1958 são desmembrados do município de Dourados os distritos de Caarapó e Juti, constituindo um novo município: Caarapó, que consta com dois distritos: Juti e Naviraí. Em 1963 Naviraí é desmembrado do município de Caarapó, sendo incorporado ao município de Caarapó os distritos de Cristalina e Nova América. Por fim em 1987, Juti é desmembrado de Caarapó. O município de Caarapó conta atualmente com dois distritos: Cristalina e Nova América passando a contar com pouco mais de 208 mil hectares de área (IBGE, 2016a).

3.2 As fases econômicas predominantes na formação do município de Caarapó

Nessa seção discutem-se as várias fases econômicas pelas quais passou o município de Caarapó, desde o início do lento povoamento com a extração da erva-mate, seguindo com a cafeicultura, pecuária, agricultura, extração da madeira, indústria, comércio e serviços e

atualmente cana-de-açúcar (Quadro 1).

Quadro 1 - População (em unidades) e atividades econômicas predominantes de acordo com o ano.

Ano	População*	Atividades econômicas predominantes
1920	Sem dados	Erva-mate; Pecuária
1950	2.700	Pecuária; Café
1960	13.711	Pecuária; Soja
1970	26.007	Pecuária; Soja; Madeira
1975	46.000*	Pecuária; Soja; Madeira
1980	27.213	Pecuária; Soja; Comércio e serviços
1991	22.492	Pecuária; Soja; Indústria, comércio e serviços
2000	20.706	Pecuária; Soja; Indústria, comércio e serviços
2006	19.386*	Soja; Indústria, comércio e serviços
2007	22.723*	Soja; Indústria, comércio e serviços
2015	28.437*	Soja; Cana-de-açúcar; Indústria, comércio e serviços

*População estimada.

Fontes: Baseado em Ferreira (1958); Oliveira (1988); SEMADE (2015).

3.2.1 Erva-mate

A erva-mate é uma espécie da família aquifoliácea, chamada cientificamente de *Ilex paraguariensis* A. St. Hil. é uma planta da flora sul-americana que possui diferentes denominações, tais como *matin* (linguajar quíchua), erva-mate, chá-de-Paraguai, chá-dos-jesuítas, erva-do-diabo, *yerba santa* (assim batizadas pelos uruguaiois) e *Ka'a* (caá), em idioma guarani (SEREJO, 1986).

Inicialmente, a extração da erva-mate era feita empregando força de trabalho paraguaia, especializada e barata (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995), mas, o saldo foi de grande destruição dos ervais nativos e poucos núcleos de povoamento permanente (DONATO, 2011).

A região sul do Estado era rica em formações nativas dessa espécie e os trabalhos de demarcação, após a guerra, colocaram em contato com os ervais nativos Thomaz Larangeira, natural de Santa Catarina, que aproveitando seus contatos, requereu então do governo de Mato Grosso, permissão para explorar esses ervais, conseguido por meio do Decreto nº 8799 (BRASIL, 1882).

Passado algum tempo, e após sucessivos decretos de prorrogações, no ano de 1892, Thomaz Larangeira, juntamente, com Joaquim Murinho e o Banco Rio e Mato Grosso criaram a Cia. Matte Larangeira. Porém, em 1902 os sócios majoritários se endividaram e venderam suas participações na empresa a Thomaz Larangeira, que associada à sociedade Comercial Francisco Mendes & Companhia, com sede no Paraguai, acabou monopolizando quase

integralmente a exploração (IEL, 1986).

Apesar da concessão de exclusividade da Cia. Matte Larangeira que impedia que colonos ali se estabelecessem, os gaúchos entraram na área e criaram gado e cultivaram alimentos (BROGIATTO, 2015).

O modelo de ocupação do espaço no sul de Mato Grosso levou a uma série de hostilidades, de um lado os pecuaristas gaúchos que pretendiam acesso à propriedade e, de outro, a Cia que lutava para manutenção da exclusiva concessão. Haja vista que, estando a perder o controle econômico no Estado para a Companhia, os comerciantes de Mato Grosso apoiaram os sulinos, como também, o governador Generoso Ponce, a família dos Barbosa e dos Muzzi, nos afluentes do rio Ivinhema (BROGIATTO, 2015).

De acordo com Barbosa (2011, p. 61), a “[...] Cia. Matte Larangeira não quer perder, não só os seus ervais, mas também os campos verdes de Dourados, Santa Maria e Brilhante”. Sendo assim, ocorreram constantes disputas entre os dois lados (CENTENO, 2008). Esse período demonstra a força econômica da Companhia e o embate com os fazendeiros, que eram amparados pelo domínio da casa comercial mato-grossense, levando a disputas muitas vezes sangrentas durante quatro décadas (CORRÊA, 2009).

A exploração da erva-mate atingiu o auge nos anos de 1920 (IEL, 1986). Esse período coincide com o “nascimento” do povoamento do atual município de Caarapó, que era nada mais que um ponto de parada dos carreteiros que levavam a erva-mate de um ponto para outro (OLIVEIRA, 1988).

Essa fase econômica se tornou de fundamental importância na formação histórica tanto do município de Caarapó, bem como de outros municípios da região sul de Mato Grosso (IEL, 1986). Houve o declínio da erva-mate a partir de 1920, por vários motivos, entre os quais: autossuficiência da Argentina na produção e criação da política de povoamento “Marcha para o Oeste” do governo Vargas na década de 1930 (PÈBAYLE; KOECHLIN, 1981).

3.2.2 Madeira e pecuária

A pecuária foi introduzida no sul de Mato Grosso muito antes de ser reconhecida como parte do Brasil e antes mesmo de se iniciar a extração da erva-mate. Antes de 1822, era uma área disputada por espanhóis e portugueses, que em decorrência dos bandeirantes acabaram se impondo perante os espanhóis (OLIVEIRA, 1988).

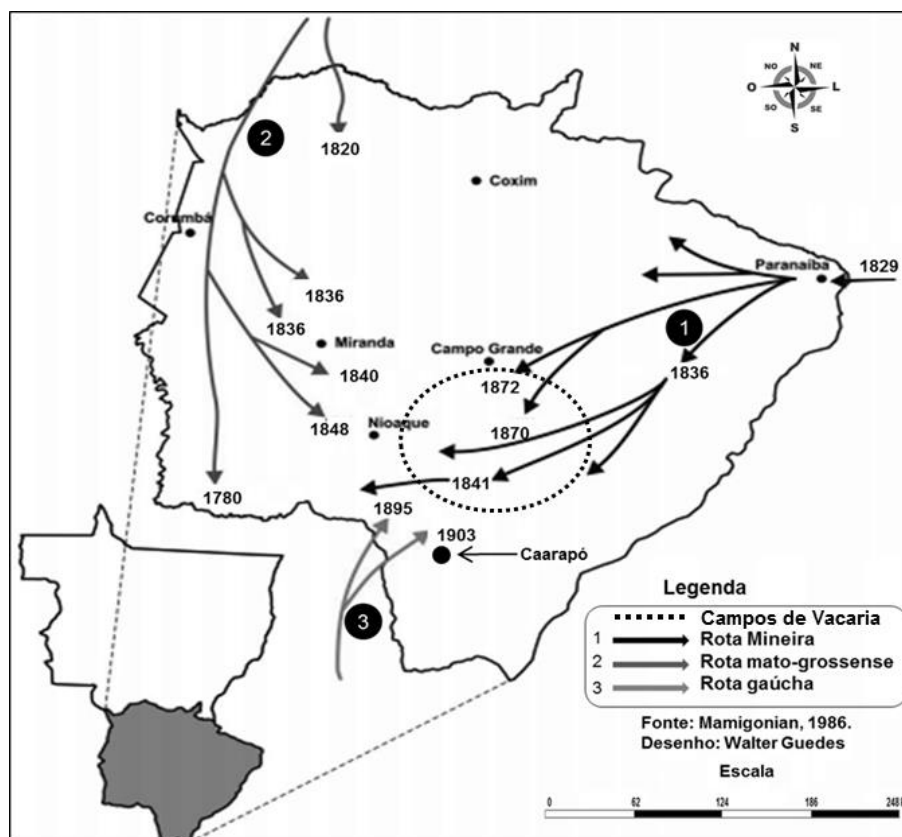
No final do século XIX, a pecuária e a produção de leite, no sul de Mato Grosso, estavam vinculadas à economia de subsistência. Sendo utilizada muitas vezes somente na intenção de

ocupação do solo. Como a distância até os mercados consumidores eram longas a única saída era a troca de gado *vacum* por sal, pela proximidade com o Paraguai, pois, não havia comprador para o gado (BARBOSA, 1961).

As origens das fazendas de gado no Estado de Mato Grosso remontam aos anos de 1780, com a migração de portugueses vindos de Cuiabá (ALVES, 2004), bem como, no ano de 1829 de pecuaristas originários de Santana do Paranaíba (CAMPESTRINI, 2009). No entanto, somente no final do século, em 1895, é que chegaram os gaúchos, em busca de terras e/ou fugindo da guerra no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2005) (Figura 2).

A posse da terra na região tornou-se monopólio de um reduzido grupo, caracterizando-se um processo de concentração de terra e formação de uma elite de grandes proprietários, marginalizando, em contrapartida, a grande maioria da população que como alternativa de sobrevivência teve de vender sua própria força de trabalho (CORRÊA, 2006).

Figura 2. Rota do avanço da pecuária bovina (1780-1903) e região dos Campos de Vacaria habitada pelos mineiros, desde 1934.



Fonte: Mamigonian (1986). Adaptado pelos autores.

Com essa entrada de capital para a criação de gado, Mamigonian (1986) relata que a

presença da pecuária bovina em todo o sul de Mato Grosso foi caracterizada pela grande extensão territorial das fazendas, não estimulando o desenvolvimento de uma malha de cidades. No entanto em decorrência da Guerra do Paraguai, parte das terras foi abandonada e retomada as atividades somente após a mesma.

Com o fim da guerra do Paraguai (1870) e a perda de prestígio de Cuiabá, por conta da queda da atividade mineradora, os fazendeiros que haviam se refugiado a leste do Estado, retornaram para recompor seu gado e benfeitorias nas propriedades, as quais haviam sido destruídas durante a guerra, com ganho somente a partir da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) com venda de gado para abastecer os países (BARBOSA, 1961) permanecendo como uma das principais atividades até a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (BRASIL, 1943).

A partir de 1950, a colonização do Município de Caarapó com 2700 habitantes, ainda como distrito de Dourados, intensificou-se devido à implantação da cafeicultura e ao avanço agrícola (FERREIRA, 1958). O italiano Geremia Lunardelli, apelidado “o Rei do Café”, comprava grandes propriedades, dividia em pequenos sítios e os vendia aos plantadores de café (MFRURAL, 2016).

No entanto, a pecuária sempre esteve presente no sul de Mato Grosso, ampliando-se o comércio a partir de 1960 no Município de Caarapó. Foi precedida pela extração da madeira existente em grande parte do município. Facholly e Doerzbacher (1991) afirmam que, ao longo das regiões ribeirinhas do município de Caarapó, existia uma vegetação com característica de floresta aluvial e própria de locais onde ocorrem derrames basálticos, além da presença esparsa de erva-mate e em alguns locais, permaneciam, ainda, a peroba, aroeira, cedro, jequitibá, ipês, dentre outras madeiras de lei.

As madeiras de lei indicam a riqueza da extração. De acordo com Barbosa (1961), a ocupação pioneira da região se deu com a prática de exploração dos recursos naturais, como a derrubada de matas para a “limpeza” do terreno e queimadas para o plantio da agricultura de subsistência e da pecuária. Essa derrubada no início se dava por meio de utensílios tradicionais, como machados, foices e outros instrumentos.

A fase econômica da agricultura e da pecuária necessitava de áreas para seu crescimento e grande parte dos pecuaristas arrendavam suas terras para que madeireiras as explorassem e as deixassem em condições propícias para o uso, ou seja, efetuavam derrubadas das matas sustentando o sentido da marcha da frente pioneira, com artifícios, tradicionalmente, já testados em estados vizinhos para abrir fazendas sem dispêndio significativo de capital (ALBANEZ,

2013).

A derrubada das matas e a limpeza do terreno se deram, quase sempre, num processo rudimentar em que os agricultores, vindos do Nordeste, usassem o fósforo e o machado e abrissem as “roças” para o plantio. Mas o processo de ocupação e retirada da vegetação em prol da agricultura e pecuária de grandes empreendimentos foi acompanhado pela intensa exploração da madeira, utilizada para os mais diversos fins (PÈBAYLE e KOECHLIN, 1981).

A partir do colapso da produção ervateira e o predomínio das fazendas de criação de gado, o processo de desmatamento foi intensificado na região de Caarapó. As serrarias e construções, também, foram os maiores consumidores das madeiras. Angelim (*Dinizia excelsa* Ducke), a Peroba (*Aspidosperma polyneuron* Müll. Arg.), a Aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Fr. Allem.) e o Ipê (*Tabebuia* spp.), além de outras madeiras de lei, foram utilizadas como “vigamento de telhados” de sobrados e residências para determinadas regiões do sul do Estado de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1969; MAGALHÃES, 2012).

No município de Caarapó a devastação da flora foi drástica. A partir da década de 1960, nasciam outras formas de exploração para assegurar a fronteira e povoar a região. A exploração da madeira era uma delas, havendo no ano de 1969 três serrarias ou madeireiras no município (CAARAPÓ em..., 1969). Assim entre os anos de 1966 e 1978, as madeireiras “devastaram” as florestas na intenção maior de transformar as matas em campos para cultivo agrícola ou para pecuária (OLIVEIRA, 1988). A população aumentou em 90% desde 1960 (SEMADE, 2015).

Sobre o assunto, Oliveira (1988) descreve que Caarapó chegou a ter 45 serrarias em franco desenvolvimento, extraíndo em média 400 m³ de madeira por dia. Continua o autor a descrever que Caarapó registrou uma população de cerca de 50 mil habitantes entre 1970 e 1980, mais da metade no meio urbano, trabalhando nas serrarias.

No ano de 1980 cerca de 30% da população já teria ido embora, juntamente, com parte das madeireiras para outros Estados que tivessem madeiras para serem extraídas ou para outros municípios à procura de emprego (OLIVEIRA, 1988). Há divergência com os dados do IBGE, pois a população registrada pelo Censo, na época, era de 27.213 pessoas (FERREIRA, 1958). Já estariam contados os 30% das pessoas que emigraram. Segundo Oliveira (1988) a extração de madeiras representava 35% da economia do município em 1980, isso já considerando o declínio da atividade.

O Jornal Democrata do Sul (INFORMAÇÕES..., 1980), destaca que Caarapó no ano de 1980 contava, ainda, com 34 serrarias, já com a atividade de extração de madeira em pleno declínio. Segundo Oliveira (1988), depois de os madeireiros terem acabado com a flora da

região partiram para Ponta Porã ou para o Norte do país para novas explorações. Continua o autor destacando que a exploração desenfreada teve como objetivo abrir espaço para a agricultura extensiva que havia chegado com os gaúchos, bem como, novas áreas de pastagens para criação de bovinos.

Isso pode ser corroborado com os dados constantes do Jornal Folha de Dourados que assim reportou algumas informações do município de Caarapó¹: “Levantamento feito recentemente por órgão do governo estadual foi confirmado que o “vale da esperança”, é o grande responsável pelo desenvolvimento agropecuário do Estado, é o município que mais exporta gado de corte. Seu rebanho bovino ascende a mais de 160.000 cabeças, estando ali os campeões da raça nelore” (CAARAPÓ exporta..., 1969).

Por sua vez, passados mais de uma década, e com plena exploração madeireira, o Jornal Democrata do Sul (INFORMAÇÕES..., 1980) divulga: “Há no município de Caarapó, cerca de 500.000 cabeças de gado entre gado de corte, cria e leiteiro, [...]. Existe também gado de Raça, Campeões de grandes exposições realizadas no Brasil e Argentina”. Nesse ano de 1980, a pecuária representou 40% da economia municipal (OLIVEIRA, 1988).

Juntamente com o declínio da atividade madeireira, se dá também a diminuição populacional por falta de emprego, pois, o setor do comércio e serviços foi insuficiente para atender os desempregados das serrarias; o campo, também, apresentou incapacidade, em parte pela tecnologia empregada (ALBANEZ, 2013) e, em parte, pela emancipação do município de Juti no ano de 1988, o que reduziu a população Caarapoense para 21.427 habitantes (SEMACE, 2014) e, evidentemente, reduziu o mio milhão de reses.

Mesmo com a instalação de indústria nos setores de frigorífico bovino, frigorífico para aves, e indústrias de rações, não se criou emprego suficiente para a população perdido com o declínio madeireiro. Já o declínio da atividade pecuária vem ocorrendo desde 2004, quando registrou um montante de 160.238 cabeças, com diminuições gradativas, ano a ano, até atingir no ano de 2014, 91.770 cabeças (IBGE, 2016d). Registre-se o ano que coincidiu com a instalação da atividade canavieira no município.

3.2.3 Agricultura

Não se pode dizer que houve uma “única” fase da agricultura, tendo em vista que o homem sempre necessitou plantar para seu consumo. A fase econômica aqui considerada vai além do consumo, produzindo o excedente para comércio. Sendo assim, o início se dá a partir

¹ Também conhecido como Vale da esperança.

de 1970 com a chegada da segunda leva de gaúchos no antigo sul de Mato Grosso, pois, o custo dessas terras era bem inferior ao de sua terra natal. Os novos imigrantes gaúchos introduziram o cultivo mecanizado da agricultura, predominando a soja (FERREIRA, 2007).

Para isso, foi necessário abertura de vastas terras de florestas e cerrados. Havia no ano de 1980 no município dois depósitos de cereais em atividade e um em construção. A agricultura representava no ano de 1980 cerca de 30% da economia municipal com as seguintes culturas: 1º Soja; 2º arroz; 3º algodão; 4º milho; 5º café; 6º feijão; e 7º trigo (OLIVEIRA, 1988). A partir de 1980, a soja continuou sendo a principal cultura do município encontrando-se 14.315 hectares para seu plantio. Já em 1985 a área foi de 32.000 hectares, em 1990 de 33.000 hectares e, em 2000 atingiu 47.500 hectares (IBGE, 1998).

O município de Caarapó possui área superior a 208 mil hectares. Segundo Martins (2008) a área de terras agricultáveis gira em torno de 85 mil hectares e a de pastagem 72 mil hectares, as quais somadas representam mais de 75% da área total. O restante está compreendido nas áreas de reserva legal e ribeirinha, rios, estradas municipais, estaduais, federais e a área urbana, tanto do município como dos distritos. Nesse sentido, ao considerar-se que, a partir de 1980, poucas reservas florestais restavam para desmatar, a maioria da área era utilizada para pecuária. Somente a partir de 2000 se inicia uma ocupação com lavoura em terras, antes, ocupadas pela pecuária.

No ano de 2006 o declínio populacional atingiu o menor pico desde o ano de 1970 com 19.386 habitantes. No entanto, com o início da instalação de indústria canavieira no município, o crescimento foi notável, contabilizando-se, no ano de 2007, 22.723 habitantes, aumento de mais de 17% (SEMADE, 2015).

A partir de 2009, iniciou-se a produção de cana-de-açúcar para produção de açúcar e etanol com área de 860 ha, chegando a 2014 com 25.079 hectares em uso (IBGE, 2016c). O rearranjo produtivo ocorreu com ocupação de áreas antes destinadas à pecuária, uma vez que a área destinada à lavoura continua constante e trazendo crescimento econômico para o município com aumento crescente, ano a ano, no número de habitantes, atingindo, em 2014, cerca de 30.000 (SEMADE, 2015).

4 Conclusão

O objetivo desse estudo foi descrever as fases econômicas ocorridas no município que contribuíram para o seu desenvolvimento. Observou-se que a economia do município de Caarapó passou por várias fases ao longo de sua história, provocando sucessivas mudanças

sociais e populacionais.

A história de ocupação de Caarapó foi marcada por lenta expansão urbana até 1950, em razão do monopólio exercido sobre a área da erva-mate extraída do município e, a partir de 1920, começou a diminuição da extração. Com o fim do monopólio, o município começou a se desenvolver, primeiramente, por meio da extração de madeira, depois pela criação de gado e pela agricultura de consumo. A povoação e o desenvolvimento se intensificaram na década de 1960 com o incentivo do governo federal com a marcha para o oeste.

Entre 1970 e 1980, três são as economias principais: extração de madeira, pecuária e agricultura. O município teve sua maior expansão, atraindo madeireiros que comercializavam com os sulistas a madeira que era retirada para preparação da área de pecuária e agricultura.

A partir de 1980, a soja se tornou a principal cultura dentre outras como, arroz, algodão, milho, café, feijão, trigo, juntamente, com a pecuária até, aproximadamente, 1995 com a agricultura em pleno crescimento. Entre 1996 a 2005 a economia de Caarapó se divide em agropecuária, comércio e serviços. Somente, a partir de 2007, o município de Caarapó deparou-se em uma nova fase de desenvolvimento com a chegada da indústria voltada para a produção de açúcar e álcool, estimulando a chegada de novos moradores ao município.

Referências

ALBANEZ, J.L. *Ervais em queda transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)*. Dourados: Editora UFGD, 2013.

ALVES, G.L. Aulas Régias em Mato Grosso: o discurso da historiografia regional. In: História e Historiografia da educação: Abordagens e práticas educativas, 7, 2004, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM, 2004. p. 1-8.

BARBOSA, E.G. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande: Empresa Correio do Estado, 1961, 95p.

BARBOSA, E.G. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011, 255p.

BRASIL. *Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943*. Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

BRASIL. *Decreto n. 8799, de 09 de dezembro de 1882*. Concede permissão a Thomaz Lorangeira para colher herva-matte na Província do Matto Grosso. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/leis%201882v2%20740a/indice%201882%200.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2016.

BRASIL. *Decreto n. 436c de 4 de julho de 1891*. Concede autorização a Thomaz Laranjeira para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de – Companhia Matte Laranjeira. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=47702&norma=63474>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

BROGIATTO, R.F.L. *História, ocupação e produção arquitetônica do município de Rio Brilhante-MS: 1836-1950*. 2015. 52f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Anhanguera-Uniderp, Campo Grande.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. *História de Mato Grosso do Sul*. 4ª edição. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília, 1995, 196p.

CAMPESTRINI, H. *Mato Grosso do Sul: conflitos étnicos e fundiários*. Campo Grande: 2009.

CENTENO, C.V. *Educação do trabalhador na fronteira do Mato Grosso com o Paraguai (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

CORRÊA FILHO, V. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto INLMEC, 1969.

CORRÊA, V. B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989-1943)*. Campo Grande: UFMS, 2006.

CORRÊA, V. B. História e violência cotidiana de um povo armado. *Rev. Prog. Estudos Pós-Grad. Hist.*, v.39, n.1, p.57-73, 2009.

COSTA, R. B. et al. Os solos da reserva indígena de Caarapó-MS: subsídios para a sustentabilidade dos Kaiowá e Guarani. *Interações Rev. Int. Desenvol. Local*, v.7, n.11, p.83-94, 2005.

DONATO, H. *Selva trágica: a gesta ervateira no suestemato grossense*. Taubaté: Letra Selvagem, 2011.

FACHOLLY, C.; DOERZBACHER, S. *Rio Brilhante: Sua terra, sua gente*. Cascavel: ASSOESTE, 1991.

FERREIRA, E.M.L. *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)*. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FERREIRA, J.P. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volume XXXV. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

GOMES, O.G. “Dom Thomaz”. In: Instituto Euvaldo Lodi (Org.). *Ciclo da Erva-mate em Mato Grosso do Sul (1881-1947)*. (Série histórica. Coletânea). Campo Grande: IEL, 1986, p.387-444.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Rio de Janeiro, 2016a. [online]. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500240>>. Acesso em: 23 maio 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades: Caarapó histórico*. Rio de Janeiro, 2016b. [online]. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500240&search=|caarapo>>. Acesso em: 23 maio 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades: extração vegetal e silvicultura*. Rio de Janeiro, 2016c. [online]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500240&search=mato-grosso-do-sul|caarapo>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades: pecuária*. Rio de Janeiro, 2016d. [online]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500240&search=mato-grosso-do-sul|caarapo>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1908. Volume 1 (1908/1912). [online]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

IEL. Instituto Euvaldo Lodi (Org.). *Ciclo da Erva-mate em Mato Grosso do Sul (1881-1947)*. (Série histórica. Coletânea). Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986, 518p

JORNAL DEMOCRATA DO SUL. “Informações sobre o município de Caarapó”. Caarapó-MS, edição especial n. 24, 20 dezembro 1980. Museu de Caarapó. Informações obtidas *in loco* no dia 25 de maio de 2016.

JORNAL FOLHA DE DOURADOS. “Caarapó em números”. Dourados-MT, 1969, edição de 15 novembro. Museu de Caarapó. Informações obtidas *in loco* no dia 25 de maio de 2016.

JORNAL FOLHA DE DOURADOS. “Caarapó exporta gado de corte”. Dourados-MT, 1969, edição de 15 novembro. Museu de Caarapó. Informações obtidas *in loco* em 25 de maio de 2016.

MAGALHÃES, L. A. M. *Mato Grosso do Sul: Fazendas, uma memória fotográfica*. Campo Grande: Gráfica e Editora Alvorada, 2012, 272p.

MAMIGONIAN, A. “Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá”. *Revista GEOSUL*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 39 – 47, 1986.

MARTINS, S. *Homenagens merecidas*. 1ª edição. Caarapó: Líder, 2008, 206p.

MFRURAL. *Caarapó: Mato Grosso do Sul – História*. Caarapó, 2016. [online]. Disponível em: <<http://www.mfrural.com.br/mobile/cidade/caarapo-ms.aspx>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

OLIVEIRA, F. F. M. *Evolução das Casas Comerciais de Rio Brillhante*. Campo Grande: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP, 2005

OLIVEIRA, R. V. *Conhecendo Caarapó: geo-história do município*. Campo Grande: FCMS, 1988.

PÈBAYLE, R.; KOEHLIN, J. *As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem*

geográfica e ecológica. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1981.

PIRES, D. X.; CALDAS, E. D.; RECENA, M. C. P. Intoxicações provocadas por agrotóxicos de uso agrícola na microrregião de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, no período de 1992 a 2002. *Caderno Saúde Pública*, v.21, n.3, p.804-814, 2005.

SEMAC. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Caderno Geoambiental das Regiões de Planejamento do MS*. Campo Grande: SUPLAN, 2011, 394p.

SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. *Dados Estatísticos dos Municípios de MS*. Campo Grande, 2015. [online]. Disponível em: <<http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/caarapo.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SEREJO, H. "Caraí". In: Instituto Euvaldo Lodi (Org.). *Ciclo da Erva-mate em Mato Grosso do Sul (1881-1947)*. (Série histórica. Coletânea). Campo Grande: Editora IEL, 1986, p. 27-193.

Comunidade Rural Quilombola Furnas dos Baianos, Mato Grosso do Sul

Elvia Silva Rizzi
Kelly Lacerda Pereira
Larissa Tinoco Barbosa
Gilberto Luiz Alves

1 Introdução

Este trabalho tem como objeto a Comunidade Rural Quilombola Furnas dos Baianos. Propondo-se a entendê-lo, foram usadas fontes primárias constituídas pelas memórias de Serafim, de seus filhos, Carlito e Juliete Correa dos Santos e de sua sobrinha, Nair Tertulia no de Aquino, uma vez que não existem registros na literatura que descrevam a respeito da origem dessa comunidade.

A história da ocupação local foi relatada principalmente por Serafim Gomes da Silva, um dos pioneiros na fundação da comunidade. Através dele foi possível descrever a chegada de famílias baianas à região e como se expandiram ao longo do tempo.

A comunidade está localizada em Piraputanga, distrito de Aquidauana, região Centro-Oeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Desde o século XIX, a economia de Aquidauana e de toda a região do Pantanal estava voltada para a pecuária extensiva, abastecendo principalmente o Sudeste do Brasil (ARAÚJO, 2010).

As cidades de Aquidauana, Miranda e Corumbá contribuíram para a ocupação, urbanização e desenvolvimento de toda a região do Pantanal (CHAVES, 1973). Fator que acelerou o desenvolvimento econômico da região foi à chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Acorreram pessoas de todas as partes do país, mudando os hábitos e transformando paisagens, além de expandir o comércio de alimentos e de outros produtos locais (CHABEL et al., 2009). Um desses produtos foi a farinha produzida na comunidade Furnas dos Baianos.

É necessário acentuar que as famílias baianas, na época da ocupação dessa região, além de cultivar mandioca para produção de farinha, desenvolviam atividades na lavoura principalmente para a subsistência.

Frente à relevância da instalação dessa comunidade no local, objetivou-se com este trabalho descrever a ocupação do espaço pela comunidade Furnas dos Baianos.

2 A Ocupação das Furnas dos Baianos

Em 25 de outubro de 1952, Serafim Gomes da Silva, aos 22 anos, casou-se com Julia Correa dos Santos. Por influência de seus cunhados, Francisco, João, Joaquim, José e Miguel Correa dos Santos, e mesmo assim, relutante, o jovem decidiu vir à busca de terras no Estado de Mato Grosso. Segundo relato de Celso, um amigo dos Correa dos Santos que já residia no local, a terra era muito fértil e promissora.

No dia 23 de novembro do mesmo ano, após venderem suas propriedades, Serafim, os irmãos Correa dos Santos, Gregório Bento Ferreira e a viúva Josefa Tertuliano de Aquino, juntamente com seus respectivos cônjuges e filhos, partiram em “pau-de-arara” da cidade de Mundo Novo, Bahia, rumo a Mato Grosso. No total migraram 49 pessoas compondo oito famílias.

Devido à necessidade de serem vacinados, dormiram no próprio caminhão em Feira do Santana. Quando passavam pelo Estado de Minas Gerais, foram vítimas de um acidente, conforme relato de seu Serafim.

O caminhão não era do motorista, era do seu irmão, e o irmão dele falou pra ele: - deu a noite para, não é pra viajar. E acho que de certo, ele tomou alguns goles lá, isso foi lá em Minas que aconteceu isso, ele viajou a noite toda aí quando o dia vinha querendo amanhecer bem numa curva tinha uma ponte grande o caminhão em veis de fazer a curva desceu, quando eu vi descer ao rio, eu pulei. Ainda quase terei a perna bem aqui, aí pulei bem longe, se o caminhão descamba não tinha escapado ninguém, era um rio muito maior que esse de Aquidauana, não escapava ninguém, ainda o motorista quis achar ruim comigo, aí eu digo, mas não pode, aí eu também cheguei pra de junto, você ainda quase mata todo mundo, ainda vem você com conversa mole rapaz. Mas foi sofrido.

De fato, o caminhão desceu a ribanceira, uma vez que o motorista adormeceu. Por sorte o veículo parou a uns 20 metros do rio. Com a queda, as molas do eixo traseiro ficaram danificadas, e para retirá-lo foi necessário auxílio de um trator. Permaneceram um dia e uma noite no local até que o caminhão fosse consertado.

O percurso até Volta Redonda no Rio de Janeiro foi feito em estrada de terra. Desse local até São Paulo viajaram por estradas com asfalto. Já na capital paulista, através da “fiscalização de imigração”, conseguiram passagens gratuitas de Maria Fumaça até Três Lagoas, onde fizeram a troca de trem. Seguindo até a estação ferroviária de Piraputanga.

As oito famílias chegaram a Piraputanga no dia 6 de dezembro de 1952. Não tendo para onde ir, permaneceram no perímetro da estação ferroviária e se acomodaram sob uma árvore de grande porte. Lá ficaram por um período de 15 dias.

Francisco e José juntaram suas economias e compraram uma propriedade de seu

Mundico, no valor de “14 contos de réis”. Contudo, não tinham todo esse dinheiro. Deram uma entrada de sete contos de réis e o restante da dívida foi quitado ao longo de dois anos.

Neste local já havia uma plantação de mandioca, o que facilitou o início da fabricação da farinha. Na cidade de Mundo Novo, essas famílias se dedicaram à agricultura, visto que, já trabalhavam com essa atividade em sua terra natal, cujo conhecimento era passado de geração a geração.

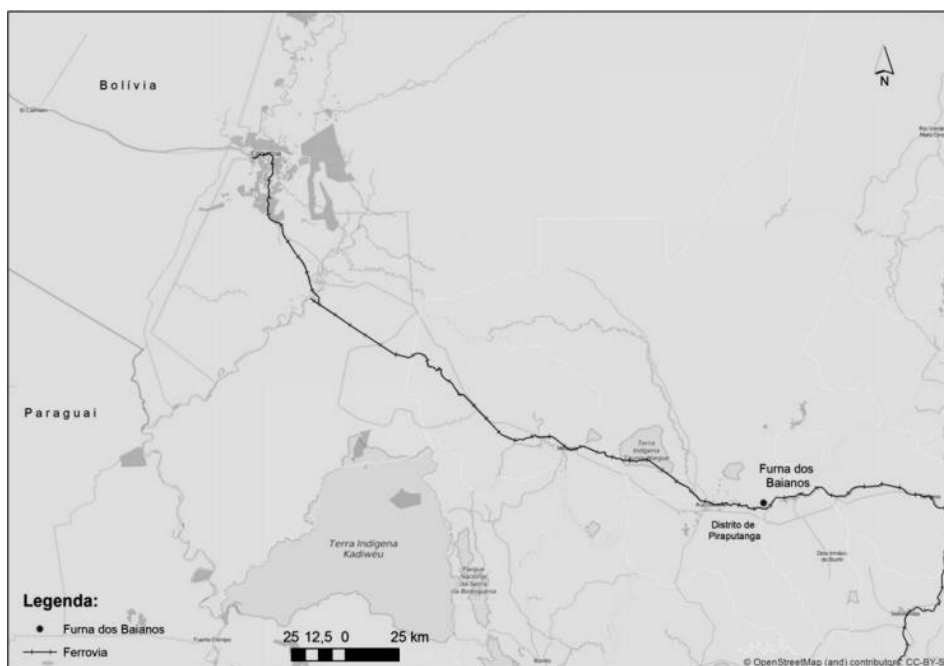
Na propriedade havia uma casa de madeira de dois andares com cobertura em sapê. Essa casa serviu para acomodá-los até que pudessem construir outros quatro ranchos dentro da propriedade. Após mudarem-se para os novos ranchos, a casa de dois andares passou a ser a farinheira, a principal fonte de renda da comunidade. Para a realização dessa atividade dependiam da água do Córrego das Antas, que era transportada em baldes na cabeça.

A mandioca produzida era transportada da lavoura para a farinheira através de carro de boi. Em seguida, era descascada manualmente e ralada por um sistema serrilhado que era acionado com auxílio do “roldão” movido a cavalo.

Posteriormente, a massa de mandioca era colocada em camadas alternadas de massa e folhas de bacuri em uma prensa de madeira com furos por onde a água escoava deixando a massa enxuta. Então a mandioca formava blocos que eram ralados, peneirados e, em seguida, levados ao forno. Após torrada, a farinha era novamente peneirada e armazenada em sacos de 60 kg.

A produção da comunidade era transportada em carros de boi até a estação de Piraputanga, onde havia “atravessadores”, comerciantes ou moradores locais, que compravam o produto e faziam a revenda para comerciantes de Corumbá. Estes exportavam a farinha para a Bolívia (Figura 1). Na época, os moradores produziam em média dois vagões de sacas de farinha ao mês.

Figura 1 - Rota de exportação da farinha entre Piraputanga, Corumbá e Bolívia nas décadas de 50 e 60.



Fonte: Os autores.

Para a subsistência, cultivavam arroz, feijão, vários tipos de frutas e criavam animais, como galinha, porco e gado. Exerciam também atividades de caça e pesca.

Com o passar do tempo os negócios se expandiram e as famílias foram comprando novas terras contíguas. No entanto, essas aquisições não foram imediatas. O senhor Serafim, por exemplo, só conseguiu comprar a sua propriedade oito anos após chegar à região. Segundo ele “Os donos das propriedades eram todas ‘rendizadas’ e não cultivavam mais nada e os antigos iam vendendo suas chácaras e nós ia comprando”.

Um fato importante ocorreu em 1954, quando o vizinho Ambrósio decidiu atear fogo no pasto. As chamas acabaram atingindo a casa de dona Josefa e a farinheira. Além das casas, perderam-se 40 sacas de farinha. O incêndio foi tão devastador que chegou a uns 30 km de extensão. Após o incidente, fizeram um mutirão e reconstruíram a farinheira em 60 dias.

Com o tempo, o processo de moagem da mandioca foi aperfeiçoado com a implantação de motor a gasolina. As técnicas de produção se tornaram mais eficazes. Ao todo passaram a funcionar oito farinheiras artesanais.

No entanto, as coisas não eram fáceis. Sem energia elétrica, tinham que usar lamparinas e velas e, para conservar a carne, o único recurso era fazer charque. Outra dificuldade era o acesso aos hospitais. A maioria das mulheres teve seus filhos em casa. Quem socorria as grávidas era dona Josefa, que, durante sua vida, realizou 214 partos.

3 Comunidades Quilombolas

Existem no Brasil, aproximadamente 2427 comunidades quilombolas reconhecidas (FCP, 2014).

Elas derivam o seu reconhecimento de um preceito da Constituição Federal de 1988 que prevê a titulação coletiva dessas terras. A partir dos anos 1990, centenas de comunidades quilombolas foram identificadas, reconhecidas e receberam a titulação de suas terras, num processo que se desenvolve caso a caso. Essas comunidades geralmente praticam formas bem modestas de agricultura e criação de animais para fins de subsistência (DRUMMOND, 2014, p. 36).

Entretanto a Constituição não definiu questões como: quem são os quilombolas; que terras são essas; qual a natureza da propriedade que lhes deve ser outorgada; e não foi editada nenhuma lei que complementasse o sentido da disposição constitucional (BRASIL, 1988; VITORELLI, 2015).

Apenas com o decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, foi regulamentado o processo para identificação, reconhecimento, delimitação, marcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombo. Esse decreto tem o objetivo de formalizar a existência das comunidades quilombolas, auxiliá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. (BRASIL, 2003).

De acordo com o Art. 2º do decreto supracitado:

Consideram-se remanescentes de comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à pressão histórica sofrida.
§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Para “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” foi criada a Fundação Palmares (FCP) pelo Poder Executivo no ano 1988, com a lei 7.668 (BRASIL, 1988), todavia, a norma não fazia menção específica sobre as comunidades quilombolas.

Somente com a medida provisória 2.216-37/01 (BRASIL, 2001), foi acrescentado aos objetivos da Fundação Palmares, “realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação”.

Para a emissão da certidão de auto definição como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares é necessário:

1. A comunidade deve possuir uma associação legalmente constituída; e apresentar uma ata de reunião convocada para auto definição a provada pela maioria dos moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada; 2. Nos locais onde não existe associação, a comunidade deve convocar uma assembleia para deliberar sobre o assunto auto definição, aprovada pela maioria de seus membros, acompanhada de lista de presença; 3. Enviar esta documentação a FCP, juntamente com fotos, documentos, estudos, reportagens, que atestem a história do grupo e suas manifestações culturais; 4. Apresentação de relato sintético da história; 5. Solicitar ao Presidente da FCP a emissão da certidão de auto definição (FCP, 2014).

De acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003), “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos respectivos”.

Concedendo a todos os quilombolas o direito de usufruir das terras ocupadas, desde que cumpram as cláusulas de obrigatoriedades dispostas no título, sendo elas, a inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade. (GAMA, 2015).

Dentro da comunidade é possível fazer a divisão da área de acordo com as famílias que a compõe, porém, as terras só podem ser passadas para descendentes de quilombos. Caso uma propriedade seja vendida para não remanescentes de quilombos, cabe ao governo (estadual e/ou federal) fazer a reivindicação de posse das terras, por meio da desapropriação (CHASIN e ANDRADE, 2007). Vale ressaltar ainda, que o Ministério do Meio Ambiente considera as Terras Quilombolas como áreas protegidas, por alegar que os quilombolas têm compromisso inato com a conservação da natureza (DRUMMOND, 2014).

O plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de 2006, prevê acessibilidade por essas comunidades aos benefícios das unidades de conservação, porém, não apresenta medidas de conservação da biodiversidade em terras quilombolas e nem indígenas (BRASIL, 2006).

Poder-se-ia supor que num plano que inclui essas terras como “áreas protegidas” deveria haver alguma consideração sobre esse assunto crucial. Por exemplo, dever-se-ia propor um plano de ação para o manejo sustentável dos recursos das reservas incluindo financiamento e apoio técnico para a agricultura, exploração florestal, mineração e outras atividades econômicas (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2013).

Desta forma, caberia ao SNUC discutir medidas de manejo para a conservação da biodiversidade nessas áreas, e com isso auxiliar as comunidades na proteção ambiental, mostrando seus deveres e responsabilidades pela riqueza que está em suas mãos.

3.1 Comunidade Quilombola Furnas dos Baianos

Na década de 1990, João Correa dos Santos doou sua propriedade, denominada “Deus dará”, para a construção da Associação Negra Rural Quilombola Furnas dos Baianos. Porém, apenas em 2007 os habitantes da região foram reconhecidos como integrantes de comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

A comunidade Furnas dos Baianos foi considerada quilombola, devido as suas descendentes Ciniana Bento Ferreira, alforriada, e Josefa Tertuliano de Aquino, descendente direta de escravos na Bahia.

3.2 Estruturação da Comunidade

Com o passar dos anos as famílias cresceram e, em busca de novas oportunidades, a maioria dos descendentes que tinham crianças e jovens migrou para outras localidades. Isso levou à desativação da escola local.

Atualmente residem na área 25 famílias. Dessas, nove não são descendentes de baianos. A comunidade é constituída na maioria por pessoas aposentadas, que complementam seus ganhos cultivando frutas e legumes, comercializados em feiras de Aquidauana e Piraputanga. Mas, por serem idosos, precisam contratar trabalhadores para realizar as atividades no campo.

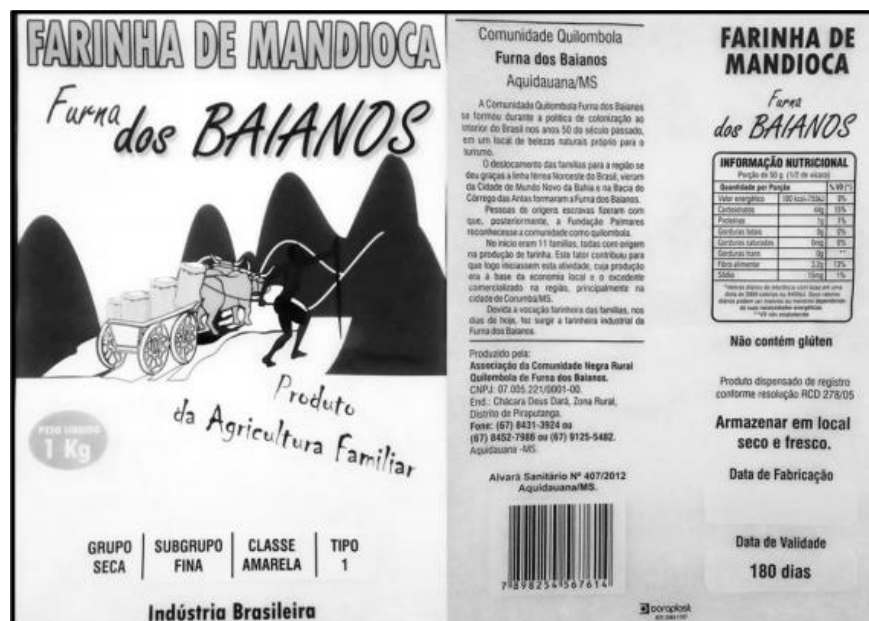
A comunidade é cortada pelo córrego das Antas. Uma ponte faz a conexão entre as duas áreas, o que facilita o acesso a furnas e o escoamento da produção. Além da associação, a comunidade possui um ateliê de costura, inaugurado em 2010. Por atraso na entrega das máquinas, seu funcionamento só foi possível em 2014.

Com intuito de aumentar a renda das famílias, são oferecidos cursos de corte e costura. Também há um galpão usado para as festividades. Entretanto, está interditado pelo corpo de bombeiros devido às péssimas condições em que se encontra.

Outro recurso disponível é o Centro Comunitário de Produção de Farinha. Implantado em 2010 e inaugurado em 2012, o centro tem capacidade para produzir 750 kg de farinha ao mês. Porém, no início de 2015 a bomba d’água queimou e, até o momento, a fábrica está com sua produção interrompida. Isso traz prejuízos para as famílias, uma vez que a fábrica é essencial na geração de renda para a comunidade.

O atual processo de produção da farinha, desde a lavagem até a torração, é mecanizado. Somente o ensacamento é feito manualmente. A farinha fabricada pelos moradores é comercializada principalmente em Piraputanga e Aquidauana. O produto é acondicionado em embalagens que ilustram a história da comunidade (Figura 2).

Figura 2. Farinha produzida pela Comunidade Rural Quilombola Furnas dos Baianos.



Fonte: Pereira (2016).

4 Conclusão

A chegada da Noroeste do Brasil (NOB) na região de Piraputanga possibilitou a vinda de pessoas de outras regiões do país, estimulando o comércio local.

No ano de 1952, a família do senhor Serafim se instala na região trazendo a tradição da produção da farinha de mandioca, importante fonte de renda para a comunidade e que por muitos anos foi transportada pela NOB até Corumbá e exportada para a Bolívia.

Ao longo dos anos, com a migração das famílias, houve diminuição na produção de farinha. Os moradores passaram a buscar outras fontes de renda, entre elas a horticultura e a pecuária. Aposentadorias garantem o sustento de alguns.

Em 2007 a comunidade recebeu a titulação de remanescente de quilombos pela FCP, o que possibilitou o acesso a benefícios garantidos pela Constituição, como as estruturas dispostas na comunidade.

E como supracitado, essas propriedades não podem pertencer a não descendentes de quilombos, sendo proibida por lei a venda, o arrendamento, a penhora e doação dessas terras, sendo consideradas áreas protegidas pela União. Caso ocorra a venda, os proprietários com escritura em cartório receberam do Governo indenização e a propriedade voltará a ser da comunidade.

Ou seja, a área da Comunidade Rural Quilombola Furnas do Baianos não deixará de pertencer aos remanescentes de quilombos, assegurando as futuras gerações a titulação permanente.

Referências

ARAUJO, A.G.J. Desafios a um desenvolvimento sustentável em Aquidauana, pantanal mato-grossense, Brasil: contradições e confusões no território das águas. Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos, Tucumán, n. 22, p. 194-218, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 ago. 1988. p. 16002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7668.htm>. Acesso em: 24 de setembro de 2015.

BRASIL. Medida Provisória nº2.216-37, de 31 de agosto de 2001. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 set. 2001. p. 6. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2216-37.htm>. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de janeiro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2003. p. 4. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. Sistema Nacional de Sistemas de Conservação da Natureza (SNUC). 2006. p. 8. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em:<http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

CHABEL, J. F.; SANTOS, S. A.; ALVES, M. Nos trilhos do tempo... O Velho Trem. In: XI Congresso de Comunicação da Região Centro-Oeste, 4, 2009, Brasília DF. Anais (on-line)... São Paulo: Intercom, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2009/trabalho.htm>. Acesso em: 5 ago. 2018.

CHAVES, L. F. Fontes primárias para a história de Aquidauana: a ata de fundação e o primeiro decreto municipal. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7., 1973, Belo Horizonte. Anais... VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A cidade e a História. São Paulo: [FFLCH-USP], 1974. v. 3, p. 1675.

CHASIN, A. C.; ANDRADE, L. Terra de Quilombo. Boletim 2, nov. 2007.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. Arcas à deriva: Unidades de Conservação do Brasil.

1ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013.

DRUMMOND, J. A. Proteção e produção: biodiversidade e agricultura no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

FCP – FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Fundação Cultural Palmares certifica mais 19 comunidades quilombolas. 2014. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=31882>>. Acesso em: 24 set. 2018.

GAMA, A.M. O direito de propriedades das terras ocupadas pelas comunidades descendentes de quilombos. 2015,

VITORELLI, E. Comunidades Quilombolas – Decreto nº 4.887, 20 de novembro de 2003. In: VITORELLI, E. Estatuto da igualdade racial e comunidades quilombolas – Leis Especiais para Concursos. v.40. 2015. p. 232.

Árabes e Turcos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul

Renata Machado Garcia Dalpiaz

Helenrose A. da S. Pedroso Coelho

Gilberto Luiz Alves

1 Introdução

Este trabalho trata da chegada de árabes e turcos ao município de Campo Grande/MS. O estudo é uma tentativa de compreender as principais transformações sociais, culturais e econômicas vividas pelas gerações desses imigrantes, no período de 1900 a 1950. Para tanto, objetiva analisar a chegada e a inserção de imigrantes árabes e turcos na cidade de Campo Grande, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento da cidade.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com imigrantes ainda vivos e seus descendentes. A relação dos entrevistados foi definida a partir de uma conversa inicial com Ronaldo Chadid e Munir Sayeg, ambos descendentes de árabes. Em seguida, foram estabelecidos contatos com todas as pessoas da lista elaborada para o agendamento de entrevistas. A relação final de dez nomes consta no Quadro 1.

Quadro 1 - Lista de pessoas entrevistadas

	Nome	Ascendência	Idade	Local de Nascimento	Chegada da família	Geração
1	Paulo Siufi Neto	Turca	48	Campo Grande/MS	1911	3º
2	Rene Siufi	Turca	67	Campo Grande/MS	1911	2º
3	Adib Anache	Turca	82	Mardin/ Turquia	1919	1º
4	Abrão Razuk	Turca	72	Campo Grande/MS	1923	2º
5	Chance Abrão Possik	Turca	92	Zahle/Líbano	1925	1º
6	Abud Chacha	Síria	53	Aleppo/Síria	1930	2º
7	Reni Domingos dos Santos	Síria	64	Campo Grande/MS	1908	2º
8	Munir Sayeg	Libanesa	50	Campo Grande/MS	1949	2º
9	Eid Tofic Ambar	Libanesa	69	Faith/ Líbano	1953	1º
10	Pedro Chaves Santos Filho	Libanesa	72	Campo Grande/MS	1930	2º

Fonte: Dados da pesquisa.

O processo migratório dos árabes e turcos para o Brasil se iniciou a partir dos anos de 1890. Fugindo dos conflitos existentes em seus países ou por decisão familiar, os emigrados partiam de suas terras de origem por meio de navios. Quando atracavam no Porto de Santos, muitos ficavam em São Paulo, mas outros continuavam até o Porto de Corumbá.

Ao chegarem a Campo Grande, a partir de 1911, esses imigrantes começaram a mascatear mercadorias. Alguns foram carroceiros e ajudantes de serviços gerais. A grande maioria vendia mercadorias para os moradores da cidade, era muito econômica, desejava prosperar e poder dar o melhor para suas famílias. Não demorou para conseguirem comprar propriedades nas ruas 26 de Agosto, 13 de Maio, 14 de Julho e Calógeras, principalmente. Abriam bolichos, lojas de roupas e calçados, casas comerciais que operavam por atacado e varejo. Moravam nos fundos das propriedades.

Os membros da segunda geração foram beneficiados pela melhoria da situação econômica de seus pais. Com maior estabilidade, puderam enviar seus filhos para realizar cursos de nível superior em São Paulo. Assim se formaram inúmeros profissionais liberais como advogados, engenheiros, economistas e médicos.

2 Discussão

A formação populacional de Campo Grande, cidade fundada por oriundos de Minas Gerais, é uma mistura, em especial, de mineiros, sírios, libaneses, italianos, japoneses e paraguaios. A diversidade de procedências pode ser percebida pelos nomes de ruas, praças e avenidas, sobrenomes de representantes políticos, dirigentes de clubes de serviços e associações e pelas placas com os nomes dos profissionais liberais (OLIVEIRA, 2010).

O desejo de um grande número de árabes e turcos pioneiros era o de aproveitar ao máximo as oportunidades econômicas oferecidas pelo Brasil, inclusive por Campo Grande. Queriam poupar para o pagamento dos débitos contraídos em decorrência das despesas da viagem e, depois, retornar à pátria para comprar uma boa casa, terra etc. Isso não aconteceu com a grande maioria, pois o próprio sucesso econômico alcançado encarregou-se de transformar a proposta inicial de desbravamento e aventuras em uma decisão permanente.

2.1 Famílias Turcas

O primeiro a ser entrevistado foi Paulo Siufi Neto, nascido em Campo Grande, médico pediatra e vereador. Ele não fala a língua turca. A cultura trazida por sua família se resumiu, com o passar do tempo, apenas à comida e à dança. Seu primeiro emprego foi na Casa dos Parafusos, loja montada por sua família na Rua 13 de maio.

[...] a única coisa que a nossa família não conseguiu manter foi a língua..., os nossos pais não passaram para os netos. Minha geração não teve isso, até meu pai teve. Porque foram casando com pessoas que não eram árabes... Aí não implantaram isso no nosso linguajar. (SIUFI, 2012).

Seu avô, Paulo Siufi, foi o primeiro a vir para o Brasil, em 1911. Nascido na cidade de Mardim na Turquia, ele se instalou em Miranda/MS. Abriu uma loja e, posteriormente, veio para Campo Grande. Era de família de comerciantes na Turquia, por isso preferiu continuar no mesmo ramo. Conforme relata o entrevistado,

Nossa família veio lá dos países árabes na década de dez, mil novecentos e dez. Eles vieram porque o Brasil se apresentou como sendo um país convidativo pro lado financeiro, pro lado do comercio, e a nossa família mexia com o comercio lá no Oriente Médio. Então eles vieram de navio, pararam em São Paulo, de São Paulo eles foram para Miranda, a primeira cidade que eles chegaram. (SIUFI, 2012).

O motivo pelo qual sua família saiu da Turquia foi o grande conflito lá existente. Naquela época, o Brasil parecia um país convidativo e promissor.

Em Miranda, a loja de Siufi vendia de tudo, seguindo os moldes do comércio turco. No entanto, parte da família resolveu se mudar para Campo Grande, ficando o irmão Benjamim Siufi para trás, gerenciando os negócios.

Em Campo Grande, a família abriu uma hospedaria e um bar restaurante, recebendo, sobretudo, imigrantes oriundos dos países árabes. Eles se instalaram na região conhecida como Cascudo, por causa da quantidade desse peixe no Corrego Segredo, que banhava o local. Atualmente, a região integra o Bairro São Francisco. Em 1930, a família Siufi abriu uma loja de tecidos, que depois se transformou na Casa dos Parafusos. Essa loja existe até hoje, sendo gerenciada por uma tia de Paulo Siufi Neto. Os netos estudaram e se formaram médicos e advogados.

O bisavô de Siufi e irmãs ficaram em Mardim. Vieram para o Brasil apenas quando a família se estabeleceu e prosperou. Os tios-avôs João e Antônio vieram junto com seu avô, Paulo Siufi. O tio avô Benjamin Siufi veio depois. Todos foram transportados por navio, passando inicialmente pela França e desembarcando em Santos/SP. Continuaram a viagem pelo Rio Paraguai. Chegaram ao estado de Mato Grosso do Sul e desembarcaram no porto de Corumbá, seguindo, logo após, para a cidade de Miranda/MS.

Dificuldades com a adaptação ocorreram. Segundo o informante, Paulo Siufi Neto, os turcos tinham poucos recursos e não eram tão maleáveis quanto os brasileiros. Os prejudicava algumas características que ele considera ser a sua grande fraqueza, como o sentimentalismo, a sensibilidade e o coração grande. O segundo entrevistado foi Rene Siufi, advogado, da mesma família de Paulo Siufi, daí compartilhar a mesma história.

O terceiro entrevistado, Adib Anache, também nascido em Mardim na Turquia, veio para Campo Grande em 1952. Tinha 22 anos. Ele ainda fala a língua, ensinou-a aos filhos, além de

cultivar a comida. Inicialmente, veio para visitar o irmão, Abrão Anache, residente em Campo Grande desde 1919. Trouxe o irmão de 19 anos para Corumbá/MS por causa de uma namorada. Ele se estabeleceu em Campo Grande e abriu um armazém atacadista de secos e molhados.

Na Turquia, Adib Anache trabalhava como ourives, atividade que começou a exercer quando chegou a Campo Grande. Para tanto, alugou uma mesa na joalheria Kondorfer. Depois abriu uma conveniência na Rua 14 de Julho, ao lado de uma loja de calçados chamada Casa Aurora, delegando a administração para sua esposa.

Foi reconhecido pela Assembleia Legislativa pelo trabalho filantrópico feito em Campo Grande, ao doar sapatos aos necessitados.

Ama a Turquia onde ainda tem parentes. Um deles é o sobrinho Elias Ozkardesler, que possui as lojas 1 e 5 no Grande Bazar em Istambul.

Hoje Adib Anache é proprietário do Posto Aurora, localizado na rua Rui Barbosa. É casado com Marie Georges Jacob, de origem Síria, que migrou com sua família, em 1947, para Ponta Porã/MS. Frequentava a igreja ortodoxa em Campo Grande, que ajudou a construir com doações. Esse templo é reconhecido pela igreja ortodoxa universal da Síria. Seus filhos se formaram advogados e médicos.

O quarto entrevistado, Abrão Razuk, é de família turca, advogado e cristão. Nasceu em Campo Grande e foi criado na Rua 13 de Maio, centro da cidade.

O pai, Razuk Jorge, nasceu em 1889 em Mardim/Turquia. Veio para o Brasil em 1923 por causa da Primeira Guerra Mundial e do conflito com os armênios. Chegou de navio em Santos/SP e depois rumou para Campo Grande. Nunca mais pensou em sair de Campo Grande, adotou a cidade como sua cidade natal, pois a adorava. Era lavrador na Turquia e morreu em 1977. Não tinha estudo, mas era considerado muito bom de cálculo. Homem sério e honesto, seus negócios eram realizados com base na confiança, “no fio do bigode”. Ele costumava dizer que a palavra vale mais do que qualquer documento.

Quando chegou a Campo Grande, começou a trabalhar como carroceiro. Depois de 10 anos montou um *bolicho* na Rua 13 de Maio com a Rua Calógeras e, posteriormente, comprou uma loja que operava por atacado, a Casa Estrela do Norte, e a Padaria Espanhola. Conseguiu acumular capital, comprou meia quadra na Rua 14 de Julho e abriu algumas filiais da padaria.

Segundo Abrão Razuk, a família prosperou porque economizava, não ligava para roupa, aparência ou para o consumismo.

Em casa quem mandava era a mãe. Muito brava, não aprendeu a falar o português. Quando conversava misturava a língua de origem e o português. Segundo contava a mãe do entrevistado, o pai, quando fazia frete, tinha uma única roupa. Ao parar para o almoço, ela lavava a roupa que ele voltava a vestir ainda úmida para a jornada da tarde.

O primeiro imigrante da família Razuk, segundo o informante, foi o tio Abdalla Jorge Wardi. Chegou em 1920. Atraído pelas oportunidades na área da construção. Ele colocava dormentes nos trilhos. Depois começou a fazer fretes com carroça. Em seguida, comprou um *bolicho* e trouxe o irmão Razuk Jorge, pai do entrevistado, para trabalhar com ele. Este era casado com Catum Domingos, sobrenome traduzido do nome Abdula Hal, de nacionalidade síria.

Os dois primeiros filhos de Razuk Jorge, Jorge Razuk e Tufi Razuk, nasceram em Zahle, no Líbano. Em seguida, Razuk Jorge, sua esposa e seus dois filhos vieram para Campo Grande. Tiveram mais cinco filhos no Brasil: Maria Razuk, que nasceu em 1928, João Razuk, nascido em 1926, Elias Razuk Jorge, Eduardo Razuk Jorge e Abrão Razuk².

Como se observa, muitos nomes das famílias turcas viram sobrenomes dos filhos.

Tufi Razuk veio a falecer em 2012, com 90 anos.

A quinta entrevistada foi Chance Abrão Possik, nascida no ano de 1920, em Zahle/Líbano. Tem 92 anos. Seus pais eram turcos, fugiram da guerra na Turquia e migraram para o Líbano, onde ela nasceu. A família chegou ao Brasil quando ela tinha cinco anos. Instalou-se em Campo Grande, onde seus tios residiam. A viagem foi feita de navio. Em Marselha, na França, desembarcou para que fossem providenciados passaportes libaneses.

Chegando a Campo Grande em 25 de dezembro de 1925, a família abriu uma frutaria. Logo depois, instalaram uma loja de secos e molhados, que fornecia mantimentos para os moradores, fazendeiros e outras cidades. O pai construiu o primeiro prédio de Campo Grande, o Edifício José Abrão, na Rua Candido Mariano, esquina com a Rua 14 de Julho. Pela iniciativa, a Prefeitura Municipal assegurou 10 anos de isenção de impostos. Era pessoa muito conhecida

² São tios de Abrão Razuk, por parte de pai, Abdalla Jorge Wardi e Jose Abrão, pai da quinta entrevistada Chance Abrão Possik. Por parte de mãe, são Kalil Jacob, que se casou com Maria Name, Issa Jacob e Jacob Georges, que teve três filhos, Kali Jacob, Issa Jacob Georges e Jamil Jacob Georges.

Jamil Jacob Georges, por sua vez, teve oito filhos: Fuad Jamil, Nazle Georges Tobi, Gandi Georges, que se casou com a Karla Zahran, Camil Georges, Abdu Georges, Ivone Geroges Chaebo, Suad Georges e Nasser Georges. Moravam em Ponta Porã/MS e alguns de seus familiares, como Hendi Jacob Cabat, Marie Georges Jacob, que se casou com Adib Anache, terceiro entrevistado, Azat Georges, Jorge Jacob e Demetrio Aquim começaram suas vidas com pequenas lojas comerciais.

e respeitada. Todos os filhos estudaram em São Paulo. Foi proprietário de uma chácara, onde é o Tênis Clube de Campo Grande, e do Conjunto Residencial José Abrão.

Os progenitores eram semi-analfabetos. O pai trabalhava no campo em Zahle. Depois que se estabeleceu em Campo Grande, nunca mais quis voltar para o Líbano nem para a Turquia. Chance contou que viu barbaridades na Turquia.

A mãe de Chance se chamava Mansura Hana Abrão, nascida em Mardim/Turquia. Seu pai, José Abrão, também nasceu no mesmo local.

Seu pai tinha um irmão, Simão Abrão e dois primos, Razuk Jorge, pai do Abrão Razuk, quarto entrevistado, e Abdalla Jorge Wardi. Teve seis filhos além de Chance: o médico Alfredo Abrão, Nijma Abrão Jorge Wardi, o engenheiro Abrão José Neto, conhecido como Nenê, o advogado Gabriel Abrão, os contadores Kalil Abrão e Alberto Abrão.

Chance se casou em 25 de novembro de 1941 com Abib Possik, de origem síria. Depois da morte dos pais na Síria, Adib migrou para a Argentina onde viviam alguns parentes. Foi proprietário de uma transportadora de erva-mate. Contratado pela Companhia Mate Larangeira, operava pelo Rio Paraguai, entre Porto Esperança e Buenos Aires. Na Argentina morava um tio que era sócio da transportadora. Com a decadência da economia do mate, abriu uma loja e, depois, uma agência revendedora de carros Dodge.

São filhos de Chance: Rafael Abrão Possik, Reinaldo Abrão Possik, Reny Possik Alamene, Rosely Possik, profissional na área de serviço social, e Rene Abrão Possik, engenheiro.

2.2 Famílias Sírias

O sexto entrevistado, Abud Chacha, da família Chacha, migrou em 1962 de sua cidade natal, Aleppo/Síria, com 3 anos.

O tio João Jorge Chacha foi o primeiro a vir para o Brasil, na década de 1930. Inicialmente trabalhou como engraxate em frente ao Hotel Colombo. Foi garçom, vendeu salgados na estação da NOB, trabalhou em curtume e depois como vendedor de autopeças da Chevrolet.

Fazia viagens para Ponta Porã durante a segunda guerra mundial, levando e trazendo veículos. Muito econômico, reuniu capital no decorrer dos anos e conseguiu abrir sua própria concessionária Chevrolet, chamada Chacha Veículos.

Nos anos 1930, os tios migraram para o Brasil fugindo de conflitos políticos na Síria. Quando chegaram a São Paulo se depararam com a revolução de 1932. Como tinham primos em Campo Grande, resolveram encontrá-los.

O pai de Abud, José Georges Chacha, ao chegar a Campo Grande abriu um armazém atacadista de secos e molhados. Hoje Abud é proprietário da ótica George Floyd, estabelecida na Rua Antônio Maria Coelho esquina com a Rua Calógeras.

A família sempre gostou muito de música. O pai tocava alaúde em festas. Alguns parentes tocavam violão e violino.

Abud considera que as tradições estão se perdendo, inclusive o domínio da língua. O pai faleceu em 2004 e foi um nome importante na conservação da tradição musical em Campo Grande.

A sétima entrevistada, Reni Domingos dos Santos, é pedagoga e proprietária da escola MACE. Nasceu em 1948. Os pais são de Aleppo e Mardim/ Turquia. Casou-se com Pedro Chaves dos Santos Filho em 26 de junho de 1971. Teve dois filhos, Paulo Chaves dos Santos Filho e Eva Elise dos Santos Filho.

Sua mãe, Ranza Bedoglin Domingos, nasceu em 08 de dezembro de 1900 na cidade de Aleppo/ Síria, e morreu em 1993. Seu pai, José Abdula Hal, teve seu sobrenome foi traduzido para Domingos. Nasceu em 1910, na cidade de Mardim/Turquia e morreu em 1982.

São irmãos de Reni: Antônia, mais conhecida como Leila, Tereza, Gerson, Jonas, Jorge, Josefina e José Cristino. Os três últimos já são falecidos.

O pai de Reni era carroceiro, mascate e depois trabalhou na padaria Orro. Quando os donos da padaria mudaram, ele assumiu e expandiu o negócio. Mas, os antigos donos retornaram e assumiram o controle da padaria sem recompensá-lo pelo que fez.

O tio Ferez, por parte de pai, migrou primeiro, era dono de um bolicho. Ele criou dois meninos, Miguel Bedoglin e Jorge Bedoglin, seus sobrinhos, depois da morte de seu irmão. Após o acontecido resolveu casar com a cunhada Malake para ajudar a cuidar dos filhos dela. Os avôs de Reni morreram nos conflitos existentes em seu País. Os bisavôs de Reni, com medo do conflito, enviaram as duas netas para o filho Ferez, que já vivia em Campo Grande, uma delas era a mãe de Reni e a outra era a Sofia Bedoglin.

A mãe de Reni veio da Síria por meio de navio, tinha 8 anos de idade e chegou em 1908, juntamente com a irmã de 12 anos. Pararam na França, onde sua mãe ficou sozinha no navio, pois sua tia havia sido isolada, durante a viagem por acharem que tinha glaucoma, doença que se presumia ser contagiosa.

O tio criou os dois casais de sobrinhos e determinou que deveriam se casar. A tia se casou com o primo, mas a mãe recusou o acerto porque não gostava do prometido.

A mãe conheceu o pai numa Rua de Campo Grande. Ele era carroceiro como Naim Dibo, os Razuks e os Rezek. Para casar fugiram e tiveram apoio da tia e do tio que a criaram. De trem se dirigiram a Santos, onde se casaram na casa dos avós paternos.

A mãe morou com a sogra e aprendeu os costumes originais com ela, principalmente a culinária. Aprendeu a ler e escrever com 50 anos, quando a filha Reni financiou aulas particulares para ela e a tia. Teve oito filhos, porém, a tia não teve nenhum. Desconhecendo o motivo da esterilidade, atribuíram ao fato de serem parentes.

O pai queria que os filhos trabalhassem e a mãe que estudassem. Todos os filhos estudaram em escola pública e fizeram cursos de nível superior em Campo Grande. Reni fez faculdade depois de casada. As filhas não tinham poder de decisão em casa. O pai interferia em suas vidas mesmo depois de casadas.

2.3 Famílias Libanesas

O oitavo entrevistado foi Munir Sayeg, advogado e coordenador do Curso de Direito da Universidade Anhanguera-Uniderp de Rio Verde/MS. Não fala a língua de seus ancestrais e é casado com a armênia Márcia Regina Altoniam.

Chafik Ferzeli, cunhado do pai, mandava cartas para a família convidando-a para vir ao Brasil. Seu pai, é Jorge Sayeg, fotógrafo e presidente da Associação de Fotógrafos de Campo Grande, foi um dos responsáveis pela divulgação do Pantanal no Brasil. Uma parte de seu acervo encontra-se na Fundação Marinho. Já casado, ele veio do Líbano em 1949 e se fixou no Paraná. Em 1956 migrou para Campo Grande. A viagem do Líbano para o Brasil foi realizada por navio, com parada na França. Os filhos nasceram em Campo Grande, conforme relata o entrevistado.

Só que eles vieram, inclusive tenho uma fotografia, eles vinham de navio, era uma viagem, desciam na França e era uma viagem muito longa né? Era uma epopeia. E aí vinham pra Campo Grande e o meu pai começou a trabalhar no comércio, na época desenvolvendo o comércio, ele e a minha mãe. Vieram casados, tiveram os filhos aqui em Campo Grande [...] (SAYEG, 2012).

Muitos libaneses se reuniam em sua casa para confraternização. Numa dessas reuniões resolveram fundar o Clube Libanês, em 1951. Da mesma forma foi fundada a Associação Cultural Monte Líbano, em 1999, por iniciativa do Engenheiro Eid Tofic Ambar. A família sempre realizou grandes festas árabes, participou de eventos, desfiles cívicos, celebrando a cultura árabe com dança e comida típicas.

O nono entrevistado, Eid Tofic Ambar, tinha 10 anos de idade quando veio para o Brasil. Começou a vender velas na frente de cemitérios Santo Antônio, Santo Amaro, Cruzeiro. Pegava as velas a crédito nas lojas e pagava depois de vendê-las. Em seguida, observando o mesmo procedimento, comprava outro lote. Em 1958 a família mudou para Andradina/SP. De carroça, Tofic começou a vender pão de porta em porta. O pai, Tofic Nacib Ambar, e a família progrediram e compraram uma padaria. Seguiram-se as compras de um bar e de um hotel, chamado São Jorge. Em 1953 a família migrou para Uchoa/SP.

Em 1970, Tofic foi estudar engenharia em Lins/SP. Formou-se e veio para Campo Grande em 1974. A partir de então, começou a construir vários empreendimentos. Seus filhos todos se formaram.

Construindo aqui, fiz vários imóveis, inclusive, este eu quem fiz. Agora voltando um pouco atrás, quando cheguei do Líbano, eu tinha 10 anos de idade, não sabia falar o português, mas naquela onda de querer trabalhar, não fui estudar, fui trabalhar, fui vender vela em porta de cemitério, e lá como vendedor ambulante, pegava caixinha lá de... Agora véspera de finados assim era... Exatamente, vendia uma caixa, voltava, não tinha dinheiro pra comprar, então o nosso amigo tinha um armazém, comprava uma caixa dele, pegava a caixa, não é comprava, vendia, pagava uma e ia passando pra outra, depois disso eu fui padeiro de carroça, vender pão de carroça, em Andradina. Exatamente, vendi quase... por cinco anos, acordava de madrugada, colocava pão dentro da carroça, antigamente, nos anos 58/60, a venda de pão, leite, era tudo entrega de casa em casa. Depois disso, quando eu estudei, me formei engenheiro, aqui vim pra Campo Grande, solteiro ainda. (AMBAR, 2012).

O décimo entrevistado, Pedro Chaves dos Santos Filho, é economista, proprietário da Escola MACE, juntamente com a esposa Reni, e suplente de Senador.

Sua mãe, Joana Mendes dos Santos e de sobrenome original Abdul Ahad, veio em 1930 de Minhara/Líbano, onde nasceu em 26 de abril de 1906. Era Maronita, lavava roupa para fora e fazia crochê. Seu pai, Pedro Chaves dos Santos, nasceu no Brasil em 17 de junho de 1907, casou-se com 20 anos, mas, antes disso, residia em Ponta Porã com os pais, que antes tiveram passagem pela Colômbia.

Seu avô por parte de pai foi José Chadid, libanês. Ele conheceu a família da mãe no Líbano e foi buscá-la para se casar.

Os irmãos de Pedro são Plínio Mendes dos Santos, Josina, Euzira, conhecida como Vitória, Henrique Bertoline, Terezinha, Paulo Chaves dos Santos, nascidos, respectivamente, em 1928, 1930, 1932, 1935, 1937 e 1945.

Todos vieram de navio até o Porto de Santos. De trem, pela Noroeste do Brasil, chegaram a Campo Grande. O pai trabalhou na fazenda chamada Barreira, da família Abdus, mas não se adaptou. A família mudou-se para a cidade e se fixou na rua Maracaju, onde é o Hipermercado

Extra hoje. Sem emprego, o pai conheceu Olivia Enciso, que o ajudou e lhe arrumou emprego na prefeitura Autodidata, foi conquistando promoções na área de serviço gerais e se tornou responsável pela distribuição de combustível durante a Segunda Guerra Mundial. Quando surgiu a escola do SENAI, a prefeitura o cedeu para trabalhar no almoxarifado, em 1946. Depois retornou à prefeitura.

Pedro, quando tinha 18 anos, entrou para a escola militar e foi trabalhar no exército na área de comunicações. Em 1961, começou a fazer odontologia em Campinas/SP. O curso era diurno, daí a impossibilidade de conciliar com o horário do quartel. Abandonou o curso e começou a estudar Economia à noite, em 1963.

Em 1964, foi presidente do Centro Acadêmico da faculdade. Com o golpe militar prenderam-no no porão de um navio. Foi expulso do exército sem quaisquer direitos. Voltou para Campo Grande e começou a dar aulas particulares. Com a ajuda de seu pai, obteve uma nova carteira de trabalho.

Em 1967, voltou para Campinas para terminar o Curso de Economia. Foi aprovado no Mestrado da Universidade de São Paulo - USP e, em seguida, trabalhou no Ministério do Planejamento do Governo Federal por dois anos. Retornou para Campo Grande para ajudar os irmãos Terezinha e Plínio a administrar a escola MACE.

2.4 A Acumulação de Capital dos Árabes e Turcos

De acordo com os relatos colhidos, verificam-se alguns pontos comuns entre as histórias dos imigrantes.

Primeiramente, observa-se o enriquecimento dos imigrantes que chegaram ao Brasil, mais especificamente na cidade de Campo Grande. Quase sem recursos, conseguiram prosperar e acumular riquezas. Na maioria das vezes, contaram com a ajuda inicial de seus patrícios.

Trabalhavam arduamente e, salvo o necessário à subsistência, economizavam tudo o que ganhavam como mascates, carroceiros, e pequenos comerciantes de secos e molhados. O trabalho de mascate, basicamente, consistia em vender mercadorias de alguma loja, não exigindo um capital inicial para comprar as mercadorias. Como foi dito por um membro da família Razuk, naquele tempo os negócios eram feitos tendo como base na confiança, na palavra, no “fio do bigode”, como falava o pai.

O que? Homem de fazer contrato? Pra fora!...agora é costume fazer contrato por escrito, meu bigode vale mais do que contrato, um homem direito vale. (RAZUK, 2012)

No início, os imigrantes trabalhavam, algumas vezes, como assalariados ou como vendedores em lojas. Mas muitos deles tinham autonomia porque mascateavam pelo interior do Estado. Aos poucos, acumularam o capital, pois, como eram econômicos, conseguiam reinvestir todo o lucro obtido com as vendas. Faziam sacrifícios para abrir seus próprios negócios. O mercado estava aberto às novas iniciativas. Segundo Dornelas (2008), mais importante do que ter uma ideia nova é saber aproveitar a oportunidade e, dessa forma, ganhar um novo mercado. Os árabes e turcos criaram negócios na área de comércio, onde já tinham experiência. Assim, passaram, progressivamente, para uma nova fase em suas vidas. Tornaram-se pequenos empresários e comerciantes autônomos.

Os trabalhadores se congregavam no interior de suas famílias. Pais e filhos, todos unidos, visavam um único objetivo, a acumulação de capital, conforme os costumes de seus ascendentes. Dessa forma, parte do dinheiro que entrava nem era distribuído para trabalhadores estranhos. Ficava tudo em “casa”. A própria residência estava ligada fisicamente ao estabelecimento de trabalho, ao lado, no andar acima ou nos fundos. A união familiar foi característica apontada pelos entrevistados. Árabes e turcos sempre colocaram a família em primeiro lugar. [...] era um povo muito sadio, não bebia, não fumava ... recolhia cedo. Nunca foi um homem de boate, de nada, era recolhido, família. Tudo era para a família. (RAZUK, 2012).

Com o crescimento dos negócios houve a necessidade de contratação de trabalhadores não ligados à família. Mas essa fase, mais recente, só se difundiu quando os empreendimentos familiares já haviam prosperado.

Aos poucos essas famílias começaram a ocupar posição de destaque na cidade. Criaram clubes, compraram imóveis, promovem eventos e participam de atividades sociais. A sua “vocação comercial” criou as condições para o seu enriquecimento e para a mudança de seu *status*. Essas famílias passaram a constituir importante contingente da burguesia mercantil campo-grandense.

A decisão de educar os filhos para que ingressassem em profissões liberais foi outro recurso de ascensão social utilizado por famílias que trabalharam durante anos no comércio ambulante ou como empregados. Com isso, deram grande contribuição à cidade, que ganhou especialistas de alto nível.

3 Conclusão

A chegada dos imigrantes árabes e turcos se deu por várias vertentes. Na busca de

mercados novos para exercer a mascateação, saíram do eixo de seus primeiros patrícios que viviam em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais ou seguiram a rota de parentes estabelecidos em Miranda, Corumbá ou mesmo Campo Grande.

O objetivo dos imigrantes era fincar raízes e deixar o trabalho de mascate para montar seu próprio negócio. Isso colaborou para a expansão do comércio atacadista e varejista da cidade.

Suas residências se concentraram no centro velho da cidade, no entorno da Rua 26 de Agosto ou da Estação da Noroeste do Brasil, localizada após o cruzamento da Avenida Mato Grosso e da Rua Calógeras. O local ainda guarda resquícios dos armazéns e das lojas do início do século XX. As propriedades dos imóveis ainda pertencem, em grande parte, às famílias dos imigrantes.

Referências

ALBERTI, V. Ouvir contar: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

DORNELAS, J.C.A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LOZANO, J.E.A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Coord.). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 17.

MARX, K. Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1969.

MARX, K. Processo de produção do capital. Livro Primeiro. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

OLIVEIRA, M.R.C. Imigração sírio-libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês. Dourados: UFGD, 2010.

Entrevistas

SIUFI, Paulo Neto. Entrevista realizada em 02.11.2012.

SAYEG, Munir. Entrevista realizada em 06.11.2012.

AMBAR, Eid Tofic. Entrevista realizada em 06.11.2012.

RENE Siufi. Entrevista realizada em 08.11.2012.

ANACHE, Adib. Entrevista realizada em 13.11.2012.

POSSIK, Chance Abrão. Entrevista realizada em 13.11.2012.

CHACHA, Abud. Entrevista realizada em 14.11.2012.

SANTOS, Reni Domingos dos. Entrevista realizada em 16.11.2012.
CHAVES, Pedro dos Santos Filho. Entrevista realizada em 16.11.2012.
RAZUK, Abrão. Entrevista realizada em 16.11.2012.

O Cooperativismo no Município de Maracaju, Mato Grosso do Sul

Lilian dos Santos Paiva

Marco Aurélio Perroni Pires

Sandino Hoff

1 Introdução

Por se constituir em bom potencial agrícola, Maracaju tem atraído interesses capitalistas desde a época de sua ocupação, no século XIX, na região dos Campos de Vacaria. Desenvolvendo-se com uma produção diversificada e pouco volumosa, o município também instalou cooperativas singulares. Ao final da década de 1960, imigrantes sulinos compraram campos no município para a produção extensiva de grãos; inicialmente, não foram bem-sucedidos pelo desconhecimento do solo (PEBAYLE, 1981), mas, com os anos, modernizaram a lavoura de soja e de milho e instalaram cooperativas modernas.

As cooperativas converteram-se, a partir de 1969, em grupos econômicos do agronegócio, possibilitando-os a atuar em *commodities* e destacar o município na produção de grãos. Investiram na ampliação de instalações de armazenagem de grãos com fins de comercialização e de produção industrial. O desenvolvimento acarretou, *ipso facto*, crescentes modificações ambientais e sociais na ocupação do solo.

O objetivo da pesquisa foi analisar o cooperativismo que surgiu no município de Maracaju, MS, articulado com a expansiva produção de grãos em Mato Grosso do Sul. A ideia central foi a implantação de cooperativas de crédito, superadas por cooperativas modernas, a partir das normas do Estado de 1966 e implantadas em Mara A pesquisa teve como objetivo analisar o cooperativismo instalado no município de Maracaju, MS, articulado com a expansiva produção de grãos em Mato Grosso do Sul. A ideia central foi a implantação de cooperativas de crédito, superada com o surgimento da cooperativa moderna, a partir das normas do Estado, emanadas em 1966 e implantadas no cooperativismo de Maracaju a partir de 1969.caju a partir de 1969.

O artigo abordou breve histórico do processo de desenvolvimento do município de Maracaju, tendo as obras de Ferreira e Rosa (1988) e Guimarães (1992), como referência ao estudo dos principais fatos históricos e conceituais da ocupação do município. O aporte teórico sobre as características das cooperativas baseou-se em BRASIL (2008), Souza (2009) e Leite e Leite (2015). A evolução das cooperativas no Brasil e sua associação ao sistema capitalista

tiveram por referência Figueira (1979).

2 Ocupação do Solo em Maracaju

Maracaju pertencia aos Campos de Vacaria, um território propício à criação de gado bovino, explorado, primordialmente, por pessoas famílias vindas de Minas e Goiás, na metade do século XIX: “Vacaria era toda a região dos campos limpos onde o gado se criava selvagem” (GUIMARÃES, 1992, p. 29). Por muito tempo, a região era somente habitada por indígenas terena e caiuí. Tem-se menção de bandeirantes que passaram no Itatim e apresaram indígenas: “Em 1682, o mestre de campo Braz Mendes Paes, saindo em busca do gentio para apresar, acampou na imensidão dos Campos da Vacaria” (GUIMARÃES, 1992, p. 28).

A partir de 1836, dezenas de pessoas da família Barbosa deixaram o estado de Minas Gerais, permaneceram alguns anos em Franca do Imperador, depois, rumaram para os campos existentes entre os rios Brilhante e Vacaria, Província do Mato Grosso e fundaram fazendas. Tendo que abandonar as terras por causa da invasão dos soldados paraguaios na Guerra da Tríplice Aliança, só retornaram em 1872, quando também várias outras famílias criaram fazendas às cabeceiras do rio Brilhante. Guimarães (1992, p.32) escreveu: “Ali Antônio José fez casa, cercados para seus cavalos e para algum gado que teria trazido do sertão dos Garcia, fez roças para o sustento da família. Era o começo do que hoje se levanta na terra de Maracaju”. O autor ainda relata que, após a guerra, chegaram à região Manoel Joaquim de Moraes e os irmãos Vicente Lopes e João Vicente Azambuja, acompanhados de muitas outras pessoas que vieram de Goiás e de Minas, trazendo um gado inovador para a época, sendo o boi de corte apreciado no mercado paulista.

A cidade de Maracaju encontra-se a 160 km da capital Campo Grande, localiza-se à cabeceira do Rio Brilhante e se estende pela serra. Segundo exigências do mercado consumidor, Maracaju produziu, além da pecuária, também grãos: “Seus campos, antes cobertos de pastagens nativas, de alto teor alimentício, estão cheios de forrageira de alta qualidade e por lavoura exuberante de trigo, soja, arroz, milho e feijão” (FERREIRA; ROSA, 1988, p. 57). No ano de 1951, as suas terras foram as primeiras a serem utilizadas para o plantio mecanizado de feijão (GUIMARÃES, 1992). Em 1969, começou a ser implantado um moderno sistema de produção de soja e milho, tornando-se a Capital da Soja. A modernização da agricultura, especificamente da soja e do milho, aliada à produção extensiva da pecuária, fez surgir as cooperativas capitalistas na região.

3 Cooperativismo

O cooperativismo foi utilizado em muitas épocas, adquirindo sua expressão capitalista na cidade de Manchester, no Bairro de Rochdale, Inglaterra, em dezembro de 1844, quando um grupo de 28 tecelões decidiu fundar a primeira cooperativa do mundo (BRASIL, 2008). Segundo Souza (2009, p. 1), após 12 anos de existência, a Sociedade dos Probos de Rochdale acumulou “[...] um capital de 152 mil libras e 3.450 sócios”. Leite; Leite complementam:

Durante todo um ano fizeram economia para conseguir o capital social. Finalmente, a 24 de dezembro de 1844, inauguraram o armazém cooperativo, que inicia suas atividades com capital de 28 libras, localizado em Toad Lane, Rochdale, e apresentava aos associados pequena quantidade de manteiga, farinha e aveia (LEITE; LEITE, 2015, p. 28).

As cooperativas espalharam-se pela Europa e por outros continentes, com os seus princípios, normas, metas e objetivos, tendo como foco principal a organização dos grupos sociais. O principal intuito das cooperativas consistia em superar as dificuldades que assolavam a população frente ao severo capitalismo que avançava a cada dia (BRASIL, 2008). Segundo (LEITE; LEITE, 2015, p. 29), a aparente simplicidade dos cooperados e o pouco capital disponibilizado à época, “escondia o verdadeiro sentido de um projeto denominado socialismo utópico” ou, práticas econômicas contra os grandes capitalistas. Para o autor:

O projeto dos pioneiros partia da constatação de que eram explorados pelos donos dos meios de produção e dos armazéns, por isso da imposição deles queriam se desamarrar. As compras em comum abririam um modo novo para a sobrevivência um pouco mais digna, se pudessem comprar mais barato os bens de subsistência básicos. (LEITE; LEITE, 2015, p. 30).

O cooperativismo, nestes moldes, teve início no Brasil em 1889, na cidade de Ouro Preto-MG, uma cooperativa de consumo, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Em seguida, além de se espalhar por Minas Gerais, alcançou outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul.

Por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt, em 1902, foram criadas cooperativas rurais de crédito no Rio Grande do Sul, nas cidades de origem alemã, fundadas a partir da cultura do trabalho associativo e da experiência de atividades familiares comunitárias. Schallenberger (2015) elucida:

Católicos e evangélicos luteranos tiveram uma similar percepção do problema: para superar suas limitações; os colonos deveriam unir-se em associações ou sociedades.

[...] De caráter interconfessional, ocupou-se de questões centrais como: promoção da vida associativa, assistência social, formação de poupança e crédito agrícola, colonização e melhorias no universo da produção familiar (SCHALLENBERGER, 2015, p. 35).

Em razão do aumento da produção agrícola no país, cresceu, também, o número de cooperativas, diversificando-se as funções e os interesses, promovendo o desenvolvimento local e regional, especialmente para garantir a viabilidade da pequena propriedade rural: “O estímulo ao cooperativismo objetiva principalmente garantir o surgimento de uma pequena camada de proprietários”. (LEITE; LEITE, 2015, p. 104).

Os autores citados referem-se ao que se denomina cooperativa de crédito. Entendem uma associação de pessoas, que, através da ajuda mútua, administram os seus recursos financeiros de forma conjunta, sem fins lucrativos, facilitando o acesso aos investimentos e à comercialização.

Com a reforma do Sistema Financeiro Nacional, imposto pelo Regime Militar em 1964, que definiu uma nova ordem econômica, em que o Estado brasileiro passaria a subsidiar o desenvolvimento agropecuário e industrial, as cooperativas de crédito “foram submetidas a algumas restrições operacionais, o que acabou por extinguir a maioria delas”. (SCHIMMELFENIG, 2010).

Com o fracasso econômico do governo Castelo Branco, sob a direção do ministro Roberto Campos, cujas características principais encontradas foram o entreguismo e a antirreforma. Basbaum denomina o governo de “a devastação econômica” e acrescenta: “O entreguismo é aquela forma de ação político-econômica que consiste em alienar um país a outro mais forte militarmente, mais poderoso economicamente, entregando-lhe a direção da política econômica nacional” (BASBAUM, 1977, p. 193). Sobre os dois artífices da desnacionalização, escreve o autor (1977, p. 193): “Roberto Campos assim agia por espírito profissional: desempenhava uma tarefa paga em dólares. O Sr. Juraci Magalhães, ao contrário, o fazia sem nenhuma intenção de ganhar dólares: agia por puro servilismo”. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi o instrumento da “devastação econômica”, incluindo o extermínio das cooperativas singulares ou cooperativas de crédito. Com o Programa, as empresas estrangeiras receberam do Estado 482 bilhões de cruzeiros, ou seja, 210 por cento, enquanto as empresas nacionais receberam 20 por cento (BASBAUM, 1977, p. 196-7). Esta foi a antirreforma. A lei denominada Lei Bancária, concentrou o sistema financeiro nas mãos do Estado e nas grandes corporações, fechando quase todas as cooperativas de crédito. Com a aprovação, a Lei 4595/64 e a institucionalização de crédito rural (Lei 4829/65), as cooperativas de crédito perderam sua função e sua competitividade. Só foram restabelecidas pela Constituição de 1988.

Em 1966, com o segundo presidente militar, General Costa e Silva, surgiram no Brasil rural as cooperativas de produção, de comércio e de industrialização, dependentes das políticas do Estado, mediante concessões e isenções tributárias e facilidades de crédito. O cooperativismo transformou-se em um instrumento de políticas governamentais e de apoio ao modelo econômico agroexportador (LEITE; LEITE, 2015).

O estudo de Figueira (1979), sobre a capitalização da agricultura evidencia as características do capitalismo como se percebe em dias atuais. Para a autora, o capitalismo desenvolveu-se por meio da expropriação da força de trabalho dos menos favorecidos, explorando a mais-valia relativa. Ela estudou o novo tipo de capitalismo que datou no ano de 1966. Com ele, o próprio agricultor continuava sendo o responsável pelo trabalho e o Estado apareceu como incentivador que garantia o financiamento para que as cooperativas organizassem a produção no campo. O objetivo do financiamento foi a mecanização da lavoura, porque "O capitalismo é precisamente o fator que provoca e difunde o emprego das máquinas na agricultura. [...] O ritmo da produção na agricultura está ainda, de certa forma, submetido aos ritmos da natureza, o que, por sua vez, impõem às máquinas um ritmo menor de produção" (FIGUEIRA, 1979, p. 38).

A autora considera que os valores propagados pelo cooperativismo em 1966, culminaram com a crescente força do capitalismo predominante, sobretudo, quando se constatou o uso de tecnologia e de sementes híbridas modificadas geneticamente para dar conta das intempéries.

De acordo com o estudo de Figueira (1979), o caráter que define as cooperativas, surgidas a partir de 1966, é inteiramente distinto das cooperativas de crédito:

Ao contrário das primeiras, não se baseiam na tentativa de contrapor-se ao capitalismo, assumindo-se, antes, como forma de efetivá-lo na agricultura [...]. Participam de um processo de "saneamento" que, justificando-se em critérios de inoperância e baixa produtividade, reduz o número de cooperativas que em 1961 era de 7.097 para tão somente 1.832. (FIGUEIRA, 1979, p. 72).

3.1 Cooperativismo em Maracaju

Este estudo optou por analisar documentos e registros encontrados nas cooperativas localizadas em Maracaju, MS, objetivando entender a forma produtiva, a realidade dos produtores e a concentração de capital realizada pelas cooperativas, no município.

A Cotrijuí, a primeira a se instalar no município, nasceu de um grupo de agricultores na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, em meados de 1950, com a finalidade de os agricultores, mutuamente, enfrentarem as dificuldades de armazenamento do trigo.

Inicialmente, utilizaram-se das instalações da casa veterinária Elmers, em Ijuí, para realização das primeiras reuniões. No dia 20 de julho de 1957 foi realizada a assembleia de fundação da Cooperativa Tritícola Serrana Ltda, que, mais tarde, se transformou em Cotrijuí, na tentativa de “superar as dificuldades de comercialização da safra de trigo”, conforme carta publicada no jornal “Correio Serrano” de Ijuí (julho de 1957). Consolidava-se uma cooperativa capitalista singular ou uma cooperativa de crédito.

No ano de 1977, a Cotrijuí incorporou as cooperativas Pedritense Agropastoril, localizada em Dom Pedrito, RS, e a Copermara, localizada em Maracaju-MS, estendendo as atividades da cooperativa gaúcha para o estado de Mato Grosso do Sul. As condições favoráveis e o solo fértil trouxeram, mais tarde, outras cooperativas para a região, quando se consolidou a cooperativa moderna, à medida que, conforme Ianni (1984, p. 164), ocorriam as relações capitalistas de produção por meio de articulações do capital industrial com a agricultura. A agricultura transformou-se em simples ramo da indústria, dominada completamente pelo capital.

Uma segunda cooperativa, localizada em Maracaju, foi a Agroindustrial Lar, fundada em 1964, na antiga Gleba dos Bispos, município de Missal, no Paraná, por um grupo de 55 agricultores, migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de descendência alemã e de confissão católica. A cooperativa de crédito enfrentou logo as dificuldades provenientes do primeiro governo militar, sob a direção econômica de Roberto Campos. Os cooperativistas deram o nome de Associação de Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. Tendo como primeiro presidente o Pe. José Backes, um dos colonizadores da Gleba dos Bispos, demonstraram a linha cooperativista criada no Brasil pelo Pe. Amstadt, enquanto uma cooperativa singular de defesa dos interesses comunitários, de união contra os “capitalistas” – os grandes produtores rurais - e, o que era muito forte à época, contra o perigo comunista. A cooperativa passou por vários percalços até sua estabilização que aconteceu em Céu Azul-PR, dando início ao ciclo da industrialização e a fixação da marca LAR. Estes fatos aconteceram no ano de 1980, quando a Cooperativa já tinha 3.161 associados e, concentrando a riqueza produzida pelos agricultores, atuava como um novo tipo de capitalismo, instaurado pelos governos militares. No ano de 1964, surgiu o Informativo Cotrefal, jornal bimestral, de defesa e de união dos agricultores, até a edição 209. Quando apareceu a Revista Lar, com distribuição gratuita e tiragem de 5.000 exemplares, a poupança gerada no setor primário já formara o capital na indústria.

A Lar foi instalada no município de Maracaju-MS, no ano de 2005 e 9 anos após, adquiriu

a Cotrijuí, quando transacionou 3 milhões de sacas de soja produzidos na região de Maracaju; e 4.300 milhões de milho, contando, para isso, com três grandes armazéns, com capacidade de 254 mil toneladas para armazenamento de grãos. Multiplicou, assim, o mercado de matérias-primas para as indústrias.

A Copasul foi criada em 16 de dezembro de 1978, por vinte e sete cotonicultores, em sua maioria, integrantes dos grupos Kamitani e Suekane. Atualmente, a cooperativa é composta por 756 cooperados, todos do ramo agropecuário, atendendo produtores de soja, milho, trigo, sorgo, girassol, aveia e algodão da região sul do Mato Grosso do Sul. Comercializa todos os cereais *in natura*, algodão em pluma, fios de algodão e fornece insumos agrícolas para plantio e manejo das lavouras, bem como todo suporte técnico de orientação ao produtor associado. A Copasul não tinha em vista apenas a produção e a comercialização; inevitavelmente, iniciou a industrialização de seus produtos. Na década de 1980, inaugurou no município de Naviraí, a primeira usina de beneficiamento de algodão, à época, a mais moderna do Brasil; e, em 2001 criou a segunda usina de beneficiamento de algodão, instalada no município de Maracaju, com a capacidade de beneficiamento de 10 fardos por hora, com tecnologia de descaroçamento de última geração.³ Em 2010, iniciou-se a construção da unidade armazenadora, com seu projeto desenvolvido dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo mercado, com sua inauguração em 2011 com capacidade estática de 490 mil sacas. Em 2012, ocorreu uma ampliação do armazenamento, aumentando o volume para 940 mil sacas. A cooperativa colaborou na oferta de divisas e de força de trabalho para as atividades urbanas e rurais.

A Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda surgiu em 1957, por iniciativa de um grupo de produtores de trigo, que visavam unir-se para a aquisição de equipamentos agrícolas, no caso, a trilhadeira. A máquina substituía o trabalho braçal, aumentava a produtividade e evitava intermediários para beneficiamento do trigo. Em 1963, o grupo constituiu a Cooperativa Mista Agropecuária de Campo Mourão, PR (Coamo)⁴. Em Maracaju, a cooperativa iniciou suas atividades em julho de 2012, comprando, inicialmente 800 mil sacas de milho da safrinha. O produtor da região de Maracaju já conhecia a Coamo, por conta do reconhecimento nacional da cooperativa e das sementes comercializadas na região, o que a tornou confiável para os associados. A Coamo realizou-se com concentração de capital, apropriado do trabalho agrícola, e ofertou alimentos e matérias-primas para o setor urbano.

As cooperativas, localizadas em Maracaju, à medida que se desenvolveram as forças

³ Disponível em <<http://www.copasul.coop.br/institucional/a-cooperativa/1>> Acesso 14/07/2018

⁴ Disponível em <<http://www.coamo.com.br/>> Acesso em 14/07/2018

produtivas e as relações de produção, tanto se formaram e se expandiram, “como desenvolveram as classes sociais” e, também, “a classe operária rural”, porque “as transformações havidas e em curso no mundo rural mostram como a indústria subjuga e modifica as condições de produção no campo” (IANNI, 1984, p. 235-236).

Em igual perspectiva, entende-se que o Estado estabeleceu diretrizes jurídicas e proporcionou condições de produção no campo. A extensa produção, comandada pelas cooperativas e exposta nos seus *sites*, foi fruto do custeio e dos investimentos, liberados pelo Banco do Brasil. Da mesma forma, o Estado promoveu a produção industrial das cooperativas que podiam contar com programas especiais, convênios e soluções para a compra de insumos, máquinas e equipamentos, além de seguros adequados para a lavoura. Todos esses benefícios foram oferecidos na intenção de garantir a segurança da produção.

4 Conclusão

Buscando entender o processo de ocupação do município de Maracaju em Mato Grosso do Sul e a instalação de cooperativas, tem-se imediatamente a questão resolvida por Figueira (1979) a respeito do cooperativismo. Na afirmação da autora, as cooperativas, antes de 1966, basearam-se na tentativa de contraposição ao capitalismo e de defesa contra os grandes proprietários. No ano de 1966, houve a mudança no cooperativismo brasileiro: de uma forma protecionista de pequenos agricultores para um cooperativismo moderno de financiamento do Estado e de novo tipo de relações de produção.

Após esta data, as cooperativas tornaram-se centros de investimentos cooperados, em que o capital financeiro, garantido pelo Estado e liberado pelo Banco do Brasil, investiu no custeio da produção, na comercialização e na produção industrial da matéria-prima, a soja e o milho. As cooperativas de Maracaju apresentaram programas especiais, convênios e soluções para a compra de insumos, máquinas e equipamentos, além de seguros adequados para a lavoura. Consequentemente, basearam-se no trabalho do produtor e desempenharam o papel de explorar a força de trabalho, produzindo não só alimentos, mas também mais-valia.

Dessa forma, a Cotrijuí foi criada em moldes antigos no intuito de enfrentar as dificuldades de armazenamento da produção do trigo. Posteriormente, incorporou duas cooperativas locais e instalou-se em Maracaju como cooperativa moderna, com capital ampliado e com o capital financeiro.

A Associação de Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda, fundada pelo padre Backes, teve a finalidade de proteger o pequeno proprietário rural. Com o início da industrialização e a

fixação da marca LAR, em 1980, estava demonstrada sua modernização, tendo mais de três mil associados. Instalou-se em Maracaju-MS, no ano de 2005, e adquiriu a Cotrijuí em novembro de 2014. Comercializou e industrializou milhões de sacas de soja e milho.

A modernização também ocorreu com as demais cooperativas presentes em Maracaju. Atendendo aos apelos do sistema de produção capitalista, todas elas, atualmente possuem alternativas e vantagens aos cooperados. Elas se constituem um importante instrumento de desenvolvimento, pois, possibilitam a agregação de poupança dispersa entre produtores e, concentrando o capital, o reproduzem de forma ampliada.

É preciso, também, entender que a agricultura capitalista não produz alimentos, mas mercadoria e que a riqueza ampliada provém do trabalho do produtor e as relações de produção capitalista desenvolveram as classes sociais urbanas, inclusive a classe operária rural.

Referências

BASBAUM, L. História Sincera da República. De 1961 a 1967. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cooperativismo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/SDC/DENACOOP, 2008.

CAMPESTRINI, H. História de Mato Grosso do Sul. 7 ed. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2011.

FIGUEIRA, F. G. Separando o joio (Cooperativas de trigo - Capitalização da Agricultura). Tese de Mestrado Apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. 1979.

GUIMARÃES, A. V. Mato Grosso do Sul, história dos municípios. Vol. 1. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 1992.

IANNI, O. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOSLOVSKI, J.P. A evolução histórica das cooperativas. In: GRUPENMACHER, B.T. (Coord.). Cooperativas e tributação. Curitiba: Juruá, 2001.

LEITE, G. S.; LEITE, I. C. O Cooperativismo Como Instrumento Constitucional na Busca do Desenvolvimento Nacional. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

NASCIMENTO, C.A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2004, p. 1-6.

PEBAYLE, R.; KOECHILIN, J. As Frentes Pioneiras de Mato Grosso do Sul: Abordagem Geográfica e Ecológica. Revista Espaço e Conjuntura. Instituto de Geografia Universidade de São Paulo. 1981, p. 1 - 49.

SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. Revista

Mediações. Londrina, v.8, n.2, p. 9 - 26, 2003.

SANTOS, C.C.M., CEBALLOS, Z. H.de M. A Importância do Cooperativismo. Revista Univap. v.13, n. 24, p.1144-1147, 2006.

SILVA, E. S. *et al.* Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. UniRcoop, v.1, n.2, p.75-102, 2003.

SOUSA, L.P. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. Rev. Vitrine da Conjuntura, v.2, n.2, p.1-2, 2015.

VÉRAS NETO, F.Q. Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba: Juruá: 2011.

Festa do Divino Espírito Santo: de Pontinha do Cocho a Santa Tereza, Mato Grosso do Sul

Camila Amaro de Souza
Heidine Jussaine Simões Malaquias
Gilberto Luiz Alves

1 Introdução

A origem e a tradição da Festa do Divino Espírito Santo, em Santa Tereza, Mato Grosso do Sul, foram estudadas em todo seu ritual, com a intenção de entender a dimensão alcançada pela Festa em âmbito cultural. Ou seja, buscou-se entender seus aspectos sociais, bem como seus aspectos econômicos e como eles estão articulados à região.

Pesquisas como esta conseguem transitar por aspectos culturais, educativos, econômicos e ambientais com facilidade, evidenciando suas relações com a religiosidade e o imaginário popular.

A Festa do Divino Espírito Santo é uma festa cristã. A sua origem é tão antiga quanto o próprio cristianismo e seu nome litúrgico é "Festa de Pentecostes" (GAMBARINI, 2007).

A palavra "pentecostes" é de origem grega e significa "cinquenta dias". No tempo de Jesus, de acordo com os conceitos cristãos, a comunidade judaica celebrava uma festa típica, em agradecimento pelas colheitas, cinquenta dias após a Páscoa, da qual participavam judeus de todas as partes do mundo (GAMBARINI, 2007).

O apelido "Divino" indica a divindade do Espírito Santo: verdadeiro Deus, Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, ou seja, o Deus Uno e Único na Trindade das Pessoas (Pai, Filho e Espírito Santo). De fato, é o Espírito Santo quem guia e conduz a Igreja Católica pelos caminhos do mundo e da história (GAMBARINI, 2007).

Os símbolos e sinais utilizados na Festa são o amor de Cristo para com as pessoas e o fogo que, segundo os preceitos, aquece, ilumina e abrasa os corações.

O Espírito Santo é representado no símbolo de pomba. Já nas páginas do Novo Testamento encontra-se este símbolo, transmitindo o sentido de amor, pureza, paz, mansidão, bondade e vida nova.

No Brasil, a festa chegou com a colonização e firmou-se a partir do século XVII. Foi incorporada ao calendário da Igreja Católica através de Dona Isabel, esposa do Rei Diniz (1279-1325), de Portugal, que mandou construir a igreja do Espírito Santo em Alenquer (WERNECK, 2001).

A Festa do Divino é uma manifestação popular, na qual se une a espiritualidade e o folclore para agradecer ao Espírito Santo os dons e as graças recebidas durante o ano anterior. Nas diferentes regiões do Brasil a Festa é feita com donativos e sua essência é a de promover festas com comida farta e de graça, além do giro da bandeira e do terço cantado.

A festa participa do movimento cultural brasileiro que tem origem no Estado de Minas Gerais e transita por São Paulo e Goiás. Segue para Mato Grosso do Sul a partir desta vertente mineira de ocupação, que chega ao Estado a partir da matriz pecuária.

As fontes teóricas básicas utilizadas para este artigo foram divididas em fontes primárias, como entrevistas com moradores e fotografias do local com o intuito de compreender holisticamente a região e a Festa, e em fontes secundárias, a partir de publicações relevantes como dissertação de mestrado, periódicos regionais e livros. Os principais estudos analisados para compilar este artigo foram a dissertação de SIGRIST (1998) e o seu livro “Mestra do sagrado: festa do divino em Santa Tereza”, de 2014.

O objetivo geral foi entender a dimensão alcançada pela Festa em âmbito cultural. Os objetivos específicos foram estudar a origem e a tradição da Festa do Divino Espírito Santo, em Santa Tereza, e entender suas relações com os aspectos socioeconômicos e ambientais da região onde ocorre a Festa.

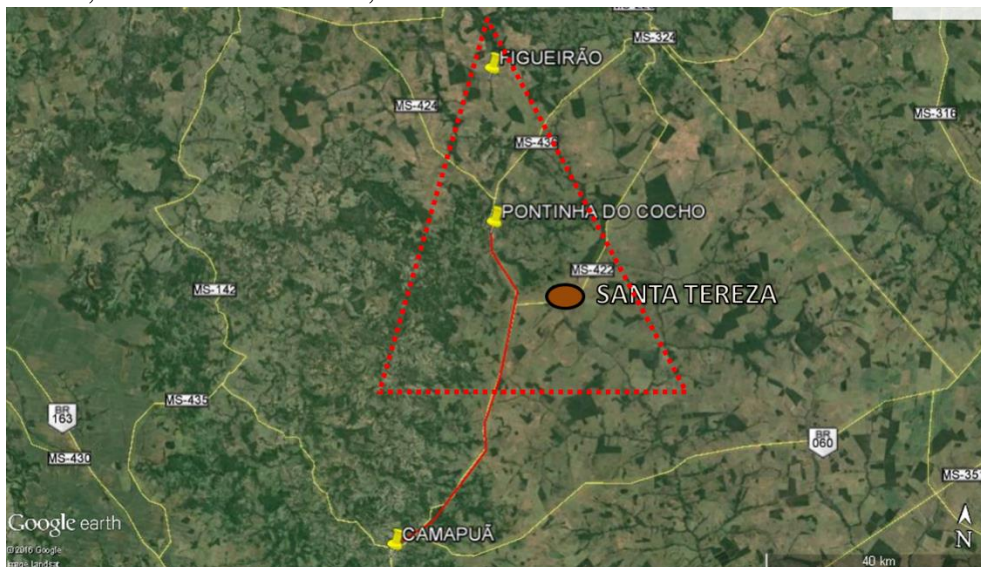
Foram realizadas visitas ao local de estudos, que renderam entrevistas e fotografias. Já para a obtenção dos dados de expansão urbana e aspectos ambientais foram processadas imagens de satélite Landsat, desde a década de 80 até 2016, com auxílio do software Idrisi Selva.

Foi possível concluir que a religiosidade popular, o imaginário social e a transmissão cultural através das gerações, incluindo gestos, falas, expressões artísticas e ações carregadas de significados, foram preponderantes para a representação de uma forma de ser, viver e conhecer Santa Tereza.

2 Vilas e Municípios Envolvidos no Contexto da Festa do Divino

Figueirão é um município na região norte do Estado de Mato Grosso do Sul. Localiza-se a 248 km da capital Campo Grande e a 100 km de Camapuã (Figura 1).

Mapa 1 – Localização das vilas e municípios envolvidos no contexto da Festa do Divino, Mato Grosso do Sul, Brasil.



Em relação à comunidade de Santa Tereza, suas imediações ocorrem entre o Rio Verde e o Ribeirão Quati (SIGRIST, 1998). Toda sua rede hidrográfica e seus limites territoriais, estendidos na região entre os municípios de Camapuã e Costa Rica, podem ser verificados na Figura 1, bem como seu relevo levemente ondulado.

Pontinha do Cocho tem sua localização geográfica no município de Camapuã, próxima do limite do município de Figueirão.

A população de Figueirão era de 2927 habitantes, em 2010, de acordo com o IBGE (2010). Pontinha do Cocho teria população de 1.934 habitantes e, sobre Santa Tereza, a estimativa seria de 800 habitantes, segundo a própria comunidade local (SIGRIST, 2014).

Tanto os municípios de Figueirão e Camapuã, como as vilas de Santa Tereza e Pontinha do Cocho, integram a microrregião do Alto Taquari-MRH/339.

O mais antigo município da região é Camapuã. Os indígenas foram seus primeiros habitantes. Eram da etnia caiapó, belicosos e hábeis na guerra. Eles nomearam a região – cama (Seios) e poã (erguidos).

Em 1719, os quatro irmãos Leme fundaram o primeiro núcleo de Mato Grosso do Sul, a fazenda Camapuã, com a fixação dos primeiros homens brancos (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002,). Com os irmãos vieram, também, negros crioulos.

Após a Independência do Brasil, a Expedição Langsdorff reproduziu a rota das monções. Partiu de Porto Feliz, atravessou o Rio Pardo e a Cachoeira Anhanduí, deixou à esquerda o rio

Anhanduímirim e alcançou a cachoeira Taquaral. Passou, em seguida, pelas cachoeiras Três Irmãos.

Hercules Florence, Riedel e Taunay, que integravam a expedição, separaram-se e seguiram ora por terra ora por rio umas duas léguas. Carregavam suas canoas e chegaram a um varadouro de subida íngreme. Ficaram esperando em Laguna Grande, cachoeira próxima de Camapuã. Depois de vencerem a Cachoeira da Pomba, deixaram à esquerda o Ribeirão Sucuriú e chegaram à cachoeira de mesmo nome. Atingiram, então, o Rio Pardo, num ponto onde se viam os rios Sanguessuga e o Vermelho. A reunião dos dois produz a cor que distingue o Pardo, desde aí até a confluência no rio Paraná.

O declive era suave, chegaram ao alto de uma montanha e avistaram Camapuã. Por trás deles ficavam os afluentes da bacia do Paraná. À frente, avistavam os rios Coxim e Taquari, afluentes da bacia do Paraguai. Após mais duas léguas, por via terrestre, chegaram a Camapuã. As monções, ao saírem do rio Pardo, subiam o Rio Sanguessuga até o Porto que leva o mesmo nome.

Em relação à economia de Camapuã naquela época, há relatos da produção de sementes, como o milho e o feijão, bem como da cana-de-açúcar, além da criação de animais:

A produção principal é de cana-de-açúcar, depois da do feijão e milho, do qual fazem péssima aguardente. A criação de animais é boa: há muita galinha e porcos de extraordinária magreza. (FLORENCE, 1948, p.49).

A população negra predominava (FLORENCE, 1948, p.52): Chegaram e perceberam então uma população miserável a maioria era negra, poucos eram os mestiços e mulatos.

Sobre a crise econômica e negociações com cidades vizinhas, Florence (1948, p.49) diz:

Camapuã é uma fazenda pertencente a uma sociedade que tem sua sede em São Paulo. Em estado de decadência desde que a navegação dos rios vai sendo abandonada pelos negociantes, conta perto de 300 habitantes, dos quais é a terça parte escravatura dos sócios. Aí se fabricam grosseiros tecidos de algodão para uso dos moradores e para remessas que em Miranda são trocadas por cabeça de gado vacum e cavalari.

Hercules Florence, Riedel e Taunay permaneceram mais de um mês em Camapuã, de acordo com (FLORENCE, 1948, p.52):

Depois de uma estada de 43 dias em Camapuan, montámos a cavalo e partimos com direção ao Furado, onde chegamos depois de atravessar sete léguas de terreno montanhoso e em geral desnudado. O aspecto do porto é pitoresco: o Coxim aí não tem mais de 25 braças de largura e, entre copada mataria, corre por sob arcos formados de uma taquara chamada guaitivoca que se ergue à altura das árvores mais elevadas.

No período de 1727 até 1870 os proprietários moravam na Fazenda Camapuã e cultivavam as terras. Depois, por circunstâncias diversas, desde a desativação da rota das monções até uma revolta dos escravos, a abandonaram.

Instaurada a República, o governo de Mato Grosso, certo de que essas terras eram devolutas, vendeu parte delas a particulares.

O repovoamento da região de Camapuã ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Na região se implantaram inúmeras e prósperas fazendas de criação de gado e agricultura.

Em 1933 foi criado o Distrito de Paz de Camapuã, ligado à comarca de Coxim, a partir do Decreto n 272, de 19 de maio de 1933. Com o Decreto n 319, de 30 de outubro de 1933, foi anexada mais uma área de 500 ha ao Patrimônio da Povoação de Camapuã. A Lei n 83, de 17 de setembro de 1937, criou a primeira escola pública de Camapuã.

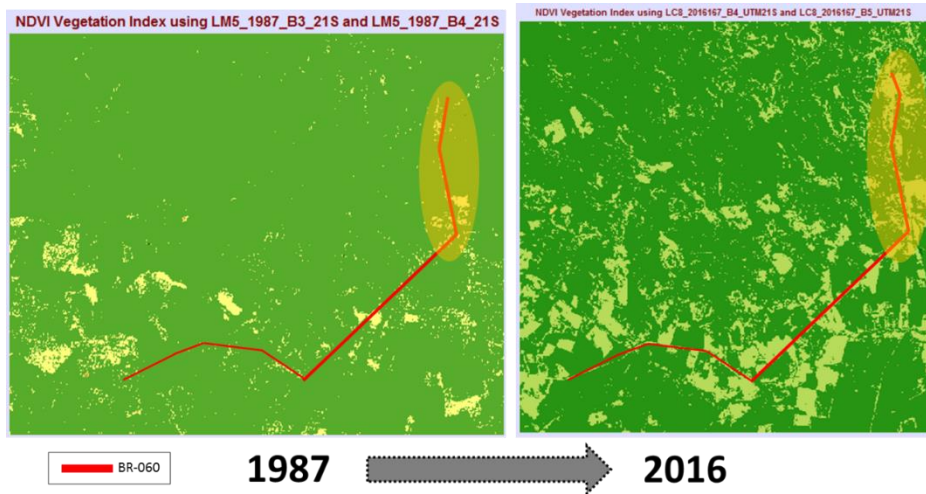
A Lei n 134, de 30 de setembro de 1948, deu origem ao Município, com Território do Distrito de Paz de Camapuã, parte do Distrito de Coronel Galvão, hoje Rio Verde de Mato Grosso, desmembrado do Município de Coxim, e parte do Alto Sucuriú, desmembrado do município de Três Lagoas.

Segundo os registros históricos, os primeiros moradores de Camapuã foram João da Mota, Tibúrcio Dias, Firmino Borges de Lima, Lázaro Caiana, Francisco Gonçalves Rodrigues, Alaor Gonçalves Rodrigues, Francisco Faustino Alves, Protázio Paulino de Melo, Joaquim Capestrana, Benedito Bonfim, Camilo Bonfim e Lázaro Faustino.

A ocupação da região foi marcada pela expansão de uso do solo para fins agropecuários. Decorrência desse fato foi a gradativa diminuição do índice de vegetação, principalmente no entorno da BR-060, asfaltada entre 1981 e 1982.

Tais dados foram validados pela análise do Índice de Vegetação da Diferença Normalizada (NDVI) de imagens de satélite Landsat-LM5, de 1987, e Landsat-8, de 2016 (Mapa 3).

Mapa 2 – Índice de Vegetação da Diferença Normalizada (NDVI) entre 1987 e 2016.



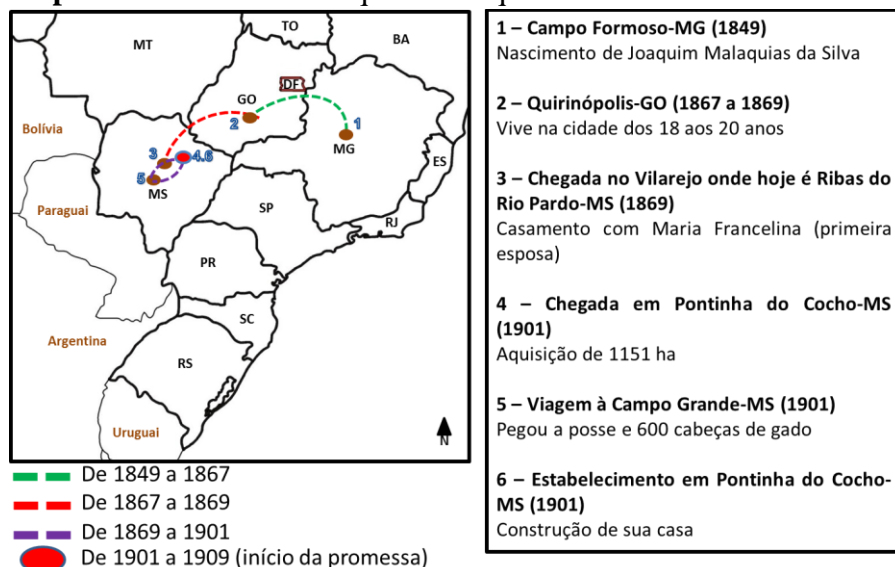
As manchas mais claras representam valores nulos ou praticamente nulos de NDVI, indicando ausência de vegetação. As manchas mais escuras representam valores mais altos de NDVI, ou seja, presença de vegetação.

3 Joaquim Malaquias, Pontinha do Cocho e a Festa do Divino

Joaquim Malaquias da Silva nasceu na cidade de Campo Formoso, Minas Gerais. Em 1849, com 18 anos, foi para Quirinópolis, em Goiás. Depois de dois anos chegou onde hoje é Ribas do Rio Pardo, Mato Grosso do Sul. Nesse local se casou com sua primeira esposa, Maria Francelina de Jesus. Em 1901, rumou para Camapuã com sua família, chegando ao lugar onde hoje existe o povoado de Pontinha do Cocho (Figura 3). Comprou uma posse de terras de 1151 hectares de um casal de idosos. Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, reuniu aproximadamente 600 cabeças de gado para iniciar a exploração de sua posse. Cerca de 200 delas ficaram perdidas por causa da viagem desgastante. Trouxe, também, alguns animais de montaria, um carro de boi e animais domésticos.

Construiu sua casa na cabeceira do riacho. Ao local atribuiu o nome de Pontinha do Cocho pelo fato de ter encontrado uma pequena ponte e um cocho para servir sal a animais, ambos muito velhos. E assim iniciou uma nova vida. Depois de algum tempo vieram parentes conhecidos para residirem em suas terras.

Mapa 3 – Percursos de Joaquim Malaquias.



Desde então, Pontinha do Cocho evoluiu. Hoje possui pequenas casas comerciais, igrejas e escolas (Figura 4). É um distrito de Camapuã e se estende entre o Ribeirão Quati, Água Quente, Fazenda Três Lagoas e Córrego Barreirinho. Nessa área encontram-se várias propriedades pertencentes aos Malaquias. Numa delas está localizada a comunidade de Santa Tereza, onde acontece a Festa do Divino. Pertence ao município de Figueirão, desde sua emancipação em 2003 (SIGRIST, 2014).

Mapa 4 – Pontinha do Cocho.



A atividade econômica principal dessa região é a pecuária. Também se pratica agricultura de subsistência. Desde a época de Joaquim Malaquias ocorriam o plantio e a fabricação artesanal de produtos essenciais à família. Quanto aos produtos externos, a fazenda dependia, exclusivamente, do sal e da querosene. O transporte dessas mercadorias era penoso em

decorrência dos relevos íngremes, das travessias de matas e de rios e o perigo de perda de parte da carga (SIGRIST, 2014).

A primeira estrada que ligou Pontinha do Cocho a Coxim servia para facilitar o transporte de cargas entre a área rural e a vila. O comércio se intensificou em função das embarcações fluviais que aportavam em Coxim.

A primeira família dos Malaquias era descendente de negros e índios. Já a segunda família possui a cor da pele muito variada. Predominam os brancos, mas os mestiços também avultam, em decorrência do cruzamento de branco com um antepassado indígena (SIGRIST, 2014).

Antigamente as famílias tinham em média 12 filhos, provindos de um ou dois casamentos. Hoje as famílias têm, em média, 4 filhos.

As vestimentas eram compostas por roupas feitas de algodão, plantado e colhido no local, em seguida fiado e tecido no tear manual pelas mulheres. Hoje as roupas são industrializadas.

As moradias da região eram feitas de pau-a-pique, cobertas de folhas de buriti ou capim, materiais encontrados na região, de fácil manuseio e que, quando analisados do ponto de vista construtivo, são considerados adequados ao clima local por terem uma inércia térmica⁵ elevada.

A madeira utilizada nas estruturas das edificações era coletada nas redondezas. Até poucos anos atrás era comum assistir apenas esse tipo de construção. Hoje já são vistas casas de alvenaria rebocadas e pintadas, mas são poucas⁶.

Geralmente as casas nunca passavam de 2,20 m de altura e não possuíam forro (SIGRIST, 2014). O fato de não haver forro acarreta na falta de isolamento térmico das residências, levando a ganhos e perdas de calor acelerados, ocasionando um desconforto térmico no período diurno e noturno, mostrando que os conhecimentos de arquitetura vernacular não foram necessariamente associados ao clima da região.

A Festa do Divino começou em 1909, em decorrência de um pedido fervoroso da primeira esposa de Joaquim Malaquias, Maria Francelina. A população da região estava sendo assolada por uma epidemia de febre, que fazia muitas vítimas, inclusive, em componentes de sua família. Daí a promessa de que todo ano seria oferecida uma festa em louvor ao Divino Espírito Santo para afastar o mal e realizar a cura da febre.

⁵ Em climas com amplitude térmica elevada a capacidade de condução de calor entre ambientes internos e externos deve ser amortecida pelos materiais construtivos das paredes e coberturas. Este amortecimento térmico, ou retardo térmico, proporciona o conforto térmico no interior dos ambientes, pois no momento em que a temperatura externa é muito elevada ou no momento em que a temperatura externa é muito baixa, o atraso térmico auxilia na manutenção de temperaturas internas constantes.

⁶ A percepção visual foi extraída a partir de visitas ao local durante o período da pesquisa bem como análise de registros fotográficos de décadas anteriores e relatos de antigos moradores da região.

Durante os primeiros quatro anos a festa envolveu apenas a comes e bebes, reza do terço e participação de poucas pessoas. Somente em 1913 teve início o Giro da Bandeira, depois da chegada de Francisco Rodrigues, um goiano conhecedor do ritual, pois fora Folião de Guia (Chefe) em Goiás. Ele repassou seus conhecimentos à família Malaquias. Assim, a festa prometida por Maria Francelina ganhou sua conformação atual (BARROS, 2011).

A festa acontece no domingo de Pentecostes, cinquenta dias após a Páscoa, e é composta pela saída da Bandeira, pelo Giro da Bandeira, pela chegada da Bandeira, pela festa com comida coletiva, pelo terço cantado durante todo o giro da Bandeira, pela homenagem ao Divino Espírito Santo, pelo baile com catira, por sorteios e leilões.

A saída da Bandeira ocorre sempre num domingo, após um almoço promovido pelos participantes da Festa. No sábado, antecedente à sua partida, ocorre o ensaio da Bandeira, a reza do terço e jantar com dança típica, a catira.

Dá-se início, então, ao Giro da Bandeira, momento mais esperado do ritual da Festa do Divino Espírito Santo.

O “giro” da Bandeira ocorre em sentido horário, pelas fazendas próximas. Os festeiros cavalgam aproximadamente 15 km por dia e 200 km no total. O período da festa compreende exatos 15 dias entre a saída e a chegada da Bandeira.

No domingo, quinze dias antes da festa, ocorre a saída da Bandeira. Os foliões e a comunidade entram na capela local para rezar o terço e pedir a bandeira, ou seja, retirar o Santo da igreja para acompanhá-los na caminhada. Saindo da capela com a bandeira, depois de munidos dos apetrechos para a longa viagem, se reúnem em tropa e partem. O objetivo da folia é levar o Santo, simbolizado na bandeira, a todas as casas que queiram recebê-lo. As casas são benzidas. Os donos são convidados para a festa, fazem doações e enfeitam a bandeira. Por fim, são convidados para a festa.

No trajeto rezam em todos os cemitérios. Também faz parte do ritual não sacrificar nenhum tipo de animal que encontrem no caminho.

Na chegada da Bandeira, no começo da tarde de sábado, o Santo volta para a capela do Divino Espírito Santo, na vila de Santa Tereza, em meio a fogos e euforia dos presentes reunidos para assistir ao ritual consagrado.

Montados em cavalos, foliões vestidos com camisas vermelhas se destacam no meio da multidão, sob o som da caixa, instrumento musical típico da Festa. Em seguida, deixando os cavalos amarrados, seguem a pé com os chapéus nas mãos até a entrada do pátio. Nesse local

ocorre o encontro da bandeira menor, trazida pelos festeiros do interior da capela, e da principal. As pessoas presentes beijam a bandeira e passam por baixo dela.

As duas bandeiras seguem emparelhadas até a capela e são colocadas no altar. Os objetos de “giro” são colocados no canto da capela e os foliões são cumprimentados um a um pelo chefe geral. Depois de uma pausa para afinarem os instrumentos musicais, se iniciam os rituais para pagar promessas e recebimento de ofertas, com a duração de cerca de duas horas.

Em 1981 ocorreu a doação do terreno, no povoado de Santa Tereza, e a construção da capela. O lugar da comemoração da festa se tornou fixo desde então. Antes as festas eram realizadas nas casas dos próprios festeiros, ocorrendo sérios problemas de organização como a falta de espaço para comportar todos os participantes, de local adequado para preparar as refeições e um depósito para armazenamento de instrumentos musicais e equipamentos em geral.

O Giro da Bandeira é findado num sábado, quando ocorre a chegada da Bandeira. Seguem-se a missa, jantar, reza do terço, hasteamento da bandeira e queima da fogueira, dança da catira e baile. No domingo, um dia após a chegada, acontece o sorteio do próximo festeiro e de seus auxiliares, enquanto é ofertado um almoço para a comunidade.

Uma das características da festa é a fartura, denotada pela grande quantidade de carne assada, acompanhada da mandioca, arroz e feijão. Os alimentos são preparados de forma rústica pelas cozinheiras e são servidos a todos, festeiros e visitantes.

A quantidade de comida é calculada de um ano para o outro e dividida entre os participantes sorteados. Uns doam café, outros arroz e mandioca. Depois do sorteio as reses são prometidas para o ano seguinte. Em média são abatidas 15 cabeças para atender ao período festivo.

Figura 1 – Saída da bandeira



Fonte: Denilson Rodrigues.

O banquete é servido no pátio. São poucos bancos, preferencialmente oferecidos para mulheres e idosos. Os demais comem em pé, o que não interfere no prazer das pessoas em participar do momento comemorativo. O banquete dos foliões e seus familiares é realizado em separado, para que façam as orações agradecendo o alimento oferecido.

A festa se auto-sustenta. Os escolhidos no sorteio, como se fossem escolhidos pelo Santo, executam suas atividades gratuitamente. Ninguém recebe dinheiro pelo trabalho executado. Nada é cobrado dos presentes, com exceção das bebidas consumidas durante o festejo.

Depois do jantar coletivo, no sábado da Chegada da Bandeira, todos são convidados pelo chefe geral para entrar na capela onde rezam o terço cantado. Dois foliões são convidados para “puxar o terço” fazendo a primeira voz. Mais outros dois se integram para responder e fazer a segunda voz. Os fiéis acompanham.

O terço começa com Sinal da Santa Cruz e o Creio em Deus Pai, de acordo com a igreja católica.

Pelo sinal da Santa Cruz, livrai-nos, Deus, nosso senhor, dos nossos inimigos. Em nome do Pai, do filho e do Espírito Santo. Amém.”
Creio em Deus Pai, todo poderoso,
Criador do céu e da terra,
e em Jesus Cristo seu único filho, Nosso Senhor,
que foi concebido pelo poder do Espírito Santo,
nasceu da Virgem Maria,
padeceu sob Pôncio Pilatos,
foi crucificado, morto e sepultado,
desceu á mansão dos mortos,
ressuscitou ao terceiro dia, subiu aos céus,
está sentado á direita de Deus Pai todo poderoso,

de onde há de vir a jugar os vivos e os mortos,
creio no Espírito Santo,
na Santa Igreja Católica,
na comunhão dos Santos,
na remissão dos pecados,
na ressurreição da carne,
na vida eterna.

Amém.

Eu pecador me confesso a Deus todo poderoso, bem-aventurada sempre virgem Maria, bem-aventurado São Miguel Arcanjo, bem-aventurado São João Batista, aos santos apóstolos São Pedro, São Paulo e a todos os santos e a vós pai que eu pequei muitas vezes em pensamentos, palavras e obras, portanto, eu vos digo a Deus pai minha culpa, a minha tão grande culpa.

Portanto, eu peço e rogo a Deus bem-aventurado, São Miguel de Arcanjos, bem-aventurado São João Batista, aos santos apóstolos São Pedro, São Paulo e a Deus nosso Senhor por mim, amém.

Senhor, meu Jesus Cristo, Deus homem verdadeiro, criador, redentor meu por ser de vós, porque sois sumamente bom digno de ser amado porque vos amamos, e estimo sobre todas as coisas, preza meu senhor de todo meu coração de vos ter ofendido, proponho firmemente ajudar auxílio da vossa divina graça, emendar e nunca mais vos tornar ofender, espero alcançar o perdão das minhas culpas, pela vossa infinita misericórdia, amém. (AUTOR DESCONHECIDO, ORAÇÕES EXTRAÍDAS DE FOLHETO DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL, S.D.)

Logo após, são rezados os cinco mistérios do terço, sendo cada mistério composto de um Pai Nosso, 10 Aves Marias. Ao final de cada mistério reza-se Glória ao Pai, que se repete da seguinte forma:

Glória seja ao Pai, glória seja ao Filho, glória ao Espírito Santo e seu amor também, ele é um só Deus em três pessoas, agora e sempre, amém.

Amado Jesus, José, Joaquim, Ana e Maria. É a voz do meu coração e alma minha. Assistimos com piedade a última agonia. Maria concebia do verbo encarnado, que veio a mundo arremeste⁷ dos pecados, ave, ave, ave Maria, ave, ave, ave Maria.” (AUTOR DESCONHECIDO, ORAÇÕES EXTRAÍDAS DE FOLHETO DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL, S.D.)

Após os cinco mistérios é rezada a Salve Rainha e, em seguida,

Amante divino, não vos escondais-me que ficou penando se vós me deixar;
Se vós me deixar, nesta solidão de dor vós me corte o meu coração;
O meu coração eu vos darei ao meu Jesus que por nós arremeste, morreste na cruz;
Morreste na cruz, pois eu sinto choro mas como a Deus vivo, senhor eu vos adoro;
Senhor eu vos adoro com muita grandeza, sendo Deus e anjos sirvam nesta mesa;
Sirvam nesta mesa a Maria também, leve nós até a glória, para sempre amém.” (AUTOR DESCONHECIDO, ORAÇÕES EXTRAÍDAS DE FOLHETO DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL, S.D.)

⁷ Na forma coloquial a comunidade escreve e pronuncia de forma incorreta a palavra arremedo, de significado: imitar, repetir palavras, gestos ou ações; fazer ou pretender fazer alguma coisa de forma semelhante àquela feita por alguém.

Nesta parte do terço cantado, os fiéis e foliões pedem fervorosamente misericórdia com a seguinte narrativa:

Jesus Cristo poderoso, filho de Deus glorioso, esta alma que vós me deste, eu não quero que morra triste porque vós se arremestes com seu sangue precioso, óh, meu amante Jesus, o meu belo salvador pelas vossas cinco chagas, perdoai os meus pecados, me dê sempre o reino da glória a Deus a vós posso pedir:
Senhor Deus pequei, misericórdia
Senhor Deus pequei, misericórdia
Senhor Deus pequei, misericórdia, amém. (AUTOR DESCONHECIDO, ORAÇÕES EXTRAÍDAS DE FOLHETO DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL, S.D.)

Na sequência são apresentadas dezesseis narrativas criadas pelos devotos, com embasamento católico, que revelam os pedidos de proteção e de agradecimento ao Santo.

- 1 - Bendita de Deus, bendita Maria, que o terço nos deste de tanta valia,
- 2 - De Maria ao terço é um forte esquadrão, qual nos defende do inferno dragão;
- 3 - No traçar a espada bem mais fino é o corte, derrubou o inferno sem dar um só golpe;
- 4 - Nas cruéis batalhas vitórias teremos de rezar o terço sempre rezaremos;
- 5 - Sempre rezaremos com muita alegria para se alegrar a virgem Maria;
- 6 - A Virgem Maria prometeu salvar a todos devotos que o terço rezar;
- 7 - Contra todo inferno, faremos tenção de rezar o terço, com contas nas mãos;
- 8 - Quem na vida fora do terço amante, ouvira na morte os anjos buscantes;
- 9 - Jesus que ouviu tão bela harmonia, perguntou aos anjos, quem louvou Maria;
- 10 - Quem louvou Maria são os pecadores, não serão jugados com muitos temores;
- 11 - Respondeu Jesus, com muita alegria, não terá castigo quem louvou Maria;
- 12 - O que Deus promete não pode faltar a todos os devotos que o terço rezar;
- 13 - Bendita de Deus, bendita Maria, lá no céu e na terra seja nossa guia;
- 14 - Bendita sois, mãe dolorosa, lá nos pés da cruz, são todas lastimosas;
- 15 - A virgem Maria mãe do sumo bem, leve-nos à glória para sempre, amém;
- 16 - Bendita de Deus, bendita Maria, que o terço nos deste de tanta valia.” (AUTOR DESCONHECIDO, ORAÇÕES EXTRAÍDAS DE FOLHETO DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL, S.D.)

Na penúltima parte do terço cantado os agradecimentos são direcionados à Virgem Maria.

Nossa mãe Maria santíssima, nossa mãe sem comparação, ela é mãe do menino Deus, valei-nos na ocasião;
Virgem das virgens, rogai a Deus por nós.
Virgem das virgens, rogai a Deus por nós. (AUTOR DESCONHECIDO, ORAÇÕES EXTRAÍDAS DE FOLHETO DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL, S.D.)

Logo após é rezado um Pai Nosso e três Aves Marias. Em seguida o terço é oferecido ao Divino Espírito Santo e a outros Santos, aos foliões e visitantes, bem como a todos os que trabalharam direta ou indiretamente para a realização da Festa. Acontecimentos ocorridos durante o último ano ou fatos relevantes de anos anteriores são geralmente levados em consideração neste momento da oferta. Pessoas doentes e outras falecidas são lembradas.

Finalizando reza-se o Bendito do Santíssimo Sacramento, uma oração que possui o seguinte encadeamento:

Bendito⁸, louvado seja, Santíssimo Sacramento, da puríssima Conceição,
Virgem Maria, senhora nossa, concebida em graça, sem mal, sem pecado,
Original em Deus,
Mero instante, para sempre. Amém
Os anjos, todos os anjos, louvemos a Deus para sempre amém.
Louvemos virgem Maria, sacrário eu vivo da Eucaristia. (AUTOR
DESCONHECIDO, ORAÇÕES EXTRAÍDAS DE FOLHETO DE
DISTRIBUIÇÃO)

Durante esse período, os fogos estão presentes na Salve Rainha e nos momentos dos vivos.

Após o terço, todos saem da capela e ganham uma vela acesa. Fazem, então, um corredor deixando o centro livre para que passe uma bandeira menor, carregada pelos festeiros. É levantado o mastro ao qual se acopla bandeira. A fogueira começa a queimar, marcando o fim das atividades religiosas.

Encerradas as atividades religiosas, todos os presentes são convidados para apreciar a catira, dançada por pessoas escolhidas pelos festeiros. A catira antigamente era uma dança masculina. Hoje as mulheres já participam com constância.

A dança foi trazida para a região por boiadeiros de Minas Gerais e Goiás. Os passos foram aprendidos, bem como o domínio dos instrumentos musicais (SIGRIST, 2014).

As modas geralmente são copiadas de duplas sertanejas como Tião Carreiro e Pardinho ou compostas pelos Malaquias, como “Vinte e Três de Maio”. [...] no dia vinte e três de maio/ vou contá dai pra cá / nós subimos lá pra cima / lá na igreja fomos rezá/ reunimos foliões/ com a bandeira fomos girá .

Logo após a catira, muito aplaudida pelas pessoas e comemorada pelos participantes, começa o baile, animado por um conjunto musical da região ou cidade vizinha.

O baile começou a fazer parte da festa há alguns anos atrás, além do leilão, que começaram a inserir pessoas não integrantes da família Malaquias.

Nos intervalos do baile, que vai até o amanhecer, são realizados os leilões, quando são ofertados desde novilhas até whisky.

No período matutino do domingo, por volta das dez da manhã, começa o sorteio dos festeiros para o próximo ano. Todos que desejam participar se inscrevem e aguardam o

⁸ O Bendito do Santíssimo Sacramento é rezado conforme a tradição popular.

resultado. Em um compartimento colocam os nomes e, em outro, os cargos. Um terceiro compartimento recebe uma lista de prendas. Um ajudante da festa retira o nome do participante e este retira do compartimento dos cargos qual irá ocupar a partir daquele momento.

Os resultados são aguardados ansiosamente pelos participantes da festa e pelos contemplados, que, segundo a crença, são escolhidos pelo Divino Espírito Santo. Os novos festeiros são aplaudidos e cumprimentados pelos presentes e vários fogos são disparados.

O chefe geral guarda a lista dos nomes dos novos ajudantes da festa e a lista de prendas é entregue aos procuradores de prendas, que terão a obrigação de buscar os produtos para o próximo ano.

Os foliões efetivos somam dezessete homens. Mulheres são minoria (Figura 6). A folia é composta por foliões que ocupam os cargos de músicos, de guias, de alferes da bandeira, dois salveiros, de campeiro de tropa e de promesseiros e devotos (SIGRIST, 2014).

Figura 2 – Composição de foliões da Festa do Divino



Fonte: Denilson Rodrigues

Entre eles, o de maior responsabilidade é o Chefe-Guia, que guarda os conhecimentos antigos sobre as práticas ritualísticas, orienta os foliões e a comunidade sobre maneiras corretas de se comportar durante o “giro” e na festa (SIGRIST, 2014).

O alferes da bandeira carrega a bandeira, ou seja, o Santo. À frente dos foliões, ele dá ordens à tropa para apeara na frente das casas ou, no almoço e no jantar, quando todos podem se servir. Os salveiros seguem à frente para anunciar a chegada do Santo nas casas.

O roteiro é traçado pelo 1º folião de guia, que tem, também, a responsabilidade de puxar a cantoria. O 2º e 3º foliões formam o conjunto musical, especializados em tocar um ou dois

instrumentos. Os violeiros e tocadores de rabeça, pandeiro, caixa e triângulo fecham o conjunto. Geralmente aprendem a tocar algum tipo de instrumento em âmbito familiar, na infância ou na adolescência, para depois ocupar seu lugar na folia.

As músicas tocadas e cantadas descrevem tanto as ações quanto as intenções que acompanham o ritual sagrado, significando que esse momento se traduz no estabelecimento de diálogo com o Santo (SIGRIST, 2014).

4 Conclusão

A tradição da Festa do Divino Espírito Santo, que ocorre no povoado de Santa Tereza, em Mato Grosso do Sul, foi estudada de acordo com seu ritual, o que tornou possível entender sua dimensão cultural.

Sua influência no processo de socialização se revelou nas diversas etapas da Festa, que necessita de preparativos de um ano para outro, arrecadação de donativos, bailes regados à música e dança, todos acarretando envolvimento direto ou indireto da população local. O ritual em sua íntegra é transmitido de pais para filhos.

A religiosidade popular e o imaginário social são transmitidos culturalmente através das gerações pelos gestos, falas, expressões artísticas e ações carregadas de significados.

Concluimos que a Festa do Divino representa uma forma de ser, de viver e de conhecer os homens da região onde ocorre.

Referências

- BARROS, W.A. Joaquim Malaquias da Silva: mistura de lendas e realidade. Figueirão.2011.
- CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A.V. História de Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico, 2002.
- FLORENCE, H. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829. São Paulo: Melhoramentos, 1948.
- GAMBARINI, A.L. O fogo de pentecostes. São Paulo: Loyola, 2007.
- PAPA JOÃO PAULO II. Catecismo da Igreja Católica. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SIGRIST, M. Mestra do sagrado: Festa do Divino em Santa Tereza. Campo Grande: FCMS, 2014.
- WERNECK, S. Síntese de História da Cultura Brasileira. São Paulo: Bertrand, 2001.

Pioneirismo dos Bahá'ís Persas em Mato Grosso do Sul

Jiyan Yari

Sandino Hoff

1 Introdução

Irã, atual República Islâmica do Irã, antigamente conhecido como Pérsia, está localizado na Ásia Ocidental e faz fronteiras ao norte com a Arménia, o Azerbaijão, o Turquemenistão, o Cazaquistão e com a Rússia através do Mar Cáspio; a leste com o Afeganistão e o Paquistão; ao sul com o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã; a oeste com o Iraque e a noroeste com a Turquia. Seu território compreende uma área de 1.648.195 Km², é a segunda maior nação do Oriente Médio e a 18ª maior do mundo, contando atualmente com mais de 77 milhões de habitantes. É o 17º país mais populoso do mundo.

Adghirni (2014) realça que o país é denominado Irã (Terra dos Arianos ou Aryanam) por ter nas suas origens povos Persas, que habitavam o sul do país na região do Golfo Pérsico, e Medas, povo ariano que vivia no norte depois de ter migrado da atual Rússia. Esses povos foram unificados por Déjoces em VIII a.C.

O Império Persa tem aproximadamente 2.500 anos de história escrita e, no seu auge, abrangeu grande parte da Ásia, desde o território da Índia, toda parte do sul da Rússia, a atual Turquia, Grécia e Macedônia até uma parte da África onde hoje é o Egito.

Figura 1 - Abrangência do Império Medo-Persa em 330 a.C.



Com o imperador Dario, 520 a.C., a Pérsia atingiu o seu maior apogeu, grandeza e glória, quando construiu estradas pavimentadas pela primeira vez na história; criou o primeiro sistema

de correios; implantou um novo sistema de pesos e medidas; cunhou a primeira moeda, o Dárico, e dividiu o Império em diversos estados, as “Satrapias”, para facilitar a administração.

Para Kapuscinski (2012), o império resistiu a invasões e longas dinastias desastrosas. O ano de 1921 marcou uma nova fase em sua história com Rezá Xáh. Este militar do exército iraniano iniciou um processo de modernização do país, por meio de medidas como a nacionalização dos recursos petrolíferos, criação de escolas e universidades, implantação de estradas, desarmamento das tribos que dominavam boa parte do país e reforma agrária.

Um de seus atos mais marcantes foi a desarticulação do clero muçulmano no Irã, que se tornara, ao longo de séculos, um poder político muito forte e uma ameaça ao processo de modernização. Daí a expulsão do então líder máximo muçulmano, Aiatoláh Khomeini, que se exilou na França.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1941, o Reino Unido e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ocuparam o Irã e forçaram Rezá Xáh a abdicar em favor de seu filho, o Xáh Rezá Pahlavi, visando à obtenção de privilégios para a exploração de recursos petrolíferos.

No entanto, em 1960, na Conferência de Bagdá, o Irã se tornou um dos fundadores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que passou a ditar o preço do barril e regulamentar a sua oferta no mercado internacional. Isso, até então, era feito pelas Sete Irmãs do Petróleo, nome dado às maiores companhias de petróleo (Shell, APOC, Esso, Socony, Texaco, Socal e Gulf Oil), que dominavam o mercado petrolífero mundial.

O Governo do Xáh Rezá Pahlavi deu continuidade à modernização do país, apoiado nos bilhões de dólares advindos da exportação de aço, do gás e principalmente do petróleo. Altos investimentos em infraestrutura, saúde, educação e formação de doutores no exterior alavancavam o avanço tecnológico do país.

Visentini (2010) afirma que o Aiatoláh Khomeini, à distância e usando as diferenças sociais dominantes no Irã, comandou o processo de desgaste do governo, pregando a necessidade de reformas sociais, econômicas e recuperação dos valores religiosos e tradicionais do islamismo. O clima de insatisfação e de enfrentamento no país se intensificou provocando protestos violentos, culminando com a transformação do Irã em uma república baseada nos preceitos religiosos do islamismo.

No dia 1º de abril de 1979, o Xáh e sua família se evadiram para o Egito, do Presidente Anwar Sadat, e lá permaneceram até a morte do ex-chefe de estado. Khomeini, além de dirigente religioso, assumiu o cargo de governante do país e iniciou um processo de mudanças

que alterou profundamente a estrutura social do país, estabelecendo uma doutrina que se baseava nos preceitos religiosos do Islã.

A revolução islâmica mudou a vida dos iranianos radicalmente e as liberdades existentes anteriormente deixaram de existir. O povo foi submetido a situações degradantes, principalmente as mulheres e membros de outras religiões que não a muçulmana. Os castigos corporais foram liberados. A pena de morte entrou em vigor contra os opositores, homossexuais, marxistas e judeus, além de proibição de hábitos ocidentais como vestuário, maquiagem, música, jogos e cinema.

Figura 2 - Rezá Xáh (pai), Xáh Rezá Pahlavi (filho) e o Aiatoláh Khomeini.



Após a Revolução Islâmica ter se consolidado houve a guerra entre o Irã e o Iraque. Foi um conflito militar iniciado no ano de 1980 e concluído em 1988. Segundo Vieira (2003), resultou de disputas políticas e territoriais entre os dois países e eclodiu quando o exército do Iraque, a mando de Saddam Hussein, invadiu a zona ocidental do Irã a 22 de setembro de 1980.

Saddam Hussein esperava uma guerra rápida, pois contava com um exército equipado e treinado pela URSS. Porém, não contava com a vantagem de o Irã possuir uma população bem superior e, tampouco, com o espírito de resistência dos iranianos, que enviaram até as suas crianças para a guerra. O uso de armas químicas, principalmente contra alvos civis iranianos, foi um dos fatos mais marcantes da guerra, afetando a reputação internacional do Iraque.

Em 1987, quando os iranianos aumentaram as hostilidades contra a navegação comercial no Golfo Pérsico, começaram as pressões mundiais pela paz. Negociações conduzidas pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Perez de Cuéllar, estabeleceram a paz a partir de 15 de agosto de 1988. A perda de 1,5 milhão de vidas e incalculáveis prejuízos econômicos enfraqueceram os dois países e diminuíram o ímpeto revolucionário no Irã.

Nesse contexto histórico hostil, após a guerra o governo radical islâmico se voltou contra a Fé Bahá'í com mais intensidade. Congregando a maior minoria religiosa no Irã, não é aceita

como religião legítima naquele país porque Bahá'u'lláh surgiu após Maomé. Contra a Fé Bahá'í pesa, também, o fato de não possuir clero, o que representa uma ameaça à legitimidade do poder religioso e político vigente.

Há mais de 300 mil Bahá'ís no Irã, com mais de 20.000 martírios em toda a sua história. Mais de 200 foram mortos e outros milhares aprisionados somente entre 1979 e 1998. Não têm os direitos humanos básicos. São impedidos de exercer livremente sua fé, de trabalhar em órgãos públicos, de ter negócios próprios, não podem votar, não recebem aposentadorias e pensões e seus filhos são proibidos de realizar cursos universitários.

Segundo a CBB (2015), a Fé Bahá'í conta com aproximadamente seis milhões de seguidores e é uma das religiões mais difundida no mundo. Os Bahá'ís residem em mais de 170 localidades, em praticamente todos os países e territórios do planeta.

Como toda religião, a Fé Bahá'í baseia-se em ensinamentos revelados pelo seu fundador, Bahá'u'lláh. Os princípios fundamentais que regem a atuação de cada Bahá'í podem ser resumidos na crença da unicidade de Deus e da humanidade e na igualdade da raça humana.

Os principais ensinamentos Bahá'ís são: a unidade da humanidade; a igualdade de direitos entre mulheres e homens; a eliminação total de todos os tipos de preconceito; a unidade da família, bem como a livre e independente busca da verdade.

Qualquer Bahá'í que parta de sua casa para viajar a outro país com o propósito de ensinar a sua Fé e sua Causa é considerado pioneiro. Em outras palavras, é aquele que em resposta direta ao chamado de sua Fé, renuncia a seu conforto, deixa seus lares e arrisca seus bens materiais para por em ação o plano de Deus.

A história do pioneirismo Bahá'í no Brasil foi iniciada por Leonora Holsapple, uma jovem americana que chegou ao país em fevereiro de 1921. Desembarcando na cidade de Salvador, Bahia, dedicou toda a sua vida ao ensino dos princípios de unidade e valorização da diversidade descritos nos princípios Bahá'ís.

Durante os anos que se seguiram, Bahá'ís do mundo todo vieram para o Brasil. Na década de 1980, Bahá'ís iranianos receberam refúgio no Brasil devido ao aumento das perseguições contra eles no Irã. Fixaram residência e hoje são membros ativos das localidades onde vivem.

2 A História dos Pioneiros Persas em Mato Grosso do Sul

A primeira família Bahá'í Persa a vir como pioneira para Mato Grosso do Sul chegou ao Brasil em 22 de outubro de 1976, portanto, três anos antes da Revolução Islâmica. Desembarcou no aeroporto internacional de Congonhas, vinda dos EUA, depois de breve parada em Nova

York para obter o visto de entrada na Embaixada Brasileira. Até chegar a Nova York, passou por Roma (Itália) e Londres (Reino Unido).

A família permaneceu em São Paulo de início. Chegou a Campo Grande no dia 28 de janeiro de 1979, logo que o estado de Mato Grosso do Sul conseguiu sua emancipação do então estado de Mato Grosso. O patriarca da família, Ghassem Yari, juntamente com a sua esposa, Manijeh Astani, escolheram a cidade por acreditarem ser região promissora e por contar com uma universidade pública, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Seus vários cursos assegurariam aos seus três filhos opções de ensino universitário de qualidade.

O Senhor Ghassem Yari, Bahá'í, nasceu em 1928 na cidade de Ahar, no norte do Irã, divisa com a Rússia. O sonho de seu bisavô, que havia conhecido a Rússia, era o de levar a família para tal destino, onde os filhos poderiam estudar na “ushcola”. Assim se chamava a escola naquele país. Porém, esse seu ascendente faleceu na viagem, permanecendo a família no Irã.

Ghassem perdeu seu pai quando tinha 13 anos. A herança deixada para sua família foi uma fazenda de 16.000 ha (hectares) que tinha como principal cultura o trigo. A criação de ovelhas e os pomares de frutas contribuía para que se sustentassem satisfatoriamente. Porém, quando Ghassem tinha 15 anos, o então Rei do Irã, Rezá Xáh, realizou uma reforma agrária ampla no país. A família perdeu a fazenda ficando apenas com uma pequena parte, insuficiente para mantê-la.

Após a reforma, Ghassem resolveu vender a terra que sobrara e deixou o dinheiro com sua mãe para o sustento da família. Mudou-se para Tabriz, almejando melhores condições para trabalhar, ajudar a sua família e continuar os estudos. O sonho dele era fazer Medicina, porém sem ter como se sustentar na faculdade, acabou optando pelo vestibular da Escola Superior de Oficiais do Exército. Pode fazer, assim, um curso superior que lhe permitia auferir salário e continuar ajudando a família. Formou-se oficial e se aposentou como Coronel do Exército.

Manijeh Astani, Bahá'í, nasceu em Teerã em 1945, filha de Nematolláh Astani, contador-chefe do Ministério das Minas, e Ruholláh Oskui. A irmã, Mahnaz Astani, seu esposo Mohamad Hajari e dois filhos, Mehran e Mogzgan, vieram como pioneiros para a Bolívia. Manijeh cursou Matemática na Universidade de Teerã. Casou-se com Ghassem Yari em 1963 e tiveram três filhos, Zargham, o primogênito, Jiyán e Sarvin, a mais nova.

Em Campo Grande, matricularam os filhos na Escola Municipal José Rodrigues Benfica, onde estudaram até o ano de 1982. Nesse ano transferiram os dois filhos mais novos para a Escola Estadual Joaquim Murinho. O mais velho foi transferido para o Colégio Dom Bosco,

pois já havia terminado o ensino fundamental e deveria fazer o ensino médio em escola com mais recursos.

Quando Khomeini tomou posse do poder no Irã, em abril de 1979, cortou as aposentadorias e pensões de todos os iranianos que viviam fora do país. Ghassem Yari e Nematolláh Astani, seu sogro, que durante algum tempo conviveram, ficaram sem renda. A situação financeira da família ficou comprometida.

Depois da frustrada tentativa de operar com construção e comercialização de imóveis, Ghassem vendeu bens pessoais e comprou uma Kombi para trabalhar com seus dois filhos. Por volta das 4 h da manhã, iam à Central de Abastecimento de Campo Grande, CEASA, onde compravam frutas e verduras para revenderem tanto nas ruas quanto nas feiras.

Após um período trabalhando nas ruas e economizando, a família resolveu vender a Kombi, em 1983, e comprar um Box no Mercado Municipal de Campo Grande. No Box 08 do “Mercadão”, comercializou produtos – secos e molhados, arroz, feijão, farinha de quibe, mel e doce - por cerca de 10 anos, vindo a vendê-lo em 1992.

Como Ghassem sabia a língua turca e um pouco de russo, línguas de ex-repúblicas soviéticas, em 1992 Ruhyyih Khanum, esposa do Guardião da Fé Bahá’í, pediu pessoalmente a ele que fizesse uma viagem, de aproximadamente um ano a esses lugares que, devido ao comunismo, por muito tempo impediram que religiões fossem professadas. A missão seria a de visitar os Bahá’ís lá estabelecidos e reativar suas Assembleias Locais e Nacionais.

Quanto aos filhos, Zargham, estudou odontologia na UFMS e, após a formatura, em 1995, serviu por um ano como pioneiro em Teresina, no Piauí. Foi convidado por seu tio, Mohamad Hajari, a abrir os cursos de Odontologia e Medicina em sua Universidade, a UTEPSA, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia. Em seguida, atuou como dentista em Rio Branco, Acre, e, após dois anos, retornou a Campo Grande. Como pioneiro, dois anos depois se mudou para Manaus, Amazonas, onde exerce a Odontologia.

Em 1994 quando foi criada UEMS, Jiyam ingressou no curso de Ciência da Computação. Formou-se em 1999 e, desde então, vive em Campo Grande. Casou-se com Alexandra Pires do Prado, Doutoranda em Educação e servidora da UFMS. Eles têm dois filhos, Jiyam e Laryssa

Sarvin, a filha mais nova, estudou Engenharia Agrônômica em Dourados, na UFMS. Formou-se em 1994. Em seguida, fez Mestrado em Biotecnologia Alimentar na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Como pioneira foi para o estado de Amazonas e, após um ano, dirigiu-se para Roraima, onde ficou por dois anos. Foi professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e também Gestora de Projetos na Secretaria de Planejamento do estado.

Casou-se em 2002 com Vitor Orooji, Bahá'í persa que morava na Inglaterra. Formado em Engenharia Elétrica, mudou-se para a África do Sul, onde fez o seu mestrado na área de Telecomunicações e trabalha em empresa da área. O casal tem duas filhas, Nura e Anisa, e ambos vivem como pioneiros na cidade de George.

Quando Ghassem decidiu migrar para Campo Grande, MS, escolheu um local promissor para exercer uma atividade profissional e, também, um espaço para poder difundir a sua Fé e lugar que poderia oferecer aos seus filhos educação de qualidade para que, como cidadãos no futuro, pudessem contribuir para a sociedade, independente do lugar onde fossem viver. Tendo sido a primeira família pioneira persa em todo o Centro-Oeste, agradece com orações todos os dias a acolhida que teve, neste estado maravilhoso, de seu povo caloroso e gentil.

Em 1980, a família Tolooi também migrou para o Brasil. Formada pela mãe, Sra. Morvarid Khordadi, e os filhos Daryoush e Behrooz Tolooi. Saíram do Irã por motivo de saúde de Behrooz. Devido ao clima seco do Irã, recomendou-se que fossem viver em um país de clima tropical. Fixaram residência por um período em Bombaim, na Índia, e, logo depois, se mudaram para os EUA.

Atendendo à mensagem enviada pela Casa Universal de Justiça, órgão de gestão máximo da Fé Bahá'í no mundo, para que todos os Bahá'ís saíssem em pioneirismo, os Tolooi decidiram sair dos estados Unidos e migrar para o Brasil. Desembarcaram no Rio de Janeiro no dia 08 de outubro de 1979. Posteriormente permaneceram algum tempo em São Paulo até se ambientarem.

Nas conversas com a Assembleia Espiritual dos Bahá'ís do Brasil pesquisaram os locais onde havia necessidade de pioneiros. Escolheram a cidade de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, pelo fato de ser local de residência de outra família Bahá'í. Isso facilitaria a adaptação à língua e apoio. No final de 1980 vieram para Campo Grande e fixaram residência.

Daryoush se formara em Engenharia Civil na Índia. Em Campo Grande realizou projetos de engenharia em construção civil. Behrooz ainda não havia terminado ensino médio que completou nos Colégios Oswaldo Cruz e Dom Bosco.

Em 1983 Daryoush casou-se com Maria Lúcia Castro de Lima, originária de Mogi-Mirim, São Paulo. Maria Lúcia fazia arquitetura e quando se mudou para Campo Grande, após o casamento, transferiu-se para o curso de Engenharia Civil da UFMS. Depois de formada, trabalhou, também, com projetos na área de construção civil.

Em 1985, os membros da família resolveram mudar de cidade para que pudessem servir como pioneiros em outro local. A cidade de Campo Grande já tinha uma família pioneira, a

Família Yari. Após a análise de algumas cidades do estado, optaram por Dourados, promissora e estratégica para a divulgação da Fé Bahá'í à população do sul do estado.

Daryoush e sua esposa continuaram suas atividades com projetos de construção civil. Em 1995 Maria Lúcia recebeu convite para trabalhar no Jornal Progresso de Dourados. Tornou-se responsável por uma coluna semanal que difundia a Fé Bahá'í.

Daryoush e Maria Lúcia tiveram dois filhos, ambos Bahá'ís. O mais velho, Daniel Vahid, estudou Ciência da Computação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Fez concurso de Analista em Tecnologia da Informação na Receita Federal, em Foz do Iguaçu, Paraná. Aprovado, mudou-se para esta cidade, casou-se e teve um filho, também pioneiro. A filha mais nova, Sara, se formou em Farmácia e Bioquímica na UNIGRAN, casou-se em Dourados. O marido é Bahá'í e continua morando na mesma cidade.

Em Dourados, Behrooz cursou Agronomia na UFMS e prestou assistência e consultoria a propriedades rurais e empresas da área agropecuária. Após um tempo, Behrooz casou-se com Helena Rosali, funcionária do Tribunal de Justiça na Comarca de Dourados e convertida à fé Bahá'í.

Helena tinha três filhos. Ruth, a filha mais velha, se formou em Enfermagem na UEMS. Atualmente, casada e com um filho, é Bahá'í e migrou como pioneira para a cidade de Vinhedo (SP). Trabalha como Enfermeira. José, o filho do meio, formou-se em Direito pela UNIGRAN, não é Bahá'í e atua como advogado em Dourados. Guilherme, o filho mais novo, se formou em Design Digital, é Bahá'í e está em Haifá, Israel, trabalhando como pioneiro voluntário no Centro Mundial Bahá'í.

Há algum tempo Behrooz descobriu que tinha um problema congênito na visão que o impossibilitava de trabalhar como agrônomo. Nesse período a sua mãe, Sra. Morvarid, faleceu. Ele resolveu começar a dar aulas e trabalhou em várias escolas da cidade de Dourados. São exemplos a Escola Franciscana Imaculada Conceição e UEDI, entre outras. Atualmente continua exercendo magistério e, como pioneiro, permanece difundindo os conhecimentos Bahá'ís em atividades e eventos por todo o sul do estado.

Daryoush se dedica exclusivamente à divulgação da Fé e Maria Lúcia continua a desenvolver suas atividades profissionais e religiosas.

No ano de 1986, Said Abadi Ghadim saiu do Irã com 18 anos. Morava em Teerã e era de família Bahá'í. Seu pai, Diretor da Estatal de Minério de Ferro, e irmão, foram expulsos de seus respectivos empregos. Impedido de trabalhar e de cursar agronomia decidiu servir como pioneiro à Fé Bahá'í e trabalhar em outro país.

Como era proibido sair do país à época, descobriu que havia atravessadores que levavam pessoas para o exterior. Fez contato com elas via telefone e depositou o valor solicitado de 100.000 rials (cerca de 12.000 dólares). Recebeu uma passagem de ônibus para Zahedan, localizada na fronteira com o Paquistão. Lá chegando, os atravessadores o receberam na rodoviária. Foi reunido a outros jovens Bahá'ís e, à noite, todos foram até o deserto do lado iraniano, próximo à fronteira. Trocaram as roupas por outras típicas dos paquistaneses e atravessaram a fronteira a pé. Após a travessia foram levados com motos para um acampamento e, de lá, atravessaram com camelos uma grande parte do Paquistão. No caminho foram abordadas várias vezes pela polícia do Paquistão. Os atravessadores de uma tribo nômade da região, os Balushi, precisavam pagar propinas aos policiais para que os deixassem passar. A viagem que até a cidade de Lahore durou cerca de 11 dias.

Em Lahore, Bahá'ís do Paquistão entregaram aos fugitivos credenciais da ONU. Depois de 9 meses seguiram para Islamabad, capital do Paquistão. Na sede da ONU, durante entrevista, Said afirmou o desejo de ir para Austrália onde residia um tio. Não havia essa possibilidade.

A Casa Universal de Justiça, no entanto, abriu a possibilidade dele migrar para o Brasil. Para servir a Fé Bahá'í e ter uma nova vida, aceitou. Quando chegou, a Assembleia Nacional dos Bahá'ís do Brasil decidiu enviá-lo para Campo Grande juntamente com outro amigo, o Senhor Sobhan Hemmat.

Figura 3 - Rota de saída do Irã via Paquistão.



Said desembarcou na cidade de Rio de Janeiro em 03 de outubro de 1986. No mesmo dia foi para Mogi-Mirim, onde está instalada a Sede da Comunidade Bahá'í do Brasil, o Soltaniéh.

Após 90 dias ambientando-se com a língua e cultura do país, no final de 1986 foi enviado, juntamente com Sobhan, para Campo Grande.

A família persa pioneira residente em Campo Grande lhes asseguraria base de apoio quanto à língua, à integração cultural e ambientação na região. Sobhan, após 5 anos foi trabalhar com fotografia na cidade de Americana, em São Paulo, e lá permanece até hoje.

Em Campo Grande Said fez cursos no SENAI. Depois de se formar técnico em Instalações Elétricas e Máquinas Elétricas e Refrigeração, trabalhou no Moinho Campo Grande. Quando esse moinho começou a ter dificuldades financeiras, recebeu proposta da empresa Carlos Gutti de Curitiba. Com sua família, morou nessa cidade por 12 anos. Voltou para Campo Grande por causa das condições climáticas que afetavam a saúde de sua esposa.

Em 2004, abriu sua própria empresa de refrigeração, localizada no Bairro Guaicurus. Após retração do mercado, fechou-a e atualmente trabalha em uma empresa multinacional que fabrica câmaras-frias. Está concretizando o seu sonho de juventude ao fazer o Curso Técnico em Agropecuária e pretende, se possível, cursar Agronomia.

Said casou-se em 1992 com Maria Neli Rodas Rocha. Tiveram uma filha, chamada Malirre, que está no último ano de Direito na Universidade Católica Dom Bosco. Ele é membro ativo da Comunidade Bahá'í de Campo Grande.

Em 1985, Heckmatolláh Hemat Esfandabadi, com 23 anos e morador da cidade de Teerã, de família Bahá'í, impedido de cursar a faculdade de trabalhar e em idade de ir para a guerra, resolveu tornar-se pioneiro em outro país.

O irmão de Heckmatolláh contratou o serviço de atravessadores, depositou o valor de 80.000 rials (cerca de 10.000 dólares). Os procedimentos foram semelhantes aos impostos a Said. Recebeu passagem de avião para deslocar-se até a cidade de Zahedan, na fronteira com o Paquistão. Chegando lá, com outras 8 pessoas esperaram até à noite, trocaram suas roupas por paquistanesas e foram entregues aos atravessadores Balushi.

Em seguida, atravessaram a fronteira com camelos, sendo interceptados e presos pela Polícia Paquistanesa que exigia propina para liberá-los sob pena de devolvê-los ao Irã. Passaram uma noite na cadeia, mas convenceram os Balushi a pagarem os policiais.

Chegando à cidade de Koweite foram recebidos por Bahá'ís que lhes ofereceram roupas e os levaram até um posto da ONU. Realizaram entrevistas para obter documento de credencial de refugiado da ONU, que permitia a permanência no Paquistão. Heckmatolláh ficou em Lahore por cerca de 7 meses.

Levado à cidade de Islamabad para entrevista na sede da ONU sobre o local de destino, Heckmatolláh indicou os EUA, pois sua irmã morava lá. Como seria difícil o aceite dos EUA, a opção foi o Brasil, pois necessitava pioneiros que servissem à Fé Bahá'í.

Desembarcou na cidade de Campinas em 1986. Teve entrevista com o Ministério da Justiça para poder permanecer no país e, em seguida, foi levado pelos pioneiros do Brasil para o Centro Bahá'í Soltaniéh de Mogi-Mirim. Ficou por cerca de 90 dias para ambientação com a língua e cultura do país.

Um amigo de viagem, Peyvand Eghbadi, resolveu dirigir-se para Campo Grande, pois seu pai conhecia o Senhor Ghassem. Sob orientação da Assembleia Nacional dos Bahá'ís do Brasil, para evitar a escolha de cidades metropolitanas, como São Paulo e Rio de Janeiro, ambos vieram para Campo Grande em 1987. Peyvand era técnico em Ótica e permaneceu em Campo Grande por 4 anos. Posteriormente se mudou para a cidade de Americana, em São Paulo.

Heckmat, como Heckmatolláh ficou conhecido, teve uma fábrica de esquadrias de alumínio no Irã. Produzia portas, janelas e demais produtos residenciais e comerciais à base de alumínio. Sem essa alternativa em Mato Grosso do Sul, resolveu trabalhar com serralheria, atividade profissional mais próxima e que oferecia oportunidade de trabalho imediatamente.

Levado pelo Senhor Ghassem Yari, começou a trabalhar na empresa Esquadrias. Outro Bahá'í, o Sr. Merched Ahimed, o indicou, depois, para trabalhar na Empresa de Estruturas Metálicas Meta Engenharia. Trabalhou, ainda, nas empresas GradeLar, Estruturaama, Delacenta e Dois Corações.

Após ter conseguido reunir algumas economias, comprou terreno, casa e equipamentos e abriu sua própria empresa de esquadrias metálicas, a Heck Esquadrias Metálicas. Trabalha até hoje nessa atividade, sendo conhecido pelas obras que realizou na cidade.

Heckmat casou-se em 1988 com Hermelita Justo Gonçalves, pioneira Bahá'í que viera de Salvador, Bahia, para servir por um tempo em Campo Grande. Hermelita era farmacêutica e, após o casamento, passou a trabalhar em farmácias da cidade.

O casal teve dois filhos, uma menina chamada Monire, que tem 24 anos e faz o curso de História na UFMS, e um menino, Naim, que estudava e ajudava o pai na oficina. Faleceu aos 20 anos em 2014. Heckmat e Hermelita se separaram em 2008. Heckmat casou-se novamente, em 2013, com Ana Lurdes Lemos Castro. Tiveram uma filha, Amanda, que hoje tem 5 anos. Heckmat é membro ativo da comunidade Bahá'í de Campo Grande.

Em 1985, com 20 anos, Farhad Ardjamndi Hosseinabadi, primo de Heckmat, morava na cidade de Susa de Daniel, no extremo oeste do Irã, próximo à fronteira do Iraque e um dos primeiros lugares a ser bombardeado quando do início da guerra entre os dois países.

De família Bahá'í, Farhad conduzia a oficina mecânica de seu pai, que trabalhava em uma empresa de peças automotivas. Por perseguição religiosa foi despedido. Impedido de cursar faculdade e por ter idade de ir para a guerra, decidiu seguir o caminho do pioneirismo.

Amigos indicaram os nomes de atravessadores. Pagou 80.000 rials (cerca de 10.000 dólares) e forneceu o seu endereço. Pela manhã passaram em sua casa de carro. Viajaram cerca de 1200 km até Zahedan, cidade na fronteira com o Paquistão. Tendo chegado à meia-noite, entregaram-no, com outras 24 pessoas, aos Balushi. Atravessaram a fronteira utilizando camelos. Enfrentaram sol, calor, cansaço, fome e sede durante uma semana até a chegada à cidade Koweite. A viagem só podia ser feita à noite e por locais inóspitos, como desertos, para escapar da Polícia Paquistanesa, evitar a prisão e devolução às autoridades iranianas.

Em Koweite havia um posto da ONU, onde realizaram entrevistas para obter documentos de permanência no Paquistão. Os Bahá'ís os levaram até a cidade de Lahore e depois para Islamabad, onde permaneceu durante 2 anos.

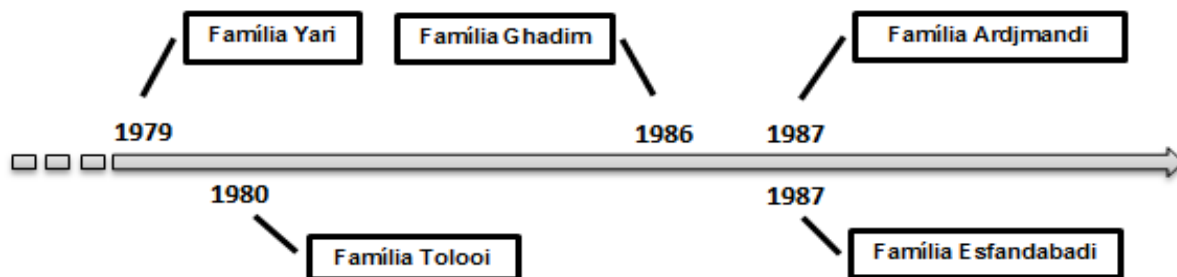
A princípio queria ir para a Austrália, onde tinha familiares. Porém a Casa Universal de Justiça o orientou para o Brasil, onde havia a necessidade de Bahá'ís. Desembarcou em 1987 no Brasil, quando teve entrevista com o Ministério da Justiça para poder permanecer no país.

A seguir, com outros fiéis vindos do Paquistão, foram para o Centro Bahá'í Soltaniéh, em Mogi Mirim. Durante um mês de permanência se ambientaram com a língua e cultura do país. Farhad, em seguida, se dirigiu para Campo Grande. Ao chegar, o Senhor Ghassem o a várias empresas. Foi contratado pela Veigrande, onde trabalhou por 10 anos. Nesse período casou-se com Denise Torres. Ambos tiveram um filho, chamado Faez, que tem 14 anos e estuda no Colégio Dom Bosco.

Farhad decidiu abrir sua própria oficina, a Farhad Oficina Mecânica, situada na Avenida Eduardo Elias Zahran. Entretanto, descobriu que uma doença congênita estava reduzindo sua visão inviabilizando seu trabalho como mecânico.

Vendeu a sua oficina para os dois irmãos que trabalhavam com ele, vindo a pedir aposentadoria posteriormente. Após 10 anos de casamento se separou da esposa e atualmente mora com o filho. Dedicar-se à Fé Bahá'í participando das atividades da comunidade.

Figura 4 - Ordem cronológica de desembarque das famílias em MS.



Os Bahá'ís persas que imigraram para Mato Grosso do Sul encontram-se na terceira geração. Em 2015 completam 37 anos de presença no Estado. A bondade e a receptividade do seu povo, somadas à liberdade religiosa que se exerce no país, permitem a expressão de suas ideias em uma harmoniosa convivência.

3 Conclusão

A trajetória das famílias Baha,ís, da Pérsia ao Brasil, revelou a persistência de um povo que emigrou de seu país e se adaptou às condições de vida do Brasil. Impressiona o valor que dão à educação escolar, formando seus filhos em universidades. Adaptando-se rapidamente à nova língua, os Baha,ís dominam-na já no início, na vinda ao Brasil, instrumentalizando-se para os estudos.

O contexto histórico que motivou a migração desses pioneiros, sua chegada e as atividades que passaram a desenvolver em Mato Grosso do Sul foram descritos, a fim de que se conheçam o povo Baha,ís e sua religião.

Como se verificou neste estudo, os filhos dos Baha,ís conquistam empregos com certa facilidade, adaptando-se aos serviços para os quais se formaram. A religião lhes dá a coragem de enfrentar as situações adversas.

Referências

ADGHIRNI, S. Os iranianos. Rio de Janeiro: Contexto, 2014..

KAPUSCINSKI, R. O Xá dos Xás. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VISENTINI, P.G.F. República Islâmica do Irã: potência emergente ou regime em crise? Núcleo brasileiro de estratégia e relações internacionais. UFRGS, 2010. 07 p.

VIEIRA, A.S.A guerra Irã-Iraque: seus atores e o cenário proposto. TCC956, São Paulo/SP,

2003.

CBB. Comunidade Bahá'í do Brasil. Disponível em: <<http://www.bahai.org.br>>. Acesso em: 5 jul 2018.

Entrevistas presenciais: Família Yari, Família Ghadim, Família Esfandabadi e Família Adjmandi.

Entrevistas não presenciais (online): Família Tolooi.